



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 150

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 298ª SESSÃO, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1986

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 240/86-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nivaldo Machado, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça Federal.

##### 1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da documentação necessária à tramitação do Ofício nº S/26/86, lido na sessão ordinária do dia 18 de novembro do corrente.

— Designação do Sr. Senador Guilherme Palmeira, para integrar a delegação brasileira na qualidade de observador parlamentar, a Conferência Internacional de Educação, a realizar-se em Genebra, de 2 a 12 de dezembro vindouro.

##### 1.2.3 — Discursos do Expediente

*SENADOR AFONSO SANCHO* — Entrevista do Sr. Ozires Silva, Presidente da Petrobrás, conce-

dida à revista "Veja". Defesa da instalação de refinaria de petróleo na Região Metropolitana de Fortaleza.

*SENADOR JAMIL HADDAD* — Aspectos gerais do pleito de 15 de novembro último.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença

Especial. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 138/80-Complementar, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 508/86.**

#### 1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

*SENADOR NIVALDO MACHADO* — Participação da delegação brasileira na 19ª Conferência Regional da FAO sobre a América Latina e o Caribe.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DE COMISSÃO

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 298.ª Sessão, em 20 de novembro de 1986

### 4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Fragelli*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:**

Odacir Soares — Alexandre Costa — Helvécio Nunes — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Maurício Leite — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Jamil Haddad — Murilo Badaró — Alfredo Campos — José Fragelli — Afonso Camargo — Arnor Damiani — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sobre a Mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. \*Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO n.º 240, de 1986 — (Complementar)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os automóveis de passageiros

classificados no Código 87-1-3, da tabela de Incidência própria, quando adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça Federal, desde que destinados à utilização profissional.

Parágrafo único. Os veículos a que se refere este artigo não poderão ser transferidos a terceiros, a qualquer título, durante o prazo de 4 (quatro) anos contado da sua entrega ao adquirente.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Objetiva o presente Projeto de Lei beneficiar os Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

e da Justiça Federal, cuja função específica consiste em realizar diligências, em cumprimento às determinações judiciais, permitindo-lhes possam adquirir automóveis a custo reduzido.

Ociosos precisar o quanto fica sobrecarregado o orçamento familiar daqueles funcionários, em decorrência do cumprimento dos rígidos prazos fixados por lei, com a utilização de táxis. Dispensável, por igual, frisar que os salários da categoria não são, absolutamente, privilegiados, e mais dispensável ainda, que o automóvel é o veículo de eleição para o exercício dos seus misteres. E, ademais, a Justiça brasileira, em regra, está desparelhada em matéria de veículos automotores.

O móvel inspirador desta iniciativa é o elenco de medidas beneficiadoras dos motoristas de táxi, em prática desde 1982, cujo espírito é idêntico a justificar a aplicação do brocardo romano: *ubi eadem ratio, ibi eadem dispositio* ("onde a mesma causa, a mesma disposição").

Para a categoria profissional cliente deste Projeto, propomos, portanto, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando a que não ocorra retardamento no cumprimento dos mandatos, tornando a atuação da Justiça ainda mais morosa.

No tocante à constitucionalidade da iniciativa, permitimo-nos lembrar que o § 2.º do art. 19 da Constituição Federal ressalva que a isenção tributária pode ser concedida por motivo de "relevante interesse social", tornando-a, pois, recomendável à aprovação dos nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1986. — **Nivaldo Machado.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.*)

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Na sessão ordinária do dia 18 de novembro do corrente, foi lido o Ofício n.º S/26, de 1986, do Governo do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, para os fins que especifica.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará a matéria às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Devendo realizar-se em Genebra, de 2 a 12 de dezembro vindouro, a Conferência Internacional de Educação, a Presidência, em atendimento a convite formulado pelo Sr. Ministro da Educação, designou o nobre Senador Guilherme Palmeira para integrar a delegação brasileira na qualidade de observador parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

**O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupó esta tribuna para parabenizar o Presidente da PETROBRÁS — Engenheiro Ozires Silva — pela sua corajosa entrevista à revista *Veja*, envolvendo o desenvolvimento do País e os entraves que se criam, projetando-nos um futuro onde dificuldades nos aguardarão, se não mudarmos de rumo e de rota na adequação do Plano Cruzado.

Refiro-me àquele ilustre homem público, de uma experiência sedimentada nos conhecimentos dos problemas nacionais e internacionais, quando ofereceu sua abalizada opinião àquele revista sobre informática, afirmando:

"Dejeto essa expressão — "reserva de mercado" que nem sequer está escrita em lei. Isso representa algo antipático. Acho que deveríamos buscar incentivos e estímulos à atividade produtora em todos os campos. Em vez de segurarmos certos investimentos para garantir a sobrevivência de outros, deveríamos estimular o seu crescimento. Os esforços brasileiros no campo da informática acabaram por criar um modelo de pensamento que, sinceramente, por vezes me preocupa."

Referindo-se ao aumento do consumo de petróleo, esclarece:

"Pela nossa estimativa, o consumo deverá ter um crescimento recorde nos próximos meses e nós já estamos estudando o assunto. Pensamos, inclusive, na construção de uma nova refinaria, para que não percamos a nossa auto-suficiência no refino do petróleo, conquistada na década de 60."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em 16 de setembro p.p., proferi um discurso nesta Casa, onde abordei a criação de uma nova refinaria pela PETROBRÁS, defendendo, com dados técnicos que tinha em mãos, sua localização no Nordeste e, em particular, no Ceará.

São dados oriundos da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial. Especialmente, porque a Refinaria de Mataripe-BA, está praticamente esgotada em sua capacidade produtiva e o abastecimento através do Centro-Sul torna-se cada vez mais oneroso, devido aos altos custos do transporte.

Há de considerar-se que as bacias do Ceará e Rio Grande do Norte — juntas produzem mais de 10% da produção nacional — apresentam-se mais e mais promissoras; e que o óleo produzido na Fazenda Belém-CE, por suas características peculiares, proporciona derivados mais nobres, como óleo isolante para transformadores, lubrificantes, graxas especiais e coque, que exigem industrialização sofisticada, cujo melhor aproveitamento será sua localização próxima ao centro produtor.

Há mais uma atenuante: a influência direta de Carajás sobre o mercado de coque, que poderá ser produzido

pela nova futura refinaria, para atendimento a diferentes projetos minero-industriais, tem garantido seu escoamento pelo sistema ferroviário existente no nosso Estado.

Entre as vantagens locais, os técnicos entendem que o empreendimento do porte de uma refinaria encontrará na região metropolitana de Fortaleza a estrutura básica indispensável, como, por exemplo: o porto da Capital cearense, com localização geográfica das mais privilegiadas do País, possuidor de um pier petrolífero, um parque de tancagem, um terminal ferroviário que o caracteriza como próprio para entrada e saída de petróleo.

Além disso, a referida área metropolitana é servida por uma infra-estrutura rodoviária que liga o interior do Estado ao resto do País, graças à malha formada por estradas estaduais e federais, interligadas por um anel de contorno que facilita o acesso ao Porto de Mucuripe e ao distrito industrial, sem passar por Fortaleza.

No que concerne ao problema de luz e força, o Ceará é alimentado por três linhas de transmissão: Paulo Afonso, Tucuruí e Boa Esperança.

Quanto ao abastecimento d'água e ao saneamento, a região metropolitana de Fortaleza conta com um sistema hídrico com capacidade de 534 milhões de metros cúbicos e vazão de 23.000 m<sup>3</sup>/hora. Enquanto uma refinaria necessita apenas de uma vazão de 700 m<sup>3</sup>/hora.

Do ponto de vista de educação, apoio tecnológico e atendimento financeiro, a região metropolitana de Fortaleza dispõe de todos os recursos. Por outro lado, se desejarmos encarar o assunto sob o enfoque político, o Ceará deve ser atendido com um pólo industrial, pois a Bahia já possui Camaçari; Alagoas, o Cloroquímico; Sergipe, o Potássio; Rio Grande do Norte, o ALCO-NORTE; Maranhão, o escoamento do minério de Carajás e Pernambuco, o da SUAPE. Somente o Ceará, pois, se ressente desses investimentos federais.

A autoridade maior do meu Estado para postular a instalação da refinaria de petróleo fundamenta-se principalmente não só pela perfuração do Poço de Xaréu bem como pelas características promissoras à produção de petróleo em todo o litoral cearense.

Diante desses argumentos que consideramos irrefutáveis, desejamos ressaltar que o atendimento daquela reivindicação dos cearenses, que já vem há mais de duas décadas, não deve ser enquadrado naqueles dramáticos apelos de quadro de pobreza e com as mãos estendidas à caridade, mas nas condições técnicas, na infra-estrutura existente, nos reclamos de desenvolvimento equilibrado entre as Unidades da Federação.

Estamos certos de que um homem da estirpe do Engenheiro Ozires Silva e da coragem de decisão que sempre demonstrou por onde passou, irá fazer justiça ao Ceará, contando, naturalmente, com o apoio do Presidente Sarney, que já é sabedor dos anseios do meu povo, através do mundo político da "Terra da Luz". Desde o Governador Gonzaga Mota ao simples vereador, afóra as classes empresariais que perseguem a instalação

daquela refinaria em todas as suas reuniões. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quero ocupar-me, nesta tribuna, hoje, do pleito que se realizou no último dia 15. Vou fazê-lo quando as urnas ainda estão sendo apuradas e os resultados longe se acham da proclamação oficial. É a ocasião apropriada para abordagem dos aspectos gerais, deixando de lado as particularidades regionais.

Presenciamos todos um festival do poder econômico. Por certo, ninguém o negará. Não tendo concorrido pessoalmente, pude observar mais à vontade o fenômeno. E se era verdade que ele, outrora, se localizava em algumas partes, agora espalhou-se por todo o Continente brasileiro.

Tive a paciência beneditina de anotar, pelo noticiário falado e escrito, os reclamos, as acusações, as gritas. Nos Estados mais populosos, dos quais estava mais próximo, vi uma orgia desenfreada de gastos. O lema era, sem dúvida, obter o voto a qualquer preço.

Fico a pensar e a refletir: que democracia esta em que a exibição do dinheiro tomou conta do desenvolvimento das campanhas e da ação dos candidatos? De outro lado, o debate em torno das idéias, a discussão dos programas cedeu lugar, por inteiro, aos agravos e às retaliações, na busca do poder.

Várias vezes, Sr. Presidente, adverti, nesta Casa, como o fizeram tarimbados jornalistas especializados em assuntos políticos, que a concomitância das eleições para os Governos estaduais e para a Constituinte acabaria, na prática, por esvaziar a significação da segunda. Desgraçadamente, não éramos cassandras agouzeiras nem pitonisas improvisadas. Falávamos o que era lógico prever. E assim ocorreu.

Relegado a plano secundário o pleito para a Constituinte, banido o exame das grandes questões nacionais e dos problemas institucionais que precisavam desaguar no novo texto básico, a eleição apequenou-se e ficou à mercê dos investidores, dos futuros representantes de grupos financeiros, dos defensores de interesses de movimentos reacionários.

É necessário falar com sinceridade.

Entre nós, os preceitos eleitorais são modificados por ocasião de todos os pleitos. Basta ver que as leis são votadas para disciplinar determinada eleição. Mas, essas leis que se sucedem, que se multiplicam, só tratam do superficial, só cuidam dos aspectos menores, só dizem respeito ao perfunctório. O espetáculo é contraditório e não se requer um estudioso do direito para senti-lo. Sou médico e faço a crítica a cavaleiro, tal a evidência desse quadro.

O que todas essas leis têm feito? Apenas cuidam do número de candidatos que podem concorrer ao pleito. Ou declaram se o candidato pode conservar a numeração da eleição anterior. Ou dizem se a coligação de partidos é possível. Enfim, traçam normas de propaganda.

No entanto, de princípios fundamentais essas sucessivas leis não têm cogitado. Não enfrentaram o tema do abuso do poder econômico como deveriam, quando af está o maior inimigo das eleições legítimas. Dir-se-á, talvez, que tais princípios devem, na verdade, constar do Código Eleitoral, que é uma lei básica, estável, permanente. Concordo. Mas, então, que se coloquem tais preceitos no Código Eleitoral. Já li e reli o Código Eleitoral, que é antigo, vem de 1965, e no seu texto, contra a interferência do poder econômico, só encontrei uma tímida referência no art. 237.

Fez-se tábua rasa do disposto no parágrafo único do art. 3.º da Lei n.º 7.508, de 4 de julho de 1986, que permitiu apenas a divulgação paga pela imprensa escrita do currículo do candidato e do seu número e partido. Quem leu os jornais viu páginas e páginas cheias dessa propaganda, dos mais variados tamanhos, com dizeres extensíssimos.

Os que podiam davam-se ao luxo de anúncios grandes; os de poucas posses limitavam-se a um pequeno retrato, restringindo-se aos termos da Lei.

Houve muitos que tomaram metade de páginas e os que chegaram à página inteira.

Sabe o Senado que não estou exagerando. Por certo, aqui e na outra Casa do Congresso, muito se dirá nos próximos dias a respeito de todos esses temas.

Quis, Sr. Presidente, antecipar-me. Dirijó um Partido numericamente pequeno, o Partido Socialista Brasileiro, mas cheio de tradições e com uma linha programática bastante nítida, e que só pode crescer num ambiente de respeito à vida partidária e às instituições democráticas.

A contribuição que ofereço é séria e meditada. Não me movem impulsos. Proponho a correção de erros que se vêm avolumando e insisto, apontando as eleições que acabam de se realizar, em que essa correção agora se tornou inadiável.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituída do Projeto de Resolução n.º 35/86; Projetos de Lei do Senado n.ºs 80/84 e 242/85, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como o Projeto de Lei do Senado n.º 138/80-Complementar, por depender da votação de requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

**O SR. NIVALDO MACHADO** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para registrar a destacada participação da Delegação Brasileira à 19.ª Conferência Regional da FAO sobre a América Latina e o Caribe, realizada de 5 a 13 de agosto último na cidade de Saint Philip, em Barbados.

O Presidente da nossa Representação, Dr. Lázaro Ferreira Barboza — Secretário-Geral do Ministério da Agricultura —, em circunstanciado discurso, apresentou um panorama das políticas econômicas contemporâneas e seus reflexos sobre o setor agrícola nas regiões da América e do Caribe.

Com fundamento nas conclusões de importantes trabalhos ali discutidos, a exemplo do último relatório do Banco Mundial sobre a Economia dos Países em Desenvolvimento, que aponta crise sem precedentes no setor agrícola latino-americano e caribenho, o Dr. Lázaro Ferreira Barboza sugeriu a realização imediata de um estudo, através do qual a Organização desempenhe um efetivo papel de alerta junto à comunidade internacional, para que sejam formulados programas e mobilizados os recursos necessários à superação da crise.

O problema se centraliza no fato de que as políticas de ajustamento à crise econômica levaram à formação de grandes estoques de alimentos nos países-membros da CEE e da OCDE, paralelamente a crescentes déficits na América Latina e no Caribe. A tendência, caso não haja alteração nas diretrizes da política internacional, é de agravamento da situação, uma vez que as otimistas previsões de crescimento do produto nos países desenvolvidos não se vêm confirmando, o que favorece a continuidade dos programas unilaterais de ajustamento. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, às maiores dificuldades no mercado externo se soma a impossibilidade de restringir os baixíssimos níveis do consumo interno de alimentos, pressionado pelo elevado aumento da população.

Segundo o Dr. Lázaro Ferreira Barboza, a ONU tem sido indiferente à questão, oportunamente levantada na 19.ª Conferência de Barbados. E cabe à FAO, com base nas conclusões ali apresentadas, conscientizá-las a respeito do problema e da necessidade de estabelecer uma nova ordem para as relações agrícolas inter-regionais.

A fórmula apontada nos estudos foi a crescente redução dos estoques nos mercados da CEE e OCDE, em

paralelo com o incentivo à produção agrícola nos Países do Terceiro Mundo. Isto significa que, a curto prazo, os países que não têm alimentos em quantidade suficiente devem ser capazes de importá-los, pois há falta de poder de compra e não carência de alimentos no mercado mundial. Por outro lado, como passo efetivo para aliviar ou eliminar a fome em caráter permanente, impõe-se um sistema agrícola mais eficiente, e que aumente a renda interna dos produtores nos países em desenvolvimento.

As implicações da crise econômica sobre o setor agrícola, na América Latina e no Caribe, têm-se refletido na redução do consumo de alimentos per capita, que baixou 0,3% no ano no período 80/84, atingindo o mais baixo nível registrado desde 1977 — de apenas 2.600 quilos de calorias por pessoa. Pelos dados do relatório do Banco Mundial, essa tendência à deterioração do consumo de alimentos nas populações carentes continua presente e sem grandes perspectivas de mudanças.

O citado relatório diz que, no início da década de 80, os governos tentaram implementar reformas, mas verificaram que o comportamento da economia mundial tornava suas tarefas muito difíceis. Endividamento em ascensão, lento crescimento do mercado mundial — causado em parte pelo protecionismo —, fortes sangrias de divisas com o pagamento de amortizações e juros, declínio contínuo do influxo líquido de capitais, baixos preços das exportações, altos custos das matérias-primas importadas e os efeitos inflacionários dos programas de estímulo à produção agrícola e às exportações, dificultavam suas transações no mercado externo, comprometendo também os objetivos de crescimento, emprego, combate à inflação e equilíbrio do orçamento público.

As perspectivas de recuperação, a partir deste ano, estão sendo prejudicadas pelas insatisfatórias taxas de crescimento, principalmente dos Estados Unidos, Japão e República Federal da Alemanha, previstas em 3% como nível mínimo para evitar o agravamento dos problemas de endividamento do Terceiro Mundo.

De acordo com as conclusões da Conferência de Barbados, a situação atual dos produtores agrícolas desenvolvidos é de desequilíbrio estrutural entre produção e consumo. A formação dos grandes estoques de produtos alimentares resultou dos seus elevados gastos públicos no apoio à agricultura, os avanços tecnológicos, políticas protecionistas ao consumo da produção interna, subsídios às exportações, rendas em baixa e contração do comércio agrícola internacional. Somente os Estados Unidos têm 80 milhões de toneladas de produtos agropecuários estocadas, de difícil absorção no comércio mundial. E a política de dumping entre os Estados Unidos e a Europa está provocando uma verdadeira "guerra comercial" agrícola.

A liberação da agricultura nos países industrializados e o incremento da produção nos países em desenvolvimento foi a fórmula apontada nos diversos estudos.

Na opinião do Dr. Lázaro Ferreira Barboza, ao lado da procura de soluções para o problema da dívida do Continente, a diretriz fundamental para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe é a busca do aperfeiçoamento de sua agricultura. Reforçando seu argumento, citou o exemplo referido pelo Diretor-Geral da FAO na 18.ª Conferência para a Ásia e o Pacífico, mostrando que aquelas regiões, há 10 anos à beira do desastre econômico, registraram imenso progresso com a adoção de políticas de promoção à agricultura, conjugando esforços de pesquisas, tecnologia, oferta de insumos, desburocratização, assistência técnica, extensão rural, obras de irrigação, crédito bancário, infra-estrutura de comercialização e estímulo às exportações. De importadora de alimentos, a região é hoje exportadora líquida de arroz e outros cereais.

Depois de expressar o apoio do nosso País à prioridade atribuída pela comunidade internacional à solução da crise agrícola e de alimentos enfrentada pelo Continente africano, o Presidente de nossa Delegação ressaltou a importância do reconhecimento do problema na América Latina e Caribe, da tomada de posição, e ações da FAO como instrumento catalisador de um plano de ação para o desenvolvimento da região.

Finalizando, o Dr. Lázaro Barbosa lembrou que, na menos pobre das regiões em desenvolvimento, a crise alimentar é agravada pelo intenso processo de urbanização, de dimensões desconhecidas no restante do Ter-

ceiro Mundo. A conturbada urbanização, a existência de regiões deprimidas, as dificuldades do pequeno agricultor e a situação das populações carentes são alguns dos temas que devem ser considerados no estudo sugerido à FAO para influenciar e orientar os objetivos da comunidade internacional, em relação à América Latina e ao Caribe.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as teses defendidas na 19.ª Conferência da FAO reforçam a nossa posição sobre a prioridade que deve merecer a política agrícola em nosso País, tendo em vista que:

fazemos parte da comunidade de nações que enfrenta déficit de alimentos;

crescendo a 2,5% ao ano, daqui a apenas 10 anos nossa população aumentará 28%, chegando a 173 milhões de habitantes;

a renda nacional deverá crescer acima de 6% a partir deste ano, segundo o planejamento oficial; existe mercado externo na própria região;

é prevista a desaceleração da produção agrícola nos países da OCDE e CEE;

a produção de alimentos contribui para o êxito da política antinflacionária, assim como para uma melhor distribuição da renda real;

o aproveitamento da mão-de-obra nas zonas rurais reduz o êxodo para as cidades;

está havendo um aumento na demanda interna de alimentos em decorrência do plano de estabilização econômica; e

a política social, ao enfatizar a ação preferencial na área de alimentação das populações mais carentes, estabelece a necessidade de um aumento compatível na produção agrícola.

O Plano de Metas do Governo do Presidente José Sarney prevê conseguir, até 1989, um aumento de 43% na tonelagem de grãos; de 100% nos créditos de investimento; de 27% na capacidade de armazenagem; a irrigação de 2 milhões de hectares de terras e a aplicação de Cz\$ 8,4 bilhões no programa de desenvolvimento de bacias e microbacias hidrográficas.

Já no I PND da Nova República consta que para um aumento de 3,5% ao ano na produção agrícola destinada ao mercado interno e de 5,5% ao mercado externo, serão incorporados 4,5 milhões de hectares de novas terras, esperando-se uma melhoria de produtividade em torno de 4% ao ano, assegurada com maiores investimentos em irrigação e inovação tecnológica.

Estranhamente, nas "Diretrizes para uma Política Agrícola-Ano 2000", publicação editada em fevereiro deste ano pelo Ministério da Agricultura, está explícito, na página 18, que o Plano Nacional da Reforma Agrária "visa incorporar 43 milhões de hectares à área reformada até 1989". Ao que nos parece, essa área não foi considerada na meta de 4,5 milhões de ha estabelecida no I PND/NR para expansão da agricultura.

Depois da difícil etapa de distribuição de terras e assentamento das famílias, a Reforma Agrária envolve uma série de medidas intimamente ligadas à política do setor agrícola, que precisará ter sua estrutura e instrumentos redimensionados com a antecedência necessária à sua implementação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a conferência da FAO, pela palavra do Presidente da nossa Delegação, traz à tona distorções na política mundial de alimentos, e as novas tendências do setor acenam para a prioridade que deve merecer a política agrícola nos países do Terceiro Mundo. Em particular, o Brasil, pelas suas condições favoráveis de extensão territorial, solo e clima, poderá usufruir de maiores proveitos com a reorientação das diretrizes e metas do setor.

Estamos numa fase de mudanças, de renovação das representações populares de elaboração de uma nova Constituição, a partir de março próximo. No bojo das discussões da Lei Maior, muitas propostas surgirão para reorganização institucional e alteração nos rumos da vida do País.

Em particular, a reorganização do setor agrícola, pelo seu envolvimento com a questão da reforma agrária, com as atuais demandas do homem do campo e com a nova ordem internacional, deverá ocupar maiores espaços nas citadas discussões; sobretudo no que se refere a um tratamento diferenciado para esse segmento da nossa economia.

Enquanto isso, conclamo V. Ex.ªs a refletir sobre a questão agrícola do nosso País e, em especial, sobre a posição assumida pela Delegação Brasileira à 19.ª Conferência da FAO. Estou certo que daqui sairão as mais importantes contribuições.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº. 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 409, de 1986), que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

**PARECERES**, sob n.ºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Municípios**, favorável.\*

2

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

**PARECER**, sob n.º 889, de 1986, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

**PARECER ORAL**, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de licença especial, tendo

**PARECER**, sob n.º 442, de 1986, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.\*

4

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1980 — Complementar, de autoria do Senador José Sarney, que isenta de Impostos Federais, Estaduais e Municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas, tendo

**PARECER**, sob n.º 232, de 1984, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 508, de 1986, de autoria do Senador Nivaldo Machado, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça).

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.)

## ATA DE COMISSÃO

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA.

33.ª Reunião, realizada em 3 de junho de 1986

Às nove horas e cinquenta minutos do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Cesar Cals, Presidente, Jorge Kalume, Relator eventual, Severo Gomes e Roberto Campos, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária. Comparecem, ainda, os Srs. Senadores Carlos Chiarelli, Nivaldo Machado, Benedito Ferreira, Marcondes Gadelha, João Lobo e os Srs. Deputados José Machado, Djalma Bessa, Simão Sessim e Mário Lima. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. Inicialmente, o Sr. Presidente solicita ao Dr. Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, que proceda o juramento de praxe. Com a palavra o Dr. Aureliano Chaves apresenta sua exposição sobre áreas afetadas ao seu Ministério e, em seguida, coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Severo Gomes, Roberto Campos, Benedito Ferreira, Marcondes Gadelha, Jorge Kalume e o Sr. Deputado José Machado. Continuando, o Sr. Presidente agradece a presença do Dr. Aureliano Chaves e comunica que com este depoimento a Comissão encerra de maneira brilhante a fase de depoimentos. Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo, à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 33.ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1986, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. AURELIANO CHAVES, MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals  
Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico.)

**O SR. PRESIDENTE** (Cesar Cals) — Como o Sr. Relator não pôde vir a tempo devido a problemas de transporte aéreo, convidei o Senador Jorge Kalume para substituí-lo.

Estando presentes o Presidente e o Relator, declaro abertos os trabalhos desta CPI que investiga a gestão das sociedades de economia mista, das quais a União detém a maioria acionária.

Hoje temos a honra e a satisfação de ouvirmos a palavra do Exm.º Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves.

Falar sobre o **currículo** do Ministro Aureliano Chaves é apenas questão de formalidades, porque todos conhecem a atuação de S. Ex.ª, não só como Engenheiro, como Professor, como Deputado, enfim como Vice-Presidente da República. Mas a minha obrigação é fazer um pequeno resumo do **currículo** de S. Ex.ª.

O Engenheiro Aureliano Chaves é formado pela Escola de Engenharia de Eletricidade de Itajubá — MG, onde foi Professor até bem pouco tempo;

Secretário de Educação no Governo de Minas Gerais; Deputado Estadual e Deputado Federal;

Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados;

Foi Diretor da ELETROBRÁS;

Governador de Minas Gerais;

Vice-Presidente da República;

Presidente da Comissão Nacional de Energia, e nesse momento desempenha a função de Ministro das Minas e Energia.

Estou certo de que hoje, quando esperamos encerrar a fase de depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que já ouvimos os Presidentes das principais holdings em que a União é majoritária, desde a PETROBRÁS à Cia. Vale do Rio Doce, o Banco Central, a ELETROBRÁS, a SIDERBRÁS e a NUCLEBRÁS. Por solicitação do Senador Severo Gomes, o Ministro Aureliano Chaves foi convidado a vir a esta Comissão e prontamente atendeu a este convite marcando a data de hoje para seu depoimento.

Antes de passar a palavra ao Ministro Aureliano Chaves, convido S. Ex.º, o Sr. Ministro, para que de pé, preste o juramento.

O SR. AURELIANO CHAVES — JURAMENTO

“Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão das Sociedades de Economia Mista, nas quais a União detém a maioria acionária.”

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Sr. Ministro Aureliano Chaves.

O SR. AURELIANO CHAVES — Exm.º Sr. Senador César Cals, digno Presidente desta Comissão.

Exm.º Sr. Senador Jorge Kalume, digno Relator da Comissão.

Exm.ºs. Senhores Senadores.

Exm.ºs. Srs. Deputados.

Exm.ºs. Srs. Membros da Imprensa.

Exm.ºs Srs. Diretores, Presidentes de órgãos da Administração Centralizada e Descentralizadas, jurisdicionadas ao Ministério das Minas e Energia aqui presentes.

Sr. Senador Cesar Cals, constitui para mim uma honra sobremaneira grande esta de me fazer presente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para tanto quanto me for possível, transmitir aos Srs. Parlamentares as informações que me forem solicitadas e que as tenha. No interesse maior de fornecer aos ilustres Membros desta Comissão os elementos que lhes permitam visualizar melhor o problema sobre a sua responsabilidade e oferecer ao País o relatório que, de uma maneira ou de outra, possa aprimorar o desempenho das empresas estatais jurisdicionadas ao Ministério das Minas e Energia, honra esta que se faz maior na medida que me propicia a singular oportunidade de falar a eminentes Parlamentares. Eu que, em minha modesta vida pública, exerci a maior parte de meus mandatos no Legislativo, quer seja como Deputado à Assembléia Legislativa do meu Estado, Minas Gerais, quer seja como Deputado Federal, por duas Legislaturas consecutivas, onde tive a honra de participar de várias Comissões permanentes, de presidir duas delas, a Comissão de Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Ciência e Tecnologia, a par de ter participado intensamente, como membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Por outro lado, participei de várias Comissões Transitórias, como Comissões Parlamentares de Inquérito. Sou o primeiro a reconhecer que, sem dúvida alguma, é nesta Casa do Parlamento brasileiro, onde se exercita como maior transparência a atividade pública, na medida em que cada Parlamentar, defendendo esta ou aquela posição, procura ser fiel aos seus representados. Esta é a essência da vida democrática, ter feito ajustamento, ter feito a sintonia entre representante e representado. A essência da vida democrática é a representatividade dos mandatos.

Procurarei, Sr. Presidente, Senador Cesar Cals, tanto quanto me for possível, prestar os esclarecimentos na primeira parte expositiva, naturalmente colocando-me à disposição dos eminentes Parlamentares, Membros

desta Comissão, para responder as indagações que me forem dirigidas na segunda fase.

O Ministério das Minas e Energia, V. Ex.º que também exerceu aquela pasta, sabe perfeitamente que é um Ministério singular. É uma espécie de pai que nasceu depois dos filhos. Aliás esta novidade não é a única dentro da constelação de Ministérios que compunham a Velha República e que compõem a Nova República, para usá-los uma linguagem muito em moda no momento. A verdade é que a estrutura do Ministério das Minas e Energia colocou sob a sua jurisdição empresas de economia mista de toda a natureza que preexistiram ao próprio Ministério. A par de, na área de administração da época, ter sob a sua jurisdição, dois órgãos extremamente importantes que nasceram muito antes do Ministério das Minas e Energia e que eram anteriormente jurisdicionadas ao então Ministério da Agricultura. Refiro-me ao DNPM e ao DNAI, órgãos que, ao longo da sua existência, prestaram, como de resto ainda prestam, relevantes serviços em duas áreas importantes para o desenvolvimento nacional: a área relativa ao subsolo e a área relativa aos chamados recursos hídricos, particularmente aqueles referentes à produção de hidroenergia.

Para se ter uma visão rápida da estrutura do Ministério das Minas e Energia, vou solicitar a projeção daquela transparência. V. Ex.ºs podem verificar que, jurisdicionados diretamente do Ministério das Minas e Energia estão os chamados órgãos reguladores: o DNAI, o CNP, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o DNPM. As chamadas holdings, porque cada uma dessas empresas constitui uma holding: a ELETROBRÁS, a PETROBRÁS, NUCLEBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce e ainda numa posição singular, a chamada Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras, que se agregou ao Ministério das Minas e Energia no momento em que esta empresa que era, na realidade, como uma companhia auxiliar das empresas elétricas brasileiras e ficou jurisdicionada ao Ministério das Minas e Energia, quando as chamadas empresas elétricas brasileiras passaram ao controle da União. Esta área cuida, especificamente, da comercialização do carvão e da prestação de serviços. Por outro lado, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais atua, conjuntamente com o DNPM, num problema que é fundamental para este País, que se chama Mapeamento Geológico Básico, a par de desenvolver, nos termos da legislação que a constituiu, pesquisas dos nossos recursos minerais, subentendendo-os a posterior licitação, para efeito de exploração pela iniciativa privada de áreas de mineração comprovadamente capazes de sair da área de pesquisa para a área de lavras. As companhias executivas, vale dizer, aquelas que estão agregadas a cada uma daquelas empresas holding e que necessariamente desempenham uma ação tipicamente executiva.

Na área da ELETROBRÁS, temos: FURNAS, CHESF, ELETROSUL, ELETRONORTE, Light-Rio — a Light de São Paulo está noutra jurisdição — e a EXCELSA. É claro que nós estamos falando em empresas diretamente jurisdicionadas, porque várias empresas estaduais responsáveis pelo setor de geração, algumas delas e de distribuição, a maioria delas, em cada Estado representam empresas não subsidiárias da ELETROBRÁS, mas, na maioria das vezes, associadas à ELETROBRÁS. Há uma exceção peculiar da Light-Rio e da EXCELSA.

Na área da PETROBRÁS, PETROBRÁS Distribuidora, PETROFÉRTIL, BRASPETRO a BRASET, a PETROMISA, a PETROQUISA e está omissa ali a INTERBRÁS. Nas áreas da NUCLEBRÁS: a NUCLAN, a NUCLEM, a NUCLEI, a NUCLEP e a NUCLEMON, cada uma delas cuidando de um setor, setor da engenharia nuclear, setor de enriquecimento do urânio, setor da produção de equipamento, e a NUCLEMON, que é a mais antiga delas, cuida especificamente do beneficiamento da areia monazítica.

Na área da Companhia Vale do Rio Doce, a DOCE-NAVE, ALUNORTE, ALBRÁS, VALESUL e a FOSFERTIL, que hoje passou para a jurisdição da PETROBRÁS, via PETROFERTIL. Finalmente, o Centro de Pesquisa, o CEPEL, que é o Centro de Pesquisas

Elétricas, o Centro de Pesquisa da área de petróleo diretamente vinculado à PETROBRÁS, o CBTN, o IENI, o IPE e o IRD, na área nuclear; e o DETEG, que hoje é muito mais CTEN, na área de mineração.

A par disto, estamos estruturando dois Conselhos que foram criados na época do Ministro César Cals, o Conselho Superior de Energia e o Conselho Superior de Mineração. Dentre as empresas jurisdicionadas ao Ministério das Minas e Energia, vamos procurar fazer uma síntese da atuação de cada uma delas, começando pela ELETROBRÁS. A ELETROBRÁS foi uma empresa criada no Governo constitucional de Getúlio Vargas, com a finalidade precípua de ser necessariamente uma holding capaz de ordenar o planejamento e acompanhar a execução particularmente das obras de grande porte no setor de energia elétrica. Ela atua através das suas subsidiárias diretamente e, indiretamente, através de suas associadas. A ELETROBRÁS também nasceu quando algumas empresas já tinham — nasceu em termos de estruturação — porque a ELETROBRÁS foi realmente estruturada no Governo Parlamentarista no período João Goulart — ela foi estruturada, quando algumas empresas a ela hoje jurisdicionadas já tinham uma estrutura montada, particularmente a CHESF e FURNAS. A ELETROBRÁS atua diretamente através das suas empresas subsidiárias e indiretamente através de suas empresas associadas. Hoje as empresas subsidiárias da ELETROBRÁS são empresas que, particularmente, cobrem quase toda a extensão no território nacional. FURNAS, que atua particularmente na região grande sistema interligado a carga flui ora numa direção, ora noutra direção. FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE.

Cada uma dessas empresas têm uma história e cada uma dessas histórias têm lances palpantes.

A CHESF nasceu com a epopéia de dominar o São Francisco. Renda-se homenagem à engenharia nacional que deu o primeiro grande lance no aproveitamento de um rio que é fundamentalmente, essencialmente, eminentemente, brasileiro. Não é poesia dizer que o Rio São Francisco é o rio de integração nacional, ele o é. E se as coisas inanimadas têm alma, e às vezes elas as têm, o São Francisco tem alma. E a alma do São Francisco está ligada à própria história das suas populações barranqueiras. O São Francisco é um rio seco em contraposição a um rio, cujas bacias tangenciam às do São Francisco, um dos afluentes tangencia as próprias nascentes do São Francisco, o Rio Grande, que é um rio molhado. Mas o Rio São Francisco é, sem dúvida alguma, a par de ser o rio da unidade nacional, porque durante muitos e muitos anos, cedeu o seu vale à navegação integracionista de nosso País, como também o primeiro aproveitamento do seu potencial hidroelétrico, representado por Paulo Afonso. Começou a ser desvendado como extraordinário manancial de potencial hidroelétrico de nosso País. Acho que não é demais, quando se fala no domínio do São Francisco, através da primeira Usina de Paulo Afonso, render homenagem a Marcondes Ferraz que, sem dúvida alguma, colocou muito da sua experiência, da sua inteligência de engenheiro na execução daquela obra. Daí para frente os aproveitamentos subseqüentes do Rio São Francisco abriram a perspectiva de um potencial hídrico que, convenientemente trabalhado, pode ser utilizado associativamente à regularização da lâmina de água do rio, propiciando um melhor aproveitamento da caixa do rio para navegação, como de resto, trabalhado com inteligência e com segurança, associar-se à produção de energia elétrica a um sistema racional de irrigação, abrindo-se uma nova fronteira agrícola para o País, de grande importância. Doze milhões de quilowatts é alguma coisa que tem que ser levada em conta, carinhosamente, culminando com a grande Hidroelétrica de Xingó, que já pega o rio convenientemente regularizado, abrindo-se a perspectiva de instalação de uma usina com 5 milhões de quilowatts, com 3 milhões de quilowatts de geração firme. E através da interligação com o sistema Boa Esperança — Boa Esperança, meu caro Presidente César Cals, tem muita coisa a ver com V. Ex.º, porque ela foi trabalhada intensamente, quando V. Ex.º presidiu aquela empresa, com capacidade técnica e com esforço administrativo — através dessa interligação estamos abrindo a perspectiva de interligar o sistema dos rios amazônicos com o sistema do Rio

São Francisco, e através deste interligar todo o sistema energético brasileiro.

Mas a verdade é que nós, no Brasil, precisamos ter muito cuidado, quando nos propomos a fazer as coisas, porque isto no Brasil gera uma excitação singular, singular excitação. E muitas vezes, na incapacidade de consentir o que está errado, pela excitação, atrapalha-se o que está certo.

Se havia uma coisa que funcionava neste País era o setor elétrico e, particularmente, hidroelétrico. Aqueles que têm familiaridade com o sistema, aqueles que, direta ou indiretamente trabalharam na área, sabem perfeitamente que o sistema hidroenergético brasileiro é dominante, não é exclusivo e nem pode ser exclusivo, é dominante.

Era um setor que estava arrumado e arrumado no ponto de vista tecnológico, arrumado do ponto de vista gerencial, arrumado do ponto de vista econômico.

Vale dizer que, já no final do Governo Castello Branco, 70% dos recursos investidos no setor de energia hidroelétrica eram oriundos de recursos operacionais das respectivas empresas, 30% eram recursos externos. O que acontecia com isto? Um fato singular. É que indo buscar apenas 30% de recursos externos para o investimento no setor, a área de eletricidade, quer sejam as empresas jurisdicionadas ao Ministério das Minas e Energia, via ELETROBRÁS, quer sejam aquelas associadas e pertencentes aos respectivos Governos de Estado, podiam buscar recursos no exterior em condições extremamente favoráveis. Elas podiam escolher os credores. E podendo escolhê-los, fazia com competência, com recursos, com prazo longo, com períodos de carência e a juros sempre baratos dentro do quadro geral dos juros internacionais. Com o correr do tempo, esse setor foi sendo, pouco a pouco, decomposto. Menos por que os respectivos Ministros das Minas e Energia não cuidassem desse assunto, mas por que a inspiração de que era preciso se valer de um setor que tinha credibilidade externa, ter meios para buscar recursos, buscavam-se os recursos, externamente, não na especificidade do atendimento do setor energético, mas tendo em vista o objetivo tido como maior, que era o equilíbrio da balança de pagamentos. Com o correr do tempo, essas coisas foram-se decompondo. E qual é a situação atual? A situação atual é simplesmente esta: mais de 70% dos recursos têm investimentos no setor de eletricidade — e já o era na época do Ministro Cesar Cals e ainda o é, atualmente — são oriundos de recursos externos e 30% são de recursos tarifários. Duas coisas aconteceram, concomitantemente, porque não há milagre. Nós brasileiros precisamos tomar consciência de que milagre só Deus faz, para que não sejamos sempre estimulados a estar à procura de um "Antonio Conselheiro" ou de um "bode expiatório". Quando falo em "Antonio Conselheiro" é preciso buscar o "bode expiatório". Pois bem, o quadro que aconteceu no setor de energia elétrica foi este. Em decorrência disto, algumas empresas do setor de energia elétrica — e não falo naquelas empresas responsáveis pela distribuição em áreas mais pobres no País, porque essas coitadas sofrem as consequências do seu próprio mercado. Mas, de todas as empresas, de um modo geral, essas empresas, hoje, algumas delas não geram recursos operacionais em condições de atender o seu serviço da dívida. Pois bem, a Legislação estabelece que a remuneração do setor de energia elétrica deve oscilar entre o mínimo de 10% e o máximo de 12%. Poucas empresas estão remuneradas, apenas aquelas cujos equipamentos já estão depreciados e que servem ao mercado altamente concentrado, como, por exemplo, a Light — São Paulo, a Light — Rio, etc... etc... Estas têm o equipamento já depreciado e necessariamente servem ao mercado de alta concentração, de alta densidade de carga. O quadro geral hoje do setor de energia elétrica é de uma remuneração inferior a 4%, para sermos exatos, poder-se-ia dizer, 4%, mas ela é um pouco inferior a 4%. Em decorrência disto, o setor de energia elétrica ficou sob dois focos, porque há duas maneiras de se investir em qualquer setor, mas há sempre a procura de um milagre, não é? De duas maneiras o setor pode investir, ou investe com recurso de tarifa, ou investe com recurso do Tesouro. Fora disso, se alguém conhecer a fórmula mágica, deve ocupar o Ministério das Minas e Energia. Não há possibilidade. Então, o que acontece? Simplesmente o seguinte: Fomos verificar

como atuar no setor, para que pudéssemos atender a uma demanda de energia elétrica que cresce no País, quer dizer, de uma maneira bastante expressiva.

Há uma certa correlação aqui no Brasil, como existe em qualquer país do mundo, entre crescimento produto interno bruto e demanda energética. Aqui no Brasil, isso está em torno na relação de 1.2; nos países mais desenvolvidos isso é inferior a 1 — mas no Brasil, está em torno de 1.2. Mas dizer, que se o Produto Interno Bruto cresce a uma taxa de 5%, geralmente a demanda de energia elétrica não cresce a taxas inferiores a 6% — costumam crescer a taxas superiores, por que em alguns lugares há a chamada demanda reprimida. Para pretender este nível de crescimento, temos que fazer um nível de investimento singular. E por que singular? Porque estamos fazendo aproveitamentos hidrelétricos, em regiões cada vez mais distantes do centro de carga. E há sempre de se presumir que os aproveitamentos de amanhã serão menos econômicos do que os aproveitamentos de hoje — a não ser que os planejadores tenham se equivocado ou sejam incompetentes.

Então, este acoplamento geração, transmissão, subtransmissão, distribuição de energia elétrica é um negócio que deve ser feito com extremo cuidado.

Mas, estamos, por exemplo, com um quadro aqui curioso: a linha Itaipu/Ivaiporã — o Ministro Cesar Cals se empenhou nisso. Infelizmente sabe, perfeitamente, que não conseguiu arrancar os recursos para iniciar a obra no tempo exato. Essa obra está defasada no tempo, estamos fazendo um esforço grande, para ver se compomos em pouco tempo. O que acontece com esta linha? Esta linha é o elo através do qual pode fluir energia em corrente alternada — vale dizer, energia do lado brasileiro, de Itaipu, para suprimento de energia para a Região Sul do País, porque em Ivaiporã tem uma subestação de altos transformadores, que transforma 780 Kw em 500 Kw e joga na Região Sul e a linha prossegue com 780 Kw até São Roque.

Pois bem, houve um atraso nisso. Este atraso, evidentemente, está fazendo com que nós utilizemos a energia de Itaipu, só via corrente contínua — vale dizer, as vias, máquinas instaladas no lado do Paraguai. Mas como a linha de corrente contínua realmente é uma linha muito bem construída, tecnicamente perfeita, não há dúvida nenhuma — quer dizer, a corrente contínua é um avanço sobre a corrente alternada e em transmissão à grande distância, nós sabemos disso. Porém, é a primeira linha de corrente contínua aqui no hemisfério sul. Então, tem os naturais ajustes de funcionamento. Esses ajustes de funcionamento fazem com que nós não tenhamos a segurança de um fornecimento contínuo de energia — tem havido interrupções, ora o defeito numa bucha do transformador, ora um defeito interno do transformador, ora é isso, é isto ou aquilo, até que se ajuste definitivamente.

Além do mais, nós não podemos ter só duas linhas, uma de corrente alternada e outra de corrente contínua. Nós vamos ter que ter duas linhas de corrente contínua, três linhas de corrente alternada, para dar o mínimo de confiabilidade à energia que flui de Itaipu. Principalmente levando em conta — eu quero abrir um parêntese aqui que é muito comum o sujeito falar, e a imprensa publica com extrema continuidade esse fato, de que o Brasil é um País de geração hídrica, tem tantos recursos hídricos que pode virar as costas ao resto. Não é verdade isso. Eu gostaria que algum engenheiro, colega meu, levantasse algum questionamento de natureza técnica, para eu poder responder.

Primeiramente o seguinte: Nós não conhecemos a integralidade da fluviometria dos nossos rios — há quantos anos nós temos réguas milimétricas instaladas nos nossos rios? Dr. Getúlio, há uns 50 anos... O que é que vale isto no ciclo de um rio, não vale nada. Eu só posso otimizar uma geração hídrica, em termos de regularização plurianual, não é regularização diária, ou regularização semanária, mas é regularização plurianual, se eu tiver complementação térmica adequada para isso. Não existe um país do mundo — e quem tiver, faça o obséquio de me dizer, para que eu possa enriquecer um pouco os meus conhecimentos —, mas não há um país do mundo com geração exclusivamente hídrica, não há e nem há possibilidade de ter. Então, nós agora fomos surpreendidos no rio Iguaçu, no sul do País. Qual é a potência instalada no rio Iguaçu? A potência instalada no rio Iguaçu é de 3 milhões de

Kw — com esta seca que deu agora no rio Iguaçu, qual foi a potência que nós pudemos aproveitar em alguns meses no rio Iguaçu? 300 mil Kw, 10% de potência a instalada. Simplesmente porque não tinha água para rodar as máquinas e ponto final. Além do mais, quando eu tenho uma seqüência de usinas no mesmo rio, eu preciso esquematizar muito bem esquematizado a operação dessas usinas, porque senão eu despejo água, eu engulo água nas usinas à montante — e as usinas a jusante não estão preparadas para engolir as águas que receberam a montante, e a água verte pelo vertedouro e joga fora a potência. Isto aconteceu no rio Iguaçu, quando Foz de Areia, que é o grande reservatório — está a montante, e a jusante está um reservatório de Salto Osório e de Salto Santiago. Salto Osório e Salto Santiago são pequenos reservatórios. Então essas usinas foram feitas para operarem conjugadas com a usina de Foz de Areia. Se Foz de Areia está engolindo mais água, é preciso que Salto Osório e Salto Santiago engulam mais as águas — porque, senão, passa água pelo vertedouro e a água que deveria gerar, em cascata, energia, gera só na primeira cascata e não gera nas cascatas subseqüentes.

Isto vai exigir um esforço grande para que nós operacionalizemos melhor isto. Mas, necessariamente, estamos condicionados a termos uma suplementação térmica adequada.

O que está acontecendo no momento? Estamos sendo obrigados a trabalhar com extremo cuidado os reservatórios da Região Sudeste. Nós fizemos uma espécie de pequeno racionamento, mas um racionamento voluntário na Região Sul do País, que teve êxito na medida em que: Primeiro, teve a colaboração da população, de um modo geral, inclusive dos empresários; Segundo, teve a estreita colaboração das empresas estaduais de energia elétrica e dos seus respectivos governos, Governo do Paraná, Governo de Santa Catarina, Governo do Rio Grande do Sul colaboram intensamente nesse trabalho, então, tivemos um certo êxito, conseguimos economizar 20% de energia.

Com as usinas térmicas trabalhando firmemente — Usina Térmica de Santa Cruz e Usina Térmica de Piratini — particularmente de Santa Cruz, nós conseguimos recuperar, em parte, o nível dos reservatórios do Sul. Porém o nível de reservatório da Região Sudeste ainda continua relativamente baixo. Em igual período do ano passado, por exemplo, Furnas estava com mais de 80% da capacidade nominal do seu reservatório — hoje está com menos de 60%. O Dr. Licínio foi Presidente de Furnas e sabe que este é um fato inusitado, que pode acarretar seqüências. Além do mais, aconteceu que a Usina de Angra I parou para recarga dos combustíveis e uma revisão na tubulação do condensador. Ora, tecnicamente falando, uma usina elétrica colocada dentro do centro de carga absorve reativos e faz com que realmente a potência em relação a uma usina colocada à distância grande quase que dobre.

Um exemplo: 600 mil KWS em ANGRA I equivale a mais de mil KWS em ITAIPU, levando em conta especificamente o problema de absorção de reativo.

Essa questão de usinas no centro de carga é fundamental para balancear melhor o sistema de grandes linhas de transmissão, uma grande linha de transmissão sem uma geração na ponta funciona como uma grande viga em balanço. Quem é engenheiro civil sabe o que acontece em momentos negativos de uma grande viga em balanço. Então, este o quadro todo vez com que o Ministério das Minas e Energia montasse o chamado programa de recuperação setorial chamado de TRS.

Por que este programa de recuperação setorial? O programa de recuperação setorial evidentemente visava primeiro criar condições para que as empresas no setor se capitalizassem, e em segundo lugar as empresas do setor convenientemente descapitalizadas melhorassem a nossa capacidade de buscar recursos externos para suplementar as poupanças internas e assegurar um nível de investimento no sistema de geração, de transmissão e de subtransmissão e distribuição que permitisse uma certa tranquilidade de um progresso no País.

Porque é preciso que se tenha consciência de uma coisa, se falta energia elétrica não tem outro caminho se não racionar; não se encontra energia elétrica empacotada para importar, nem nós temos linha de transmissão ligada a país que tem disponibilidade de energia a não ser a binacional ITAIPU!

Então é preciso fazer com que os investimentos no setor de geração, transmissão, subtransmissão caminhe sempre um pouco na frente da demanda; então, é preciso assegurar recursos para investir, se não tem que racionar; o pessoal se espanta, mas é uma coisa natural, a gente enfia o pé na chuva e se assusta porque o pé molhou. É um caso de realidade este.

Ou, então, expandir o programa setorial, foi montado prevendo-se um determinado nível de investimento programado. Programado tendo em vista o quê? Uma projeção de crescimento. Nós fizemos isto naturalmente em estreito entendimento com os Ministérios da Área Econômica, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, porque eles são quem nos dão os dados; bom, vai crescer, 6%, 7%, o Produto Interno Bruto e em decorrência disto nós fazemos uma projeção de investimento no setor de geração, transmissão, distribuição e instalações gerais, tudo está programado.

É claro que toda projeção — eu não sou afinal de contas um crente absoluto dos planos, plano tem que sofrer sempre reajustes, não há nenhum planejador absoluto, não nasceu este ainda, é claro que todo planejamento vai ter seu reajuste ao longo do tempo, isto é como PERT, a todo momento você tem que alimentar os eventos e as atividades, para se obter seguramente a linha de menor resistência.

Este programa envolvia necessariamente recursos oriundos da tarifa, uma retomada da tarifa, e uma capitalização das empresas através de quê? Como é que se vai capitalizar essas empresas?

Bom, muitas dessas empresas particularmente as do setor da ELETROBRÁS, particularmente, porque vimos mais o setor da ELETROBRÁS, tem empréstimos com entidades financeiras nacionais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES etc., etc.

Então, nós previmos que parte desses débitos dessas empresas fossem transformados em capital da União dessas empresas, para melhorar o perfil da composição do capital dessas empresas e melhorar também a nossa capacidade de buscar recursos externos.

Com o Plano Cruzado evidentemente isso aí sofreu uma modificação, nós estamos recompondo para verificar se asseguramos o mínimo *minimum*; é claro que onde pudermos fazer economia vamos fazer, mas se levamos em conta realmente os custos de quilowatts instalados entre kw/hora gerado dentro das peculiaridades do sistema hidroenergético brasileiro, comparado com similares aproveitamentos em outros países do mundo nós vamos verificar que necessariamente o nosso pessoal no setor trabalha bem, não só no que concerne à parte tecnológica em si mesma, como também no que diz respeito à parte gerencial; é claro que talvez alguma economia ainda possa ser feita, no tipo do nível de instalação e outras coisas mais.

Mas, essas economias que podem ser feitas não terão uma repercussão tão expressiva, como se podia supor no quadro geral de investimentos.

Esse assunto nós estamos discutindo com o setor econômico para definirmos agora em caráter bastante seguro os recursos que serão alocados para o setor para estabelecermos uma ordenação de prioridade, mas, é claro que a prioridade no momento é transmissão-distribuição, mas, isso pode dividir geração? Não. A construção de uma usina hidrelétrica por mais bem ajustados que sejam os programas, mais ajustados que sejam a cronologia de recursos para o setor não leva menos de 5 a 6 anos, normalmente 8 anos.

E, quando nós dizemos cronologia é muito comum nós esbarrarmos com uma coisa que o Ministro César Cals esbarrou lá em Itaparica, e foi o primeiro problema que enfrentei, não havia recursos para desapropriação do pessoal, onde é que ia botar 36 mil pessoas que estavam lá no reservatório de Itaparica? Então, 21 mil na zona urbana, 15 mil na zona rural, gente que está assentada ali que tem sua pequena propriedade, que está produzindo, que está fazendo inclusive irrigação?

Agora, nós estamos concentrados em procurar o reassentamento destes colonos ou destes proprietários antes de qualquer providência. Tem acontecido que estes proprietários não são reassentados e não sendo reassentados eles ficam ao sabor do acaso.

Estamos vendo agora um nível grande de protestos de colonos que foram desalojados, talvez em Itaipu, não sei, e que foram morar lá no Sul do País.

Então, está é uma preocupação que tem que estar presente, e esses recursos têm que estar alocados no tempo certo. Este é o grande problema.

Fala-se muito em estatais, isso já é moda, o Brasil é cheio de modismo, há de se arranjar um bode expiatório para alguma coisa, é claro que muitas das estatais têm que ser trabalhadas para melhorar sua performance, sua eficiência, sua eficácia, esta coisa toda.

Mas, desde quando os respectivos Ministros têm o domínio sobre os investimentos das estatais?

O SR. — O Sr. tinha o domínio?

O SR. — Sobre o Ministério das Minas e Energia?

Estas estatais geram recursos que são jogados na conta do Tesouro e a é quem controla este assunto, daí por que nós não temos nenhuma condição de dizer se vamos investir isso, vamos investir aquilo, quem determina o número de investimento? A PETROBRÁS gera recursos para fazer investimento, por exemplo, uma companhia Vale do Rio Doce etc. etc., ela pode aplicar o que ela gera? Não. Quem diz quanto é que ela deve aplicar não é sequer o Ministro das Minas e Energia, é a CHESF que não tem nada a ver com o Ministério de Minas e Energia. É preciso que fiquem claras essas coisas, este é o problema.

Então, já há um controle sobre investimento das chamadas estatais, elas investem aquilo que determina a CHESF dentro de uma visão global do planejamento econômico do País, e todos os recursos gerados pela PETROBRÁS são recolhidos na conta do Banco Central, era, no seu tempo, e continua sendo no meu tempo. Então não há nenhuma autonomia das estatais para aplicar os recursos por ela gerados. Isto já está necessariamente sob controle do Governo, como um todo. Esta é uma visão do sistema, dos recursos gerados. V. Ex.<sup>as</sup> podem verificar, na transparência, que o sistema PETROBRÁS, evidentemente, e ELETROBRÁS são os sistemas que geram maior soma de recursos. Quando transformamos os dólares em cruzados, verificamos que a própria posição da Vale do Rio Doce não é tão excepcional como à primeira vista pode-se supor.

Estamos procurando associar um trabalho de racionalização do setor de energia elétrica, agora dentro das dificuldades que temos, para evitar o racionamento. Dentro desse setor de racionalização que, aliás, não tem novidade, porque na época da Comissão Nacional de Energia se fez um esforço nesse sentido também, fez-se um esforço no sentido de racionalizar o consumo de derivados de petróleo com muito êxito e quero, aqui, abrir um parêntese para dizer o seguinte: nesse particular é preciso fazer justiça; o esforço desenvolvido pela PETROBRÁS — vou falar sobre este assunto — no Governo Figueiredo, na época que era Ministro o Senador César Cals, foi um esforço coroado de êxito e, por isso, precisamos fazer justiça ao seu esforço, ao seu trabalho, que fizeram com que a PETROBRÁS saísse de uma produção de pouco mais de 167 mil barris/dia de petróleo, para atingir — na sua época — 500 mil barris e, hoje, estamos ultrapassando a casa dos 600 mil. Então é um fato muito importante; no final do Governo Figueiredo chegamos a atingir 570 mil barris de produção teto e, hoje, a nossa produção teto está mais ou menos em 645, 650 mil barris, que representa um passo extremamente importante. Mas vamos tratar desse assunto em hora mais oportuna.

Esse esforço de racionalização do consumo de energia está se desenvolvendo sob dois aspectos fundamentais: o primeiro aspecto diz respeito ao problema de redução do desperdício, vale dizer, tanto quanto possível o cidadão deve evitar o desperdício. O que é desperdício? É não apagar a luz quando não se está usando, é ligar o chuveiro antes e entrar, é deixar o chuveiro ligado depois do banho, idem no que diz respeito a outros equipamentos eletrodomésticos. Por outro lado também a performance desses equipamentos, por exemplo, o sistema de isolamento térmico da geladeira tem que ser melhorado, também a eficiência dos compressores, e assim por diante. Esse é um esforço que estamos fazendo, de melhoria de tecnologia, e da melhoria da redução do desperdício, através de uma tentativa de criar consciência na população de que este é um bem importante e que não deve ser desperdiçado. Se a pessoa consegue economizar um Kw de instalação, talvez esteja economizando mil dólares de recursos de investimentos.

Se economizo mil kw/h, estou economizando alguma coisa representativa de 38 dólares, porque o valor médio da tarifa, no Brasil é 38 milésimo de dólares o kw/h, se levamos em conta uma remuneração de 10% sobre o investimento e assim por diante. Claro que para isso temos que fazer um trabalho sistemático, ao longo do tempo, para colher alguns frutos, que não serão tão grandes assim mas que têm uma certa representatividade.

De modo geral, eu deveria dizer mais algumas coisas a respeito da eletricidade mas, com certeza, terei oportunidade de responder às indagações que me forem dirigidas, para não tomar mais tempo dos que me honram com tanta atenção, vou encerrar por aqui o que diz respeito à área de eletricidade.

No que diz respeito, especificamente, à Companhia Vale do Rio Doce, os Senhores sabem que ela nasceu, tendo por núcleo básico, a chamada Itabira Iron, e ela foi vivendo, crescendo e desenvolvendo basicamente em função das reservas de minério de ferro existente na área do quadrilátero ferrífero.

O grande êxito a Companhia do Vale do Rio Doce constituiu, na sua capacidade de operacionalizar este trimônio: mina, estrada de ferro e porto. Esse trimônio deu à Vale do Rio Doce condições de alta competitividade no mercado externo. Não fora esse trimônio, dificilmente ela teria condições de competir com alguns países que estão geograficamente localizados em posições mais favoráveis em relação aos grandes mercados consumidores. A Companhia, na medida em que foi crescendo — isto é muito comum no Brasil, o sujeito é um bom jogador de futebol, e é convidado para jogar basquete — ela passou a ser chamada, passou a ser convocada a atuar em vários outros setores:

A atividade mineral da Companhia tem um parâmetro novo com as reservas minerais da Serra dos Carajás. Carajás foi, sem dúvida alguma, um passo novo e singular no quadro das reservas de minério de ferro do Brasil. Por que singular? Porque, geralmente, os metais pesados estão presentes nos sistemas orográficos mais antigos. Evidentemente quando falaram em minério de ferro na Serra da Mantiqueira é um fato natural, por quê? Porque o sistema da Mantiqueira é um fato natural, por quê? Porque o sistema orográfico da região da Mantiqueira, chamado Maciço Atlântico é o mais antigo sistema orográfico do mundo, remonta ao Arquiário e, presumivelmente, ao algonquiano, então são formações arqueológicas antigas. Mas apareceram afloramentos rochosos naquela região amazônica, que é predominantemente da formação do Terciário, foi realmente um fato inusitado e com as características da quantidade e da qualidade. Então o sistema Carajás está se preparando, necessariamente, para ser a grande província mineral do Brasil, já começa a exportar qualquer coisa parecia com 10 milhões de toneladas e vai crescendo gradualmente, enquanto vai decrescendo gradualmente a exportação de minério de ferro da área do quadrilátero ferrífero que, com o correr do tempo, vai se destinar, mais necessariamente, para suprir o mercado interno. Isso vai demorar, mas, de qualquer maneira, vai crescendo; este ano o Brasil deverá exportar 76 milhões de toneladas de minério de ferro, predominantemente ainda o quadrilátero ferrífero, mas com o tempo isso vai mudar. No sistema Carajás sepetiu-se tudo aquilo que deu eficiência à Companhia Vale do Rio Doce; mina estrada de ferro e porto.

Isto abriu uma perspectiva singular, está, em contrapartida, abrindo a possibilidade daquela região, na medida em que for decrescendo a exportação de minério de ferro, pode crescer a exportação de outros produtos, via sistema portuário no Espírito Santo, que é um dos melhores do Brasil, com uma estrada de ferro que vai ter disponibilidade de transporte, desde que nós consigamos resolver o gargalo que existe ali, que é um ramal de mais ou menos 100 quilômetros chamado Costa Lacerda — Belo Horizonte. Nós estamos em entendimento com o Ministério do Transportes para vencer esse gargalo, com isto nós vamos abrir a perspectiva de atender à produção agrícola da chamada Região do Cerrado brasileiro, envolvendo o Estado de Minas Gerais, Goiás e de Mato Grosso, predominante esses três Estados. É uma perspectiva importante que se abre a par de outros produtos que podem ser escoados através desse sistema ferroviário e desse sistema portuário. Além do

mais, o que é importante é operacionalizar os navios combinados. Nós sabemos que o minério de ferro tem alta densidade, tendo alta densidade o minério de ferro, geralmente não enche todos os compartimentos do navio e nem é possível encher, senão o navio vai por água abaixo, vai para o fundo. Então, é possível ter sempre a disponibilidade em alguns compartimentos do navio para operar com produto de mais baixa densidade, para operar, por exemplo, com o carvão que tem mais baixa densidade, operar, por exemplo, com grãos agrícolas que têm mais baixa densidade, operar por exemplo, com containers, que trazem mercadoria de maior valor agregado porém de menor peso e assim por diante. Esses navios combinados estão começando a ser convenientemente operados para permitir que se reduza o frete, porque, às vezes, não é possível se ter um navio só de grãos, encher um navio com 100 mil toneladas ou 200 mil toneladas de grãos, é um negócio sério, mas completar a carga com 20 mil, 30 mil toneladas de grãos, faz uma carga combinada que garante um frete mais econômico. A Companhia Vale do Rio Doce diversificou de maneira bastante expressiva a suas atividades, aí nós vamos ter uma visão do número de empresas juridicionadas à Companhia Vale do Rio Doce, para ter uma visão segura, em cada local que elas atuam. Os Srs. verificam o elenco relativamente grande, é claro que você têm algumas que são empresas de pesquisa, como é por exemplo a DOCEGEO, que atua muito mais na área de pesquisa geológica; tem outra que atua na área de transporte, que é fundamental para a Companhia Vale do Rio Doce que é a DOCENAVE. Aliás, essa parte de afretamento de navios, nós estamos atuando agora conjuntamente com o Ministério do Transportes para, tanto quanto possível, reduzir o percentual de navios afretados. É claro que afretamento de navios é indispensável, é como uma espécie de pulmão, para assegurar a flexibilidade no transporte. Mas nós estávamos, mais ou menos, com 50% de navios afretados, a tendência nossa é fazer com que esse montante caia talvez para os 20 a 25%, já caiu para 30%, no sentido de primeiro assegurar o aproveitamento da capacidade ociosa dos nossos estaleiros de construção naval e dar uma maior segurança estratégica a este tráfego internacional, quer seja via FRONAPE, não apenas via FRONAPE, porque nós temos navios operacionais para o sistema de produção de petróleo, ainda agora recentemente, a PETROBRÁS recebeu um navio ativador de poço que atua especificamente na área de produção de petróleo, como também aqueles navios que atuam na área de pesquisa mas, predominantemente, diremos a parte da PRONAPE da DOCENAVE, no que concerne ao problema de afretamento de navios.

A Companhia Vale do Rio Doce, como nós tivemos a oportunidade de assinalar, é uma empresa que nasceu, como se entende como gênese, a chamada Itabira Iron, e até então, os estatutos da Companhia da Vale do Rio Doce — vou prestar todos esclarecimentos sobre as colocações feitas, evidentemente com muito critério, pelo Senador Severo Gomes —, os estatutos da Companhia Vale do Rio Doce eram peculiares, porque quando da aquisição da Itabira Iron pelo Governo brasileiro, para se transformar em Companhia Vale do Rio Doce, no entendimento feito com os ingleses, houve uma série de condicionantes impostas pelos mesmos, para a montagem da Companhia Vale do Rio Doce e a feitura dos seus estatutos. Pois bem, já no início do Governo do Presidente José Sarney, a Companhia Vale do Rio Doce fez uma proposta ao Ministério das Minas e Energia, no sentido de ajustar os estatutos da Companhia Vale do Rio Doce à nova lei das S/A. Houve da parte do Ministério das Minas e Energia a aquiescência para este ajustamento. Mas o Ministério das Minas e Energia teve o cuidado de, antes de qualquer iniciativa e de qualquer decisão, proceder uma consulta à Consultoria Geral da República, até então era Consultor-Geral da República o Professor Darcy Bessone. Na consulta feita, o Professor Darcy Bessone levantou algumas dúvidas ne ao ajustamento destes estatutos à nova legislação das sociedades anônimas. Em decorrência das dúvidas levantadas pelo Professor Darcy Bessone, nós recomendamos ao ré, Companhia Vale do Rio Doce, que prestasse todos os esclarecimentos que se fizessem necessários, antes de efetivarmos a mudança dos estatutos. Esses esclarecimentos foram prestados, nós temos aqui

toda a documentação que foi encaminhada ao Professor Darcy Bessone e, posteriormente, já a carta remetida por ele ao Ministério das Minas e Energia. Faz parte desse dossiê que vai ficar aqui à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Posteriormente o Professor Brossard, como Procurador-Geral da República, solicitou esclarecimentos adicionais que fossem na documentação. O atual Ministro Paulo Brossard se deu por satisfeito com esses esclarecimentos prestados. E agora, recentemente o atual Procurador-Geral da República também solicitou esclarecimentos, que foram repetidos, está todo o dossiê à disposição para uma análise mais profunda dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou deixar isto aí para ser convenientemente examinado.

O problema do mercado internacional de minério de ferro é um mercado altamente competitivo, além da decorrência do domínio desses três pontos fundamentais: mina, sistema de transporte e porto, a Companhia Vale do Rio Doce tem conseguido atuar bem nesta área. Mas, evidentemente, que ela derivou para outras áreas, tem o chamado Grande Projeto Carajás, uma coisa é Carajás, minério de ferro, outra coisa, o Grande Projeto Carajás, que inclusive extrapola ao controle do Ministério das Minas e Energia, exige o Conselho Grande Carajás, envolvendo os Ministérios da área econômica, os governadores de Estado da área etc., etc., então é um grande conselho, que toma as decisões sobre incentivos fiscais, os projetos que são colocados na região.

Mas a Companhia Vale do Rio Doce, sob certo aspecto, liberou dois grandes projetos lá da região — de alumínio. Soube até que virou três, ALBRÁS, ALUMAR e ALUNORTE — a ALUMAR e a ALBRÁS produzindo alumínio, produzindo lingote de alumínio; e a ALUNORTE aqui se agrega à chamada mineração do Rio do Norte, elas se destinam a produzir alumina.

Bom, o Brasil tem realmente grandes reservas de bauxita e particularmente reservas excepcionais de bauxita na região Norte do Brasil. Existindo em várias regiões do Brasil, a bauxita não é assim tão rara no território brasileiro; aliás ela não é muito rara na crosta terrestre — essa crosta terrestre é chamada sial, não é à toa, é porque é predominância de sílica e de alumina. Bom, mas em decorrência disto, foi feito o joint-venture com empresas internacionais para a instalação da ALBRÁS e da ALUMAR. Esse joint-venture tinha um problema condicionante fundamental: como o alumínio é indiscutivelmente um tipo de produto que tem como insumo fundamental a energia elétrica, quando da instalação da ALBRÁS — vamos começar da ALBRÁS — houve naturalmente uma condicionante dos empresários internacionais — particularmente dos japoneses, no sentido de que fosse fixada uma determinada tarifa de energia elétrica em 230kw, que fosse capaz de tornar esse alumínio competitivo no mercado internacional. Em decorrência disto, os senhores têm uma visão ali completa do que aconteceu.

Bom, no contrato inicial — e esse contrato foi feito na época do Ministro César Cals —, ele teve uma visão segura do problema. Se estabeleceu que haveria um desconto de 10% sobre a tarifa, de 18.5 milésimos de dólar o quilowatt/hora, além de estabelecer uma condicionante de uma variabilidade desta tarifa em função do preço do alumínio no mercado internacional. Tomando por base uma determinada tarifa, necessária a um determinado preço de alumínio no mercado internacional, que é da ordem de 6.413 dólares a tonelada, que, condicionada a isso, está o ajustamento dessa tarifas.

Bom, a tarifa média — isto tudo em 230kw — é tarifa em 230kw que é a tensão em que eles recebem a energia. Quando assumi o Ministério das Minas e Energia, em função da situação de dificuldade em que se encontrava o setor de energia elétrica, eu mandei fazer um estudo conjunto — Ministério das Minas e Energia e Ministério do Planejamento — os estudos já estão aqui e acho que nós vamos deixar uma cópia disso aqui para...

O SR. — (fora do microfone)

O SR. AURELIANO CHAVES — Já recebeu? Uma cópia disso aqui para que os Srs. possam ter uma avaliação completa da situação. E em decorrência disto, o

contrato é para ser cumprido. Nós estamos cumprindo integralmente — quer dizer, os contratos que foram assinados. Que, naturalmente, teve uma visão global do Brasil, em função da visão global, se assinou aquele contrato.

Agora, nós suspendemos a assinatura de contratos adicionais, com aditivos aos atuais contratos, enquanto nós não pudéssemos fazer uma avaliação segura, que está sendo feita por nós agora, porque nós recebemos, recentemente, esses estudos sobre necessariamente o impacto no sistema energético, não é? Dado a ação de tarifas que, necessariamente, estão abaixo dos custos reais. Se nós levarmos em conta a remuneração de 10% do capital, evidentemente, não está sendo remunerado — a remuneração, hoje, da ELETRONORTE é uma remuneração negativa. Quanto é que é a remuneração negativa da ELETRONORTE? Então, se nós levássemos em conta uma remuneração de 10% do capital, a tarifa média da ELETRONORTE deveria estar em torno de 48 milésimos de dólar o quilowatt/hora.

O SR. — (fora do microfone)

O SR. AURELIANO CHAVES — Mais.

O SR. — (fora do microfone)

O SR. AURELIANO CHAVES — Não, isso aí é mínima legal geral de todo o sistema. Se você tomar uma tarifa média e remunerasse o sistema na base de 10%, ter-se-ia uma tarifa média real de 38%. Mas especificamente a ELETRONORTE, não, um pouco mais do que isso.

Agora, é claro que nós vamos estudar esse negócio, com todo o carinho, para verificar quais são as repercussões em contratos adicionais, que porventura sejam colocados a exame do Ministério das Minas e Energia. Os contratos que já foram feitos serão integralmente respeitados.

Esse problema de produtos representativos de grandes insumos energéticos, PÓLO MINAS, FERRO LIGA, etc., e a própria Siderurgia que utiliza muito de fornos elétricos — nós temos que fazer uma avaliação muito segura em decorrência do quadro em que nós nos encontramos de carência de recursos para investir no setor energético. Precisa fazer uma avaliação para cobrar uma coisa a outra.

Mas, necessariamente, o quadro geral do preço do alumínio, no mercado internacional, é um quadro candente e que agora está abrindo alguma perspectiva de recuperação. Hoje, o alumínio, no mercado internacional, está na base de qualquer coisa parecida com mil e cem dólares. Agora, o insumo energético é — quanto é que a gente gasta para produzir uma tonelada de alumínio a partir da ALUMINA, não (inaudível) a energia que nós gastamos evidentemente de toda a natureza para produzir a bauxita, apenas a partir da ALUMINA? Mais ou menos 15 mil e 500 quilowatt/hora por tonelada de alumínio. Para terem uma idéia: 15 mil e 500 quilowatt/hora por tonelada de alumínio.

Então, é realmente fundamental o insumo energético. Tanto que, necessariamente, a energia mais barata ainda é a energia hidroelétrica. Daí por que, geralmente, essas usinas de alumínio estão sempre acopladas de uma grande central — a uma grande hidroelétrica.

E, no que diz respeito a bauxita, nós estamos agora, numa grande excursão internacional sobre o preço da bauxita. Os grandes consumidores internacionais de bauxita, em função da variação do preço do alumínio no mercado internacional, tentaram impor um preço reduzido à bauxita. A bauxita brasileira, particularmente, é aquela produzida pela mineração vinda do Norte, que é uma subsidiária da (inaudível). Nós estamos procurando resistir, e fazer como os demais países produtores, particularmente a Guiné, no sentido de resistir a um aviltamento do preço da bauxita no mercado internacional. Nós estamos discutindo o problema da fórmula, para determinação do preço — fórmula essa que consta do contrato, mas que tem algumas variáveis que nós queremos levar em conta, particularmente, por exemplo, a maxidesvalorização do cruzeiro, e há uma certa resistência das companhias compradoras de alumínio em aceitar — compradores de bauxita em aceitar isso.

Nós estamos como grande produtor, como grande exportador de alumínio, procurando resistir associati-

vamente com os países chamados países do Terceiro Mundo, que são exportadores de alumínio, em quantidade inferior ao Brasil, cuja presença, aliás de bauxita, mas cuja presença de bauxita nas suas respectivas balanças comerciais é extremamente importante. O preço corrente da bauxita está em torno de 28 dólares e 50 centavos, eles tentaram forçar uma baixa para 18 dólares, a tonelada, nós estamos discutindo os 28 dólares e 50 centavos, e fizemos um entendimento inicial, na base do preço interno, da bauxita, que está na ordem de 25 dólares e 43 centavos. Agora, o nosso ponto de preço de referência são os 28 dólares e 50 centavos, que deve ser submetido a uma arbitragem internacional.

A Companhia Vale do Rio Doce, embora não seja uma empresa, diremos constitucionalmente, uma empresa explicitamente, uma empresa de controle da União, nós entendemos que é preciso preservar um patrimônio que pertence ao Brasil. Quanto valem as minas de que dispõe a Companhia Vale do Rio Doce? Quanto valem? Não sei, é um patrimônio do País. Hoje pode ter um valor simbólico, amanhã tem um valor simbólico muito superior. Então, a nossa preocupação é preservar estas riquezas minerais. Quer dizer, nós sabemos que minério não dá duas safras, não dá mesmo, é um bem exaurível, e se é um bem exaurível é preciso tratar esses bens com cuidado. Riqueza de subsolo não é brincadeira, precisa-se trata dela com todo cuidado. Daí a razão pela qual nós propusemos ao Presidente José Sarney, e Sua Excelência aquiesceu prontamente, baixar um decreto através do qual não se colocasse mais dúvidas quanto ao controle acionário por parte do Tesouro Nacional das ações da Companhia Vale do Rio Doce. Obrigatoriamente, quer dizer, por esse decreto o Governo Federal deve assegurar uma presença majoritária desses 51%. Nossa visão do problema é esta: a questão transcende ao fato de se discutir se é ou não uma presença majoritária da União, do ponto de vista, digamos assim, da Constituição. Acho que do ponto de vista do interesse nacional, é a minha visão, posso estar errado, mas é a minha visão pessoal, devo assegurar a presença da União, e neste particular podem me chamar de nacionalista e até ultranacionalista, se este for o caso, me honro muito de o ser. Acho que este problema de preservação das riquezas, do País, particularmente das riquezas minerais do País, nós temos que ter uma atenção especial. Nós não estamos praticando nenhuma novidade, todos os países procedem assim, inclusive os países de economia aberta. Economia de mercado, economia capitalista, só novidade. Então, nós brasileiros temos o dever de sermos firmes e até intransigentes, na defesa desse patrimônio do nosso subsolo. Quer dizer, riquezas brasileiras, mas eu digo particularmente o subsolo, porque não dá mesmo. É preciso segurar com tranqüilidade, com firmeza, essas riquezas que pertencem ao Brasil como um todo, os governos passam o Brasil fica. Então, este é um dever solidário de todos. Naturalmente vou ter oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre cada uma dessas associadas da Companhia Vale do Rio Doce ou subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce, atuações subsequentes no decorrer dos debates.

A PETROBRÁS ocupa um lugar peculiar, porque ela é por lei monopólio, monopólio da União. Então a visão da PETROBRÁS tem uma peculiaridade própria, não se trata de dizer se é mais ou menos importante, tem um lugar próprio dentro do chamado "contexto das estatais."

A PETROBRÁS, com o correr do tempo, foi agregando empresas subsidiárias: temos a PETROQUISA, que cuidou da parte química da PETROBRÁS, vale dizer, nasceu com o Pólio Petroquímico, a PETRO-FÉRTIL, que nasceu com o pólio de fertilizantes, a INTERBRÁS, que envolveu necessariamente a presença da PETROBRÁS no comércio internacional. E por que a INTERBRÁS? Porque, sem dúvida alguma, a PETROBRÁS é uma grande compradora no mercado internacional. Nós chegamos a importar algo como 400 mil barris/dia do Iraque; nós chegamos a importar 80% do consumo do nosso petróleo, mais de 80% quando V. Ex. assumiu o Ministério. Hoje estamos importando um pouco menos de 40%, estamos produzindo 60%. Mas mesmo importar 40% de petróleo significa o quê? Um fantástico poder de barganha, e este poder de barganha da PETROBRÁS é que foi utilizado na consti-

tuição da INTERBRÁS. E como a utilização desse poder de barganha? Hoje nós importamos petróleo de vários países, particularmente dos países árabes, com mecanismos de contrapartida. Qual era esse mecanismo de contrapartida? Esse mecanismo de contrapartida envolve necessariamente: nós compramos petróleo, pagamos uma parte em dólar, e outra parte nós pagamos em bens e serviços. Hoje o que aconteceu? Nós abrimos extraordinariamente mercados de vários países a produtos acabados brasileiros, produtos manufaturados brasileiros, para serviços brasileiros, particularmente no Oriente Médio. Com isso a PETROBRÁS, via INTERBRÁS, melhorou sensivelmente o quadro da nossa bar outro lado, na medida em que nós conseguimos reduzir, através daquela que foi desenvolvida no Governo do Presidente Figueiredo, através da Comissão Nacional de Energia, reduzir o consumo de derivado de petróleo, nós começamos a dispor de faixas ociosas nas nossas refinarias, que podiam ser utilizadas para refinar petróleo de outros países. Em contrapartida, nesse trabalho nós propiciaremos aos países menos desenvolvidos, particularmente os países da África, uma oportunidade singular: refinar o seu petróleo em refinarias brasileiras, e pagar o serviço do refino através do próprio petróleo. Com isso nós fomos reduzindo o dispêndio líquido em divisas pela PETROBRÁS, na importação de petróleo. Primeiro, porque reduzimos a importação de petróleo; segundo, porque fizemos com que a PETROBRÁS fosse um agente internacional para o comércio de produtos brasileiros; e, em terceiro lugar, a PETROBRÁS agiu também como agente diplomático, à medida em que aumentou o intercâmbio com os países menos desenvolvidos.

Hoje a PETROBRÁS tem uma capacidade de refino da ordem de 1 milhão e 500 mil barris em número redondo. Quando a empresa foi criada, nós tínhamos muitas empresas que refinavam petróleo no Brasil.

Era na Região Amazônica empresas privadas que refinavam o petróleo. Então, não é exclusivamente da PETROBRÁS a importação de petróleo. Não era exclusivamente. Com o correr do tempo a atividade desenvolvida pela PETROBRÁS foi adquirindo parâmetros novos. E hoje a PETROBRÁS detém um monopólio natural da importação de petróleo. E na medida em que ela deteve o monopólio natural da importação de petróleo ela beneficiou o Brasil. Beneficiou o Brasil na medida em que: primeiro, evitou superfaturamento que havia no passado. Quem conviveu com esse passado sabe disso; quando o petróleo era barato lá, um dólar, um dólar e cinquenta. Segundo lugar: aumentando o poder de barganha do Brasil fez com que o Brasil atravessasse a crise de preços elevados de petróleo no mercado internacional, sem que fosse levado o País a um perigoso racionamento, a um perigoso racionamento. Hoje as refinarias particulares tipo Ypiranga e outras têm uma capacidade de refino da ordem de 20 mil barris em números redondos; 20 mil barris em números redondos. Então, tenho, quer dizer, expressão numérica. Tem a expressão econômica mas não tem a expressão numérica; expressão econômica dentro de um contexto, de que reatividade petrolífera sempre envolve grandes recursos.

Agora, o que me parece importante em tudo isso é o seguinte: a PETROBRÁS — isso que é importante — a PETROBRÁS tem demonstrado, ao longo do tempo, competência profissional. Como no mundo contemporâneo para uma coisa não há sucedâneo, é para a competência. A PETROBRÁS vem ao longo do tempo, na medida em que vai pouco a pouco agregando reservas novas de petróleo, as reservas existentes, ampliando o horizonte de exploração do nosso petróleo e aumentando a produção do nosso petróleo e beneficiando a nossa balança comercial; a PETROBRÁS vai demonstrando competência dos seus técnicos e de seus profissionais. E a maior demonstração de competência da PETROBRÁS foi necessariamente a abertura de contrato de risco. O contrato de risco quebrou o tabu de que a PETROBRÁS, afinal de contas, não era tão eficiente quanto se falava. E nesse particular o Governo do Presidente João Figueiredo, e na época do Ministério de César Cals, tomou uma iniciativa quer teve os aplausos da Comissão Nacional de Energia. Abriu ainda mais os contratos de risco até então abertos pelo Presidente Geisel, estabeleceu faixa de exclusividade. Algumas

empresas alegavam que a PETROBRÁS fazia uma malha, indicava as áreas que deveriam ser pesquisadas por elas e ficava na espreita de fazer um furo próximo daquele onde se deu o petróleo. A providência tomada no Governo Figueiredo foi, nesse particular, sábia e salutar, foi uma espécie de despacho saneador. A PETROBRÁS definiu as áreas de pesquisa que lhe convinha e os resto foi aberto aos contratos de risco. Qual foi o resultado? Não para alegria nossa, porque nós desejávamos que todas essas empresas que estão furando petróleo encontrasse petróleo e gás etc. Reserva brasileira, quanto mais encontrar melhor. Mas, para comprovar a competência dos nossos técnicos da PETROBRÁS, a verdade é que a partir do contrato de risco a PETROBRÁS vinha agregando reservas novas de petróleo e gás, enquanto os contratos de risco anunciavam algumas ocasionais manifestações, como é o caso da Bacia de Campos pesquisada pela PECTO, mas infelizmente não tivemos notícia ali da descoberta de grande reservas.

Ora, Bacia de Santos, desculpe — falei Bacia de Campos - o que está acontecendo agora? Está acontecendo um fato extremamente promissor e que nos alegra muito. As recentes descobertas de gás não associados da Bacia de Campos, o campo de Albacora, que presumivelmente tenha uma reserva da ordem de 150 bilhões de metros cúbicos, porque até agora os testes realizados indicam coisa parecida com bilhões de metros cúbicos por metro quadrado. É uma bacia de 150 quilômetros quadrados e com a pressão de gás de 2.500 atmosferas libras por polegada quadrada, 2.500 libras por polegada quadrada. Então, esse gás vai à praia tranqüilamente, tem um compressor lá embaixo feito pela natureza.

Agora sim, antes não. Como falar em política de gás no Brasil, se não havia gás? Tínhamos 93 bilhões de metros cúbicos de gás, dos quais 32 bilhões de metros cúbicos de gás associados na Bacia de Campos.

Então, não se podia falar em política nacional de gás, quando não se tinha realmente reservas de gás economicamente exploráveis.

À época da Comissão Nacional de Energia foi tomada uma iniciativa extremamente salutar. Porque o Brasil vem falando em gás desde as notas reversais de Roboré, e alguém que tiver melhor memória do que a minha talvez se recorde de alguma coisa anterior às notas reversais de Roboré.

Então, estávamos falando em importar gás da Bolívia, importar gás da Argentina, não sei de onde mais, quando não sabíamos o que era operar um gasoduto. Não tínhamos um quilômetro de gasoduto. O que operava gasoduto no Brasil? Qual era o gasoduto que existia no Brasil? Então, não conhecíamos o parâmetro de operação de um gasoduto, nem tínhamos condições de estimular se a produção de bens de capital necessária a esse gasoduto, particularmente, por meio de compressores axiais.

A Comissão Nacional de Energia recomendou e o Ministério das Minas e Energia acompanhou de perto a construção do primeiro gasoduto nacional. O gasoduto da Bacia de Campos, aproveitando o gás associado da Bacia de Campos, e este gasoduto já chegou ao Rio de Janeiro e vai na direção de São Paulo, já está em Volta Redonda.

Agora sim podemos cuidar da definição de uma política nacional de gás. Primeira definição institucional: montar uma estrutura institucional para, quer dizer, distribuir esse gás, o transporte é monopólio da PETROBRÁS, mas da distribuição desse gás é a nossa preocupação. A nossa preocupação está centrada fundamentalmente em prestigiar as empresas estaduais de gás e as empresas municipais de gás. Temos, tanto quanto possível, é claro, tendo uma ordenação bem orientada, mas na parte executiva descentralizar essas coisas. Abrir oportunidade para que as empresas estaduais, as empresas municipais participem ativamente do programa de gás.

Amanhã teremos uma reunião em que estamos convocando todas as empresas estaduais, municipais de gás para nós, juntamente com a PETROBRÁS, Conselho Nacional do Petróleo, a presença de representantes de federações de indústrias, essas coisas todas, para fazermos uma avaliação. Porque a partir do momento em que o Brasil puder utilizar o seu gás, então, podemos

pensar em gás importado. Como é que vamos pensar em gás importado se não tivermos gás brasileiro? De uma hora para outra há um acontecimento qualquer que, por exemplo, dificulte o trânsito de navios metaneros para o Brasil. Bom, se tivermos gás, importar 20% de gás, 30% de gás, isto até pode se compor à realidade da economia nacional; pode ser útil, pode ser salutar à economia nacional. No momento em que houver um acontecimento qualquer internacional, temos o gás nacional para suprir o problema. Bom, mas o petróleo? O petróleo tem uma característica um pouco diferente. Do petróleo todo mundo depende e do gás alguns dependem. A coisa é um pouco diferente. Então esse é um assunto extremamente importante. Nós, evidentemente, não devemos fechar as portas para importar gás de onde quer que seja, o gás da Bolívia, o gás da Argentina, o gás da Argélia, de onde for. Mas temos que, antes, dar uma estrutura da nossa política de gás, para depois, fazer uma avaliação dessas importações contra as quais não devemos nos colocar, mas devemos fazer avaliações criteriosas. Estamos definindo isso e vamos começar por definir uma coisa importante, preço de mera caloria contida no gás, em relação ao preço de mera caloria contida no elemento que vai ser primeiramente substituído pelo gás, que é o óleo combustível. E temos uma visão da política que vamos adotar em relação ao óleo combustível. A vantagem do uso do gás pode ser, inclusive, para transporte urbano, coletivo — isso é possível — é ser um combustível não poluente, de grande poder calorífico. Por outro lado, a utilização desse gás encanado em empresas organizadas tipo SEG ou tipo CONGÁS, SEG é a empresa mais tradicional de gás do Brasil, então, é um pessoal que entende mais de gás do que nós. Operando isso, o pessoal da CONGÁS também e de muita categoria. Então, vamos fazer tudo isso de comum acordo com eles, com um entendimento. O Brasil somos nós todos. Vamos ver se acertamos um esquema que assegure a presença do gás na medida do possível em outras regiões do Brasil. No Norte e no Nordeste já estamos utilizando pequenos gasodutos. Isso já foi iniciado no Governo passado e já estão prosseguindo com exceção desses pequenos gasodutos para o atendimento da Região Nordeste. E nesse quadro, evidentemente, da Região Sudeste, esse triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte deve ser levado em conta. O quadro de reservas da PETROBRÁS melhorou sensivelmente. Estamos, hoje, com qualquer coisa parecida com dois bilhões até a descoberta da Bacia Albacora, dois bilhões e quatrocentos milhões de barris de petróleo de reserva. O nosso objetivo é ir transformando os poços de exportação provisória que seria em plataforma de processamento definitivo. Vamos devagar fazendo isso. Temos poços provisórios de produção. Nos poços provisórios temos uma desvantagem: não temos condição de aproveitar o gás associado. Esse é um problema. Na medida em que nós formos transformando os poços provisórios em plataformas definitivas de processamento, vamos aproveitando esse gás associado, o que é extremamente importante. Nos balanços energéticos do mundo, qual é a presença do gás? Simplesmente a seguinte: a Holanda tem 46% de gás no seu balanço energético; a União Soviética tem 30%; a Argentina tem 25%; a Inglaterra tem 18%; a Alemanha tem 16%, número redondo; a Itália tem 15%, mais ou menos; a França 14%; o Japão 6,3% e o Brasil tem 1,3%. É muito pouco. Podemos, agora, tendo gás, elevar a presença desse gás no balanço energético no País. Agora, nossa reserva de gás ainda é extremamente modesta. Quando falamos em reserva de gás temos que levar em conta duas coisas fundamentais: pressão e temperatura. Quando falamos em gás temos que falar: pressão e temperatura. Não falamos apenas em volume, porque o volume está condicionado duas coisas: pressão e temperatura. Mas, em linhas gerais, as reservas de gás da Rússia são trinta e oito trilhões de metros cúbicos; as reservas de gás do Iraque, vem logo depois da Rússia, são doze trilhões de metros cúbicos; as reservas de gás dos Estados Unidos, do Canadá são da ordem de 3,5 trilhões de metros cúbicos. Da Arábia Saudita são 2,7 trilhões de metros cúbicos; na Venezuela e no México são 1,3 trilhões de metros cúbicos. Na Argentina são 700 milhões de metros cúbicos. Na Bolívia 230 milhões de metros cúbicos. Depois vem Equador e Chile. Agora, o Brasil permeia isso

af. O Brasil deve atingir uns 200 milhões de metros cúbicos mais ou menos de reserva de gás, envolvendo gás associado e não associado. Então, o Brasil começa a entrar numa área que tem certa representatividade. Em função disso vamos equacionar a política nacional de gás. Tivemos o cuidado de fazer algumas alterações no perfil de refino da PETROBRÁS. Isso foi feito na época da Comissão Nacional de Energia. Como também modificamos as fontes de abastecimento de petróleo, diversificamos essas fontes de abastecimento de petróleo. É claro que petróleo no mercado internacional não tem preço único, tem preço diferenciado em função da qualidade de petróleo, do seu número de API, das características do petróleo, se o petróleo tem mais viscosidade, menos viscosidade, se tem mais enxofre, menos enxofre. Se você tem um petróleo, precisa refiná-lo que tenha muito enxofre, você precisa ter cuidados especiais dessa refinaria, inclusive, no que diz respeito à tubulação. Por quê? Porque o enxofre é um corrosivo desgraçado, você tem que usar aço inoxidável. Aliás, se você opera — a natureza não dá nada de graça para ninguém — se você tem que operar com petróleo de preço mais baixo, você tem que ter instalações mais caras. Se você operar com petróleo mais caro, você tem instalações mais baratas. Então, tudo isso tem que ser levado em conta. Estamos desenvolvendo pesquisas lá, no CEP, extremamente promissoras. Ainda, agora, recentemente, estamos desenvolvendo uma pesquisa para a utilização dos excedentes de óleo de mamona para ser misturado com óleo diesel. Porque no perfil de refino, embora tivéssemos aumentado muito a produção de diesel e reduzido sensivelmente a produção de gasolina, a verdade é que, ainda, o consumo de diesel tem crescido muito e agregado um consumo grandioso ter que comprar mais petróleo para produzir mais diesel, e temos sobras, por exemplo, de gasolina que não vamos ter onde colocar. Vamos ter que vender essa gasolina no mercado internacional. Porque, naturalmente, nós brasileiros vamos reclamar. Porque uma coisa não conseguimos vender que são os nossos impostos. Isso não dá para comprar. Então, se formos vender gasolina no mercado internacional, vamos ter que vender a gasolina quase que pela metade do preço, porque a gasolina está no mercado interno. O que é mais ou menos — o General França Domingues está aí e pode confirmar. O preço FOB de uma refinaria de gasolina, excluídos os impostos de toda natureza que sobre ela pesam, ainda agora, o Congresso Nacional votou uma lei aumentando o Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos. Sai da gasolina, basicamente. São 43% do preço real. Se tirar os impostos, o preço de um litro de gasolina é 43% de preço que está pagando o consumidor. Então, temos vários tipos de petróleo. No mercado internacional, como estou dizendo, varia de preço de acordo com as características desse petróleo: o API, a presença de enxofre — o enxofre é um problema sério no carvão — é um problema sério no petróleo, enfim, é um problema sério nos combustíveis fósseis. Mas, desgraçadamente, não temos no Brasil enxofre elementar. Isso que é o problema. Porque o mecanismo de industrialização de um país está muito ligado à utilização de ácido sulfúrico. Nós não temos enxofre elementar. Do ponto de vista da poluição, o enxofre é um elemento terrível. A grande interrogação que surge: a PETROBRÁS está produzindo competitivamente petróleo? E por que, afinal de contas, os preços do petróleo no mercado internacional estão baixando e os derivados de petróleo estão aí mantendo o preço?

A grande pergunta é a seguinte: produz competitivamente? Esta a grande interrogação. Bom, em primeiro lugar, temos que levar em conta que hoje a produção de petróleo, no Brasil, é predominantemente em cruzeiros. Não quer dizer que não tenha componente em dólar. Tem, mas é uma componente em dólar decrescente. Então, se produz petróleo em cruzeiro. Em segundo lugar, é preciso a par, quer dizer, dos diferentes componentes que se fazem presentes no principal derivado de petróleo, que é a gasolina em forma de tributo, inclusive, a Previdência Social está no preço da gasolina. Então, em todo esse esquema há um dado que nos parece de extrema importância. É que há o dólar câmbio oficial e há o dólar-realização. Até há bem pouco tempo o dólar-realização era 50% do dólar câmbio oficial. O que é o dólar de realização? O dólar de realização

é necessariamente a quantidade de dólar que PETROBRÁS pode comprar com os cruzeiros que faz vendendo os derivados de petróleo. Até há bem pouco tempo o dólar estava a 12 mil cruzeiros (o dólar câmbio oficial) e o dólar-realização estava, na realidade, a 6 mil cruzeiros.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Quatro mil e 600 o dólar-realização e 8 mil e 600 no câmbio oficial.

O SR. — Exatamente, V. Ex.ª está inteiramente correto.

Bom, isso evidentemente traz uma visão, na certa, distorcida da questão. Então, durante muito tempo o que aconteceu? A PETROBRÁS estava comprando petróleo por um preço em dólar e vendendo esse petróleo internamente por um preço muito inferior. O fluxo de caixa dela começou a baixar. Agora, não. Evidentemente, agora, a coisa equilibrou e, sob certo aspecto, até melhorou. Porque praticamente, quer dizer, a PETROBRÁS, hoje, está começando a comprar um petróleo por um preço em dólar inferior à quantidade de dólar que ela está fazendo vendendo esse petróleo. Mas é muito inferior! Os dados que tenho em mãos são os seguintes: petróleo off shore no Brasil, predominantemente na Bacia de Campos, porque a Bacia de Campos é, hoje, mais de 60% da produção off shore. E a produção off shore é pouco mais de 60% da produção nacional.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ministro, mas o dólar — realização continua sendo inferior.

O SR. AURELIANO CHAVES — Sendo inferior. Hoje, é quanto? Três quartos...

O SR. — Nove cruzados e 60 centavos.

O SR. AURELIANO CHAVES — Então, é mais ou menos dois terços do dólar.

(Inaudível.)

O SR. AURELIANO CHAVES — Exatamente. Bom, quero verificar aqui.

O SR. — O preço base de 29 dólares o barril, convertido numa taxa cambial supervalorizada, aplica-se a disposição de preço apenas ao petróleo importado ou também ao petróleo domesticamente produzido?

O SR. AURELIANO CHAVES — Não. Quer dizer, aplica-se ao petróleo domesticamente produzido.

O SR. — Qual o preço do petróleo domesticamente produzido?

O SR. AURELIANO CHAVES — Vou dizer agora.

Vamos tomar por base a Bacia de Campos.

Os gastos que foram feitos até agora na pesquisa de petróleo na Bacia de Campos, entre 1979 e 1983, foram da ordem de sete bilhões de dólares — vou deixar todos estes dados com os Srs. Estes dados foram fornecidos pela PETROBRÁS: mais ou menos qualquer coisa parecida com 1,4 bilhões de dólares, por ano, tomando-se uma taxa de capitalização da ordem de 15% e o retorno desejado da ordem de 15%, o montante no final de 1983 era da ordem de 9 bilhões 440 milhões de dólares.

Se nós admitirmos um retorno em 10 anos esse retorno tomado há 10 anos — porque o momento esse retorno devia ser um pouco mais dilatado — devia ser uns 15 anos. Mas no momento, o que acontece? As reservas de petróleo do Brasil cotejadas com a produção de petróleo está em torno de onze anos. Então nós tivemos que calcular na base de dez anos — mas o horizonte de onze anos é um horizonte pequeno; temos que dilatar isso no mínimo para quinze anos. Então essa taxa de retorno deveria ser de quinze anos — e isso pioraria um pouco esse dado.

Então esse retorno de dez anos a 15% ao ano daria 1 bilhão 881 bilhões ao ano. A produção média estimada para os próximos 10 anos dá um custo da ordem de 17 dólares e 17 centavos de dólar por barril.

O SR. — Do petróleo extraído mais o gás associado?

O SR. — Do petróleo extraído mais o gás associado, não. Porque o gás associado por enquanto não entra aqui porque ainda não estamos utilizando esse gás — mas tem que entrar — porque vai baixar. Essa pergunta de V. Ex.ª é inteiramente procedente.

Bom agora, se levamos apenas a imputação dos gastos e a exploração anual do petróleo produzido na base de 60% dos gastos de 1983 para 1984, o que estamos presumindo? Não estamos presumindo que a empresa não vai reduzir — pensem nisso — nem pode reduzir. Primeiro porque estamos com um horizonte relativamente pequeno, dez anos é pequeno.

Em segundo lugar, é que não sabemos o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional. Ele é conjuntural, ele é acidental ou é uma tendência definitiva? Ninguém sabe. Todas as publicações internacionais que tenho recebido a respeito do preço do petróleo no mercado internacional, me levam a crer que estamos com a tendência levemente declinante, com alguns patamares e alguns pruridos de recuperação de preço, mas tudo indica que o petróleo no mercado internacional vá oscilar aí entre 12 e 16 dólares o barril. Não sei, nos próximos anos. Mas depois a partir de 1990 tudo indica retomar a sua posição ascendente.

Ora, como as reservas brasileiras ainda não são relativamente modestas em relação à produção nós temos que prosseguir na pesquisa. Primeiro, prosseguir na pesquisa para melhorar esse horizonte; segundo, prosseguir na pesquisa para não sermos surpreendidos na hipótese, muito provável, da recuperação do preço do petróleo no mercado internacional, mesmo porque o petróleo é uma riqueza natural não renovável. Quanto tempo vai durar? Ninguém sabe: 20, 30, 40, 50 anos? Ninguém sabe.

As reservas norte-americanas atuais — a produção atual dos Estados Unidos é mais ou menos para 15 anos. Então eu estava desatualizado com os meus dados. Veja como o quadro não é tão tranqüilo assim. A maior reserva de petróleo no mundo, conhecida, no momento, ainda continua a ser a da Arábia Saudita. Porém, como estão ampliando sensivelmente a produção, também o horizonte dela, que é um horizonte dilatado, tende a reduzir-se. Agora, só em levamos, pura e simplesmente, em conta a agregação desses valores, que representam US\$ 3.58 o barril, nós vamos para um custo total da ordem de US\$ 29.00 o barril. É claro que muitos desses recursos aqui já foram investidos, praticamente considerado a fundo perdido a por que o custo digno de exploração deve estar em torno de quanto? De exportação.

O SR. — Deve estar em torno de US\$ 4.00 a US\$ 6.00 o barril, dependendo da área. Dependem de custos operacionais.

O SR. — Exatamente. Porque isso depende muito da área, da profundidade da lâmina d'água, da natureza da rocha que o sujeito permeou, do índice de produtividade do poço, da necessidade de fazer reinjeção de gás em grande quantidade, enfim, de uma série de fatores que podem influir, da viscosidade do óleo e assim por diante. Tudo isso vai influir e sofre variações, oscilações de preço.

O SR. — Perdão, só para não haver dúvidas, em vez de 8,28 seria 64.

O SR. — Não, isso aqui, 8,28, é uma agregação.

O SR. — Aí são os custos de investimentos, os custos financeiros, os custos de operação.

O SR. — Esses agregam ao 17 e formam ...

O SR. — Os outros estão no 8,28?

O SR. — Ah! estão, já estão aí.

O SR. — Qual seria mesmo a decomposição?

O SR. — Seis é o custo de operação, 17 é o custo de investimento, de capital investido para os investimentos.

O SR. — Bom, esse número citado pelo Wagner bate em linhas gerais, com os números que temos aqui. Agora, nós aqui adotamos uma base, porque tudo isso

depende dos parâmetros que informam a avaliação. Tarifa de energia elétrica, se for remunerado a 10% o capital, é uma, a 12%, é outra, a 4%, é outra. Os dados que temos aqui são os seguintes: se nós levamos em conta um custo operacional ao longo dos 10 anos, tomando por base custo de operação em 1984, excluída a depreciação, que evidentemente não é comum você excluir a depreciação, a depreciação faz parte do cálculo econômico, porque você deprecia um equipamento para você ter recursos, fundo de reserva, para que no momento em que aquele equipamento só tiver valor residual você ter recurso para substituí-lo por um equipamento novo. Isso é fundamental. Se nós levamos em conta tudo isso, o custo meramente operacional por barril está na ordem de US\$ 3.42 por barril.

Agora, o grande problema que nós temos é o seguinte, a grande preocupação nossa, no que concerne especificamente ao problema de ser um bem não renovável como o petróleo, é termos sempre a preocupação de ter um preço que seja inserido dentro de um quadro de uma visão estratégica do produto. Por exemplo, a Arábia Saudita que nós não temos segurança absoluta dos custos de produção de petróleo na Arábia Saudita, mas tudo indica que não seja superior a US\$ 1.50. Sim, mas evidentemente a Arábia Saudita não está disposta a vender petróleo a US\$ 1.50, porque existe um preço internacional. Ela tem reservas em terra, completamente diferente. Então, nós temos que levar em conta o preço estratégico também, tendo em vista recursos para o prosseguimento de pesquisa, uma avaliação, porque mesmo que nós tenhamos, estrategicamente num determinado instante tendo em vista, por exemplo, temos boa disponibilidade de divisas e o preço do petróleo no mercado internacional está sensivelmente mais baixo do que o preço do petróleo no mercado interno, mesmo levando em conta que produzimos petróleo em cruzeiros é essa coisa toda. Pode ser que em um determinado instante seja conveniente arrefecer a produção mas nunca a pesquisa. Arrefecer a produção de petróleo nacional e comprar petróleo no mercado externo. Isso é questão de uma avaliação estratégica tendo em vista vários componentes inclusive disponibilidade de divisas porque pode-se ter um preço muito baixo de petróleo no mercado nacional, porém, o nosso nível de divisas ser de tal ordem a desaconselhar a utilização desse dólar para comprar petróleo quando teremos às vezes necessidade de utilizá-lo em outras áreas para as quais não temos sucedâneo nacional. Tudo isso tem que ser avaliado.

O SR. — Sr. Ministro, o que preocupa a vários estudiosos do assunto, dentro e fora do Parlamento, é o grau enorme de arbitrariedade que se instalou no cálculo da estrutura de preços, afinal de contas existem parâmetros legais e existem parâmetros constitucionais.

Um parâmetro constitucional importante é que o Imposto Único sobre Combustíveis é imposto único e no entanto do qual aliás, os Estados inicialmente participam com 40% e agora pós Emenda 23 passaram a participar com 60%, entretanto, na estrutura de preços incluem coisas como FINSOCIAL, PIS e PASEP que são impostos inconstitucionais.

O SR. AURELIANO CHAVES — Tem as dos royalties também.

O SR. — Durante certo tempo houve até um IOF e agora há rumores que se cogita de restaurar um IOF como maneira de captar recursos da PETROBRÁS para a transferência a outras entidades. Tudo isso é francamente inconstitucional.

O Imposto Único é por definição o imposto único e de sua receita 60% deveria ir para os Estados. Essa injeção de vários tributos significou uma captação dirigida para o Governo Federal a expensas dos Estados e Municípios.

O SR. — Pela ordem, Sr. Presidente. Gostáramos que respondesse as perguntas para no final a sua exposição pudesse chegar ao termo e satisfazer a curiosidade de todos os Srs. Parlamentares que aqui se encontram.

O SR. — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu faria um apelo a V. Ex.ª e a todos os nobres Senadores integrantes da Comissão, justamente para

isso que permitissem ao Sr. Ministro concluir, porque, do contrário, a exposição do Sr. Ministro não chegará ao final e muitas vezes pode até desviar o curso do raciocínio e da tese que S. Ex.ª propunha-se a defender nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Aureliano Chaves.

O SR. AURELIANO CHAVES — Terei a oportunidade de responder as indagações que me foram dirigidas particularmente pelo nobre Senador Roberto Campos.

A nossa preocupação e da PETROBRÁS é assegurar recursos para que não sofra interrupções o processo de pesquisa que é fundamental para que a empresa possa desempenhar o seu papel, que cada vez torna-se mais importante para o interesse do Brasil cujo o monopólio acho que todos solidariamente temos o dever de preservar.

No que diz respeito especificamente ao problema de produção de petróleo e de elemento associado, gás associado ou não associado, o quadro é mais ou menos este. As nossas reservas de petróleo que hoje estão predominantemente of shore as reservas de petróleo no continente em terra são reservas hoje com produção decrescente. Aliás a produção decrescente não é novidade, à medida que se vai explorando um poço de petróleo, quer dizer, a sua capacidade de vazão vai reduzindo na medida que reduz a pressão existente no subsolo para a extração de petróleo, tanto que estamos agora recentemente lançando ao mar um navio ativador de produção, utilizando equipamentos adequados para a injeção de produtos químicos capazes de aumentar a fluidez desse petróleo, diminuindo a viscosidade e ampliar a área de recuperação, porque, na verdade, é que conseguimos mais ou menos, aproveitar, recuperar 30% das reservas de petróleo, uma reserva de petróleo da ordem, por exemplo, de 150 bilhões de metros cúbicos, nós conseguimos aproveitar no máximo 45 bilhões de metros cúbicos, o resto ficará debaixo da terra, não há condições de se retirar.

Então, a nossa preocupação é montar um esquema que assegure essa produção. Como nós estamos pensando que o Brasil pode atingir em 1989 uma produção média anual da ordem de 740 mil barris e podemos atingir, nos anos subsequentes, um nível de 800 mil barris, então a nossa preocupação é agregar novas reservas que nos permita manter esse nível de produção. Ora, manter esse nível de produção significa agregar novas reservas expressivas. Por quê? Porque há uma tendência de declínio das reservas atuais, que têm que ser substituídas por outras reservas capazes de completar esse nível de produção de 800 mil barris/dia, é um horizonte desejado e nós queremos transformar esse horizonte desejado em um horizonte possível. Este é o grande esforço que estamos fazendo. Para isso temos que continuar ampliando as nossas pesquisas; e, a par disso, é claro que nós temos uma visão também das diferentes áreas onde atua a PETROBRÁS, a área de fertilizantes, onde nós estamos desenvolvendo um trabalho no sentido de fazer com que esse insumo básico para a agricultura seja uma realidade em nosso País. Nós já evoluímos muito no que concerne à produção de fertilizantes fosfatados, que é um dos componentes, um dos elementos que compõe, o chamado macronutrientes.

Na parte dos fertilizantes fosfatados, quer seja em Minas Gerais, quer seja em Goiás, nós temos um trabalho extremamente importante e com uma circunstância, na área onde o fosfato é fundamental, que é área de cerrado. Ninguém pense em produzir no cerrado se não tiver duas coisas: calcário para corrigir acidez e fosfato para saturar o solo. Nessas duas áreas os chamados fertilizantes nitrogenados nós evoluímos um pouco com a introdução, no País, da indústria, petroquímica, primeiro o Pólo Petroquímico do Nordeste e, depois, o Pólo Petroquímico no Sul do País e assim por diante. E no que diz, agora, às possibilidades que temos de produção de potássio, a PETROMISA, que é a PETROBRÁS Mineração, está trabalhando com a mina subterrânea de potássio em Sergipe, está começando a dar os primeiros passos para produzir comercialmente o potássio que ainda é totalmente importado. Agora

as reservas de potássio de Sergipe têm menos expressão que as reservas de potássio do Amazonas. Estas reservas de potássio do Amazonas, nós estamos fazendo uma mensuração da constância mineral e tudo indica que é uma reserva bastante expressiva.

A indústria petroquímica brasileira teve um desenvolvimento relativamente grande. Nós adotamos, aqui, um modelo tripartite, 30%, mais ou menos, em números redondos, de capital público nacional, 30% de capital privado nacional e 30% de capital estrangeiro. Agora, é claro que tivemos que fazer uma opção, pensar que o mundo dá alguma coisa de graça para a gente operar. No caso da indústria petroquímica eu diria o seguinte, uma opinião pessoal, é muito com um dizer que vão-se os anéis, ficam-se os dedos. No caso da indústria petroquímica, eu diria machucaram um pouco os dedos, mas ficaram os anéis. Não digo tecnologia, você tem que ter três coisas para produzir: capital, tecnologia e mercado. O Brasil tinha um pouco de capital, um grande mercado, mas não tinha tecnologia. Então, não teve outro caminho senão se associar. Evidentemente, associou-se em condições que era as ideais para o Brasil. As primeiras indústrias petroquímicas no Brasil, vale dizer, o pólo petroquímico do Nordeste foi implantado sob determinada condição. À medida que o Brasil foi avançando em tecnologia — hoje avançamos razoavelmente bem na tecnologia — estamos melhorando nossas condições de negociação, estamos ampliando o nosso poder de barganha. Mas, tínhamos que fazer duas opções: ou continuar importando produtos petroquímicos ou fazer uma associação que fosse a associação possível dentro do quadro da época. Aquelas empresas nacionais que melhor se habilitaram, participaram desse pólo petroquímico, é claro que ninguém faz nada se não tiver incentivo. Stanley Gervaux, economista inglês — peço licença ao nosso eminente mestre e erudito homem público para citar o Stanley Gervaux — diz o seguinte: a lei que move o mundo é a lei do interesse. Só pode haver o interesse altruísta ou o interesse subalterno. Mesmo o interesse altruísta é aquele "quem dá aos pobres empresta a Deus". É um processo peculiar. Pensar que vamos fazer um negócio em que as partes não tenham interesse é utópico. Agora, preservar ao máximo o interesse nacional é dever. Acho que essa foi a visão que se teve no momento. Hoje, a indústria petroquímica brasileira é uma realidade, e necessariamente é uma realidade que a tecnologia nacional está avançando a passos largos. Nesse quadro da indústria petroquímica inclui-se naturalmente a área dos nitrogenados. Essa área dos nitrogenados acoplada à área dos fertilizantes potássicos forma a área dos macronutrientes para a agricultura. Terra é 20% a produção agrícola. O resto é tecnologia, são recursos de financiamento, são insumos viários, sistema viário, sistema de armazenagem etc. Então, querer pensar numa agricultura moderna sem os insumos modernos, evidentemente, é no máximo fazer agricultura de subsistência, quando faz! Quando faz! No máximo, pensar em agricultura de subsistência. Essa área de produção no campo é uma área que, hoje, mais do que nunca, para que se aumente a produtividade, e o Brasil tem hoje 80% da população na zona urbana e 20% na zona rural; quando tínhamos 65% da população na zona rural, a pessoa podia fazer agricultura de subsistência e os excedentes ela levava ao mercado; havia menos consumidores. Hoje, os consumidores aumentaram de maneira fantástica. Se você não tiver altíssima produtividade na zona rural, necessariamente, você não alimenta o centro urbano. É utópico pensar que o sujeito vai alimentar centro urbano com agricultura de baixa produtividade, mesmo num país com a extensão do Brasil. Se você utilizar as terras virgens, onde os insumos agrícolas são em menor quantidade, em contrapartida elas não têm os demais insumos, fertilizantes, elas não têm sistema viário adequado, não têm sistema de armazenagem, não têm energia elétrica. Hoje, algum produtor rural consegue viver numa propriedade rural e fazê-la produzir em ritmo aceitável sem energia elétrica? Sem sistema viário adequado? Sem sistema de armazenagem adequado? A agricultura é composta predominantemente de produtos perecíveis. Se não houver armazenagem adequada no tempo hábil perdem-se os produtos. Esse é um segmento que não é talvez o mais importante, mas é importante. E a PETROBRÁS está atuando nessa área, na área da PETROMISA (mineração),

na área da PETROQUISA (indústria petroquímica) e assim por diante. Já tive oportunidade de fazer sobre a INTERBRÁS, e creio que, em linhas gerais, no decorrer dos debates poderemos prestar esclarecimentos adicionais.

Finalmente, vou falar alguma coisa sobre a NUCLEBRÁS. Embora o Presidente da NUCLEBRÁS já tenha comparecido aqui, como os demais presidentes também, falarei alguma coisa sobre a NUCLEBRÁS. Ela não chega especificamente a ser uma estatal, mesmo porque não tem renda própria e é uma empresa peculiar. É chamada a construir um determinado tipo de reator nuclear e quando esse reator nuclear estiver começando a produzir energia, ela terá que entregar a operação desse reator nuclear a uma concessionária de energia elétrica. Então, ela tem uma fisionomia peculiar. O primeiro reator construído no Brasil foi Angra-I, este foi construído diretamente pela concessionária, por FURNAS. Não há novidade. Acordo nuclear o Brasil fez com alguns países do mundo, e é só se buscar nos arquivos do Congresso Nacional para saber quais são os países com os quais o Brasil tem acordo nuclear. Uma porção de países. Qual é a peculiaridade do acordo nuclear com a Alemanha? É que ele é abrangente. Não inovou em termos de acordo; inovou em termos de estrutura de acordo. E a estrutura do acordo nuclear com a Alemanha é uma estrutura abrangente. Isso por que o Brasil faz desde a engenharia de reatores, que é uma parte importante, a produção de equipamentos, o enriquecimento do combustível, a pesquisa do combustível nuclear, o urânio — e foi feito um bom trabalho nessa área de pesquisa — e assim por diante. Temos a NUCLEN, que é a NUCLEBRÁS Engenharia, tínhamos antes a NUCON, que era a NUCLEBRÁS Construções, depois extinta, temos a NUCLEI, que é a NUCLEBRÁS Enriquecimento de Urânio, a NUCLEP, que é a NUCLEBRÁS Produção de Equipamentos e temos a NUCLEMON, que é a NUCLEBRÁS Processamento de Areias Monásticas e assim por diante.

A peculiaridade do acordo Brasil/Alemanha é essa, ele é abrangente. Tínhamos acordo com a, b e c, mas não nesse nível de abrangência.

Por que a Alemanha buscou o Brasil para fazer o acordo? Porque sabe perfeitamente que ela depende fundamentalmente da energia nuclear. Ou descobre um outro tipo de energia, que não sei se será fusão nuclear, mas ainda é nuclear ou necessariamente vai ter que utilizar energia nuclear. As reservas de carvão da Alemanha não são suficientes para atender a um grande programa e muito menos ela pode depender exclusivamente de petróleo importado. Então, a Alemanha desenvolveu este acordo com o Brasil tendo em vista, naturalmente, ter no Brasil uma fonte razoavelmente segura de fornecimento de urânio; quer dizer, a Alemanha fez vários entendimentos com o Brasil, inclusive para levantamentos geofísicos. Mas não vamos ser, afinal de contas, inocentes e pensar que esses acordos não estavam na estratégia da Alemanha. Tinha de estar, é lógico. Porque esse é o mesmo procedimento nosso, brasileiro. Será que nós, brasileiros, vamos sair afóra, fazer entendimentos com outros países do mundo em termos poéticos? Não, vamos ser realistas nessas coisas. Então, foi feito esse entendimento com a Alemanha. É claro que um entendimento dessa natureza tem altos e baixos. Esse problema de energia nuclear tem sempre um componente emocional grande e um componente racional pequeno. É claro que o Brasil não está premido pelas circunstâncias de construir centrais nucleares imediatamente, não está. Ainda temos uma certa folga. É dentro dessa realidade que estamos raciocinando no momento.

Mas o acordo de então foi feito de uma maneira abrangente, que permitiu ao Brasil não comprar caixas-pretas, mas permitiu ao Brasil penetrar — é claro que penetrou na profundidade que poderia penetrar, está certo, entre o ideal e o real medeia às vezes o infinito — e fizemos um bom trabalho de pesquisa, justiça se faça. O Brasil, hoje, tem reservas conhecidas de urânio que lhe permitem visualizar o futuro dentro dessa realidade que nós estamos raciocinando no momento. Mas o acordo de então foi feito de maneira abrangente, que permitiu ao Brasil não comprar caixas-pretas, mas penetrar em parte, embora não tenha penetrado na profundidade que deveria.

Está certo. Entre o ideal e o real medeia, às vezes, o infinito.

Fizemos um bom trabalho de pesquisa, justiça se faça. O Brasil, hoje, tem reservas conhecidas de urânio, que lhe permitem visualizar o futuro de fornecimento de combustíveis nucleares com uma certa tranquilidade, no que diz respeito à matéria-prima. É claro que nós temos que processar essa matéria-prima, aprender a processá-la. A primeira, essa etapa que nós estamos dentro, é a produção do yellow cake, é a produção do 3 a 8 — óxido de urânio por 3 a 8, que é a matéria-prima para nós produzirmos o bióxido de urânio, que são as pastilhas com o elemento combustível de urânio, levemente enriquecido, UO<sup>2</sup>.

Estamos, evidentemente, com joint ventures, com os alemães, para trabalharem no processo de enriquecimento.

Caminhamos um pouco, é claro! Essa é uma tecnologia avançada, de ponta, a Comissão encarregada pelo Presidente José Sarney de fazer uma avaliação do Programa Nuclear brasileiro, foi presidida pelo Professor José Israel Vasque que está aqui presente, fez uma avaliação muito segura e muito consciente do Programa Nuclear brasileiro, penetrando em todas essas áreas, desde a parte normativa, que está sob a responsabilidade da QNEN, até a parte operacional, sob a responsabilidade da NUCLEBRÁS, fazendo a avaliação dessas diferentes etapas.

A NUCLEP, sem dúvida alguma é, uma empresa que tem uma estrutura de grande porte, que não pode ser desprezada, pois o Brasil não pode se dar ao luxo de gastar em vão, nós temos que criar condições para que a NUCLEP atue amplamente e não se transforme numa empresa ociosa, uma vez que ela tem tecnologia de ponta agregada, importante e tem bens de capital que, dentro da estrutura brasileira, são excepcionais.

Agora, dentro da nova visão da realidade da economia nacional, e tendo em vista necessariamente o quadro brasileiro, o Programa Nuclear brasileiro foi redimensionado. E, esse redimensionamento envolve, necessariamente, os seguintes aspectos: primeiro, algumas alterações na estrutura institucional proposta pela Comissão encarregada em que a CNEN. Normas, na opinião da Comissão, deve ficar diretamente jurisdicionada à Presidência da República, o que é correto. Por quê? Porque a CNEN — Normas deve ficar acima das outras áreas, e a área de pesquisa não. Esta deve prosseguir jurisdicionada ao próprio Ministério das Minas e Energia, ou amanhã se pode discutir se não fica no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Angra-1 prossegue; Angra-2, que já está bastante adiantada, tem o seu ritmo normal, e Angra-3 foi postergada para 1993 ou 1995. Então, se reduziu excessivamente o ritmo.

Esse acidente nuclear com a Usina de Chernobyl introduziu um componente novo nessas avaliações. Esse componente novo evidentemente está sendo reavaliado com bastante critério, para sempre ampliarmos os níveis de segurança. Segurança absoluta não existe em lugar nenhum. Ainda recentemente — vou citar para vocês — a Barragem de Frégy nos Alpes franceses — o Professor José Israel deve conhecer bem essa parte dos Alpes franceses — uma obra-prima da engenharia francesa, a barragem ancorada nos contrafortes dos Alpes, era uma beleza de obra de engenharia. Transformou-se, inclusive num local turístico com uma pequena povoação de 3 mil e poucos habitantes a jusante da Barragem. Pois bem, houve um degelo imprevisto. Imaginem o seguinte: constrói-se uma usina hidrelétrica nos Alpes, com uma tecnologia altamente sofisticada em matéria de barragem em arco, o que não é comum utilizar aqui no Brasil, pois as nossas montanhas são velhas e nós não temos grandes canyons aqui. Então as nossas barragens são predominantemente ou concreto-gravidade, ou barragem mistas de terra e rocamento. Bom houve um degelo inesperado, a água passou acima, o vertedouro não deu vazão à água, a água corou o perfil reservatório. Como se trata de uma barragem arco, a passagem da água, numa mistura de água e ar, fez com que vibrasse e a barragem foi por água a baixo. Ela caiu e matou mais de 3 mil pessoas. Então, qual é a segurança? Nenhuma.

Agora é claro que nós ficamos com idéia da radiação nuclear, das transformações, dos fatores legais que envolvem uma radiação nuclear, mas é preciso fazer uma avaliação de tudo com segurança, embora se faça com o devido cuidado. Então, em linhas gerais o nosso programa nuclear está nesse pé, quer dizer, com o redimensionamento desse programa nuclear, temos que redimensionar, reavaliar o papel da NUCLEP, o papel da NUCLEN, e assim por diante. Temos, também, que definir recursos para o setor, porque assim não é possível que a situação da NUCLEBRÁS continue da maneira como está. Ela não gera recursos, mas tem compromissos. Isso é uma decisão de Governo. Então, se a decisão é de manter a NUCLEBRÁS dentro dessa nova realidade, é preciso alocar recursos para que ela possa cumprir os seus compromissos, pois ela não tem recursos próprios.

Quero agradecer, a atenção de V. Ex.ªs por ter me ouvido... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Depois da excelente exposição do Ministro Aureliano Chaves, rica em conceitos e em informações, vamos passar a palavra aos interlocutores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, que é o primeiro inscrito.

O SR. SEVERO GOMES — Ilustre Ministro, meu caro e velho amigo Aureliano Chaves, a exposição de V. Ex.ª mais uma vez nos revela a sua clarividência, sinceridade de espírito público. Uma exposição que abre espaço para os cem números de indagações, mas temos hoje o tempo relativamente curto e vou me ater a três perguntas. A primeira é a seguinte: há um certo tipo de vontade perversa que faz com que países subdesenvolvidos, como o nosso, mas rico em recursos naturais, recursos humanos escassíssimos, recursos de capital, de investir esses escassos recursos em projetos que na verdade não têm como objetivo o bem-estar da maioria da população e servem ao interesse dos países já ricos e desenvolvidos.

O desenho V. Ex.ª aqui traçou, a questão do alumínio também me parece exemplar, porque o País investiu na construção de uma hidroelétrica, investiu com uma parcela substancial de capital nas fábricas de alumínio, fornece uma energia subsidiada para essas empresas e vende o alumínio a baixo custo. Quer dizer, todo um volume de recursos investidos, o endividamento externo no País crescentes para vendermos o alumínio abaixo custo. Nós tivemos aqui, no curso desta Comissão Parlamentar de Inquérito, alguns depoimentos que mostravam o seguinte, não há muitos países que vendem energia elétrica a esse custo. Então, quando se dá início a esse trabalho é preciso verificar se o preço da energia elétrica é esse e não tem sentido aplicar esta massa de recursos, aumentar o endividamento externo para vender alumínio abaixo do custo; quer dizer, com o grande sacrifício da grande maioria do povo brasileiro.

Os contratos feitos têm um teto que é de 20% do preço do alumínio metálico. Todos nós sabemos qual é a porcentagem da energia que se utiliza no custo. Na verdade um pedaço de alumínio é um acumulador de energia elétrica. Então, hoje, os países industrializados estão fechando as suas fábricas de alumínio. O Japão já não produz, é um comerciante de alumínio. O comércio oligopolizado, e até esse tipo de contrato que temos, possivelmente, é um instrumento de rebaixar dos preços internacionais. O quê? Porque nós estamos comprimidos e amarrados nesse contrato fáustico, a vender a energia por esse preço. Então, a minha primeira pergunta: há um subsídio implícito? V. Ex.ª poderia informar, primeiro, qual o montante desse subsídio? Quanto o Brasil pagou de subsídio, quanto o Brasil subsidiou o Tesouro japonês, os acionistas multinacionais, no ano de 1985 e quanto irá subsidiar no ano de 1986? Segunda. Qual a duração desse compromisso? E, terceira, para terminar a primeira pergunta, para V. Ex.ª não fica claro que esse foi um tipo de investimento que não satisfaz o interesse nacional mas, pura e simplesmente, foi induzido para satisfazer o interesse dos países asiáticos?

O SR. AURELIANO CHAVES — Nobre Senador Severo Gomes, relamente, nossa amizade é antiga. As indagações de V. Ex.ª devem merecer uma atenção especial para serem convenientemente respondidas.

Primeiro — Cada época tem a sua visão própria. Evidentemente, eu não sei qual a visão que tiveram os administradores do nosso País, à época em que foram firmados esses contratos. Pode ser que a visão daquela época fosse de tal ordem a recomendar tal procedimento. Mas, à minha primeira vista, quando examinei o assunto, suscitaram-me dúvida porque, necessariamente, a energia destinada à produção de alumínio, para essas empresas em joint venture, empresas internacionais em joint venture, como a Companhia Vale do Rio Doce, se consiguava, nitidamente, com tarifas subsidiadas, quanto a isto, não há a menor dúvida. No que concerne à ALBRÁS, tinha um componente especial. Nesse componente especial, estavam, necessariamente, figurados dois fatores. Há uma redução do preço da tarifa em função da tarifa média considerada, e um ajustamento dessa tarifa, em função do preço médio do alumínio no mercado internacional. É claro que nós, nesse particular ficamos numa posição, evidentemente, de dependência. Nós não temos nenhuma ou quase nenhuma ingerência no preço do alumínio no mercado internacional. Em linhas gerais, as tarifas de alumínio são caracterizadas da seguinte maneira: aos fornecimentos, aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kv — caso da ALBRÁS e da ALUMAR — seriam aplicadas, em condições normais, segundo portaria do DINA, em vigor, tarifas correspondentes à média de, aproximadamente, 18,4 milésimos de dólares por megawatt/hora ou milésimos de dólares por quilowatt/hora, essa tarifa, dentro da atual estrutura tarifária do País, corresponde a 0,68 da tarifa média de fornecimento, vale dizer, 27 milésimos de dólares por quilowatt/hora, média esta que está abaixo dos custos reais. Então, a média atual está na base de 27 milésimos de dólares. Por que está abaixo — está em 27 milésimos de dólares? Porque a remuneração do setor está abaixo da remuneração legal que deveria ser um mínimo de 10% e um máximo de 20% e está em torno de 4%.

Se considerássemos uma remuneração da ordem de 10%, a tarifa real seria de 38 milésimos de dólares por quilowatts/hora. Como nível atual de remuneração é de 27, a tarifa considerada para efeito de fornecimento de energia em 230hv para o Grupo ALBRÁS/ALUMAR é de 18,4 milésimos de dólares o quilowatt/hora. Entretanto, caso fossem fixadas tarifas a serem aplicadas pela ELETRONORTE, considerado isoladamente, tal valor estaria para uma remuneração mínima da ordem de 40 milésimos de dólares o quilowatt.

As características específicas de cada caso são: ALBRÁS, início da operação em junho de 1985, tarifa atual limitada em 10,5 milésimos de dólares o megawatt/hora ou 10,5 milésimos de dólares o quilowatt/hora. Essa tarifa não é fixa, ela seria reajustada na medida em que o preço do alumínio nos mercados internacionais ultrapassassem de 1.413 dólares por tonelada. No momento, ele está mais ou menos em 1.100 dólares o quilowatt. A partir daí seriam observados dois testes: 15% da tarifa normal de alta tensão, o subgrupo da ALBRÁS, e tarifa correspondente ao teto de 20% através da Portaria MME/1979.

Não há a menor dúvida que, necessariamente, com esses números o preço do quilowatt/hora, deferido a esses empreendimentos é um preço de quilowatt/hora subsidiado. Em decorrência disso é que mandamos proceder a esses exames que estão aqui para serem convenientemente manuseados e estudados exaustivamente pela Comissão.

Agora, não quero fazer nenhuma avaliação preliminar, porque cada época tem uma decisão. É muito difícil dizer, ter uma visão atual e, em função dela, fazer uma avaliação da decisão tomada no passado. A decisão tomada no passado pode ter outros componentes. Por exemplo, não sei se a pressão, no momento, de gerar dólares não fez com que necessariamente, isso fosse o carro chefe da decisão. Então, gerar dólares em função da realidade do balanço de pagamentos do País pode ter sido um dos componentes que pode ter influído na decisão da época. Tomamos, em função dessa realidade da avaliação atual, a decisão de proceder esses estudos, e esses estudos concluem isso que está aqui, e, em decorrência disso, suspendemos qualquer ato que represente aditivos aos contratos atuais. Houve solicitação de um aditivo para esse contrato por parte da

ALBRÁS. Nós nos recusamos a assinar esse aditivo, porque agora temos que fazer uma avaliação em relação ao momento que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Só queria acrescentar que toda tarifa única, no Brasil, tem uma parte subsidiada. O fato de uma decisão nacional de tarifa única significa que todo o Brasil tem tarifa subsidiada. Vem a RGG, faz o subsídio do Centro-Sul para o Norte-Nordeste e regiões pioneiras. É o mesmo princípio de uma tarifa única, é uma tarifa subsidiada. Toda energia, no Brasil, nas regiões pioneiras, é subsidiada.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Realmente, o que existe no Brasil é o seguinte: o Brasil é um País de dimensões continentais e de mercado variado. O setor de energia elétrica é um setor de concessão de serviços, é uma concessionária de serviço público. Ora, o mercado suprido por essas concessionárias do Nordeste, por exemplo, do Piauí, ou do Maranhão, ou do próprio Ceará, é um mercado completamente diferente das concessionárias da Região Sul-Sudeste. Ora, em decorrência da diversificação do mercado, essa diversificação do mercado faz com que, infelizmente, as regiões mais pobres, de baixa densidade de consumo, tenham custos financeiros mais elevados, e se nós deixássemos o quadro brasileiro posicionar-se, isoladamente, em relação a cada Unidade da Federação, as tarifas de energia elétrica que seriam aplicadas — primeiro, nas regiões que usam óleos combustíveis, derivados de petróleo para gerar quilowatt/hora, e nas regiões de baixa densidade de carga de característica de mercado extremamente pobre, fariam com que, paradoxalmente, as regiões mais pobres do País tivessem tarifas mais elevadas. Então, criou-se a idéia da chamada equalização tarifária como, de resto, existe uma equalização de preço de derivado de petróleo, através da chamada equalização de fretes. Nesta equalização, faz-se o seguinte — é como se tivesse corte e aterro: corta num lugar para aterrar num outro. Então, cortam-se receitas das regiões de maior pujança econômica, cortam-se receitas das empresas de região econômica mais pujante, para agregar recurso adicional e manter uma tarifa fiscal uniforme, quer dizer, a tarifa quilowatt/hora sobre determinada tensão paga na Região Nordeste tem o mesmo quilowatt/hora sobre determinada tensão paga na Região Sul-Sudeste. Se deixasse a critério da operacionalidade de cada empresa, seguramente o quilowatt/hora, pago pelo usuário da Região Sul-Sudeste seria excessivamente mais baixo que o quilowatt/hora do usuário da Região Norte-Nordeste. Então, a chamada reserva geral de garantia tem essa finalidade de equalização tarifária, como de resto o consumidor de derivados de petróleo está, mais ou menos, na porta da refinaria, paga pelo derivado de petróleo o mesmo preço do consumidor lá na região do Acre e Rondônia. Se não fosse isto, essas regiões, simplesmente, não teriam condições, porque são as regiões mais pobres, que teriam que pagar um preço mais elevado. A visão da Federação fez com que, necessariamente, os que podem mais ajudem os que podem menos. No quadro específico da ALBRÁS ou da ALUMAR, ou do que for, esse assunto está sendo examinado e quero deixar, aqui, com a Comissão todos esses documentos para um exame mais profundo.

Com relação ao montante de recursos desse subsídio, creio que, aqui, nós temos dados — e eu, aqui, confesso que, de memória não tenho — eu não quero lhe dar um número que não seja absolutamente correto, por duas razões: primeira, porque o Depoente jurou dizer a verdade e, segundo, pelo apreço e estima que tenho pelo eminente Senador.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, essa equalização que todos nós defendemos não elimina outro subsídio. O subsídio está lá, existe, e nós estamos subsidiando o consumidor de alumínio dos países industrializados.

A segunda pergunta, ilustre Ministro, é com relação às origens dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que estavam nas dúvidas que surgiram com relação à eventual possibilidade de perda de controle, por parte da União, da Companhia Vale do Rio Doce. Tenho lembrança até de que visitei V. Ex.ª para explicar as razões que me levavam ao requerimento, solicitando

a criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ora, no curso dos depoimentos, o que ficou claro, embora não com a nitidez das palavras, é que, num determinado momento, depois de a Companhia Vale do Rio Doce ter lançado o equivalente a 161 milhões de dólares, que havia o risco iminente da perda de controle, e para isto existe uma ampla correspondência de Diretores da Vale do Rio Doce e de Ministros, alertando com relação a esse risco. Ora, esse lançamento deveria ter sido de 250 milhões de dólares, que é o que constava do compromisso da Vale do Rio Doce com o Banco Mundial. Ora, se a direção de uma empresa assume o compromisso de lançar diversos conversíveis, no mínimo, no valor equivalente a 250 milhões de dólares, é elementar que essa direção deve ter consciência de que, com isso, se perderá o controle da empresa, se perderá a maioria dos votos nas suas assembleias.

Mas recentemente, e V. Ex.ª aqui já fez referência, surgiu um decreto estipulando que a União não poderá ter menos do que 51%. Então, a minha pergunta a V. Ex.ª é: entende V. Ex.ª que havendo esse compromisso de lançar debêntures conversíveis, de valor no mínimo de 250 milhões de dólares compromisso da empresa, e que com esse lançamento perder-se-ia? Realmente, havia risco e esse risco ficou demonstrado alguns meses depois com a iniciativa de V. Ex.ª de levar ao Presidente da República a sugestão de que se faça um decreto que estabeleça para que não haja nenhuma dúvida, nenhum risco futuro.

O SR. — A pergunta é inteiramente improcedente. É claro que com o lançamento dos debêntures conversíveis em ação no valor de 250 milhões de dólares isso poderia, num determinado instante, ou perder-se o controle ou ficar-se próximo de perder esse controle. Não tenho um dado seguro, mas poderia ficar próximo, porque além de vir acompanhado da presença do Tesouro Nacional, vem acompanhado da presença de ações por parte da Caixa Econômica Federal e por parte do BNDEs. Se somasse tudo ainda não ficaria próximo de perder-se o controle. É claro que não se pode dizer que tenha havido ilegalidade, porque do ponto de vista legal, a Companhia do Vale do Rio Doce não é obrigatoriamente uma empresa em que a União deva ter uma linha de capital, não é isso. Isso é legal. Porém, uma minha visão do problema, entendo que a Companhia Vale do Rio Doce deve ser uma empresa em que o Governo deva ter participação majoritária e, indubitavelmente majoritária. É um ponto de vista meu que pode ser correto ou incorreto, mas é a visão que tenho do problema. O que eu fiz? Propus ao Presidente da República que se definisse isso de maneira clara através de decreto — seria melhor se fosse através de lei — que o Congresso Nacional debatesse isso amplamente. Acho que temos de ter consciência disso cada vez mais, ou seja os decretos ou os decretos-leis devem ser substituídos por projetos de lei. É claro que não podemos perder de vista que a administração moderna não pode elidir em determinado instante a necessidade de se aplicar o decreto-lei, seria uma utopia pensar que o administrador, ou o executivo moderno pode necessariamente abster-se completamente da utilização de decreto-lei, mas, tanto quanto possível, em assuntos que dizem respeito nitidamente ao interesse nacional e que não seja caracterizado por urgência, esse assunto deve ser de debate amplo no Congresso Nacional. Propus e o fiz na certeza de que, neste momento, quer dizer, o interesse nacional, na minha visão pessoal, estaria melhor preservado, na medida em que se assegurasse a presença, sem margem de dúvida, do Tesouro da União como majoritário nas ações da Companhia Vale do Rio Doce.

É claro que a empresa na época atuou em função da realidade que ela estava vivendo, ela tinha um cronograma de execução de obra e esse cronograma de execução de obra exigia, evidentemente, o aporte de recurso. Dir-se-á: era um aporte de recurso extremamente pequeno em relação a realidade. Isso é como a vela em função do preço do carro, não custa nada, mas se o sujeito não tiver dinheiro para comprar a vela, simplesmente o carro não anda. Na época isso foi considerado e haviam duas hipóteses: ou se aportava dinheiro via Tesouro Nacional ou se aportava dinheiro via lançamento de debêntures.

As autoridades financeiras, na época, evidentemente essas autoridades financeiras eram necessariamente responsáveis pela presença majoritária do capital da União e recomendar à Companhia Vale do Rio Doce que caminhasse em direção do lançamento de debêntures conversíveis em ação. Isso foi feito. Não se completaram, como o eminente Senador disse, e os 250 milhões de dólares ficaram mais ou menos em torno de 168, 167 milhões de dólares.

Mas, eu, ao assumir o Ministério das Minas e Energia, depois de fazer uma avaliação mais exaustiva, quer dizer, de ler atentamente muitos dos debates que foram afluídos aqui, em relação ao assunto, e até as razões da Comissão Parlamentar de Inquérito, achei, dentro de minha visão, que deveria propor ao Presidente da República definir, nitidamente, o que pensa a União a respeito deste patrimônio, que até o momento foi colocado sob a sua guarda, embora necessariamente a lei não estabelecesse como estabeleceu no caso da Petrobrás, que a União devesse meter especificamente os 51% de ações.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Caso Ministro, nunca entendi a pertinência dessa questão que foi aqui longamente debatida. Basta olharmos para o dispositivo do art. 163 da Constituição, que subordina a intervenção do Estado no domínio econômico a três condições restritivas: a existência de lei especial, imperativo de Segurança Nacional e incapacidade ou inapetência da iniciativa privada para executar a tarefa. O problema, portanto, do perigo de privatização da Vale do Rio Doce não existe. Se tivesse existido, estaríamos marchando simplesmente no sentido de obedecer um dispositivo constitucional. O que se me parece inconstitucional é apegarmos-nos à propriedade pública de uma empresa que, pelo art. 163 da Constituição, já deveria ter sido privatizada. Há alguém que possa disputar que existe esse artigo na Constituição, que a Constituição é mais importante que leis e decretos? No caso concreto, aliás, nem houve o perigo de privatização. Gostaria que tivesse havido, gostaria que tivesse havido mais, que tivesse havido privatização, porque, assim, estaríamos obedecendo à Constituição que estamos diariamente violando. E agora, nos iludimos com a esperança de que, fabricada uma nova Constituição, teremos um paraíso terrestre de disciplina e harmonia.

Segundo demonstrações que foram aqui apresentadas, no ponto mais baixo de concentração de ações votantes em mãos do Governo, o Tesouro deteve 49,1, 49,2%.

O SR. — Foram 49,3%.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Mas isto não significaria perda de controle porque havia ações em poder de outras entidades públicas tais como a Caixa Econômica Federal, o Banco Central e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e com isso o controle de ações votantes em poder do Estado, Estado abrangente, era de 56%. Mas para mim, esta questão é inteiramente secundária, é totalmente impertinente. O que eu desejaria ter visto é realmente cumprirmos a Constituição. A Constituição exige lei especial, o Ministro Aureliano Chaves acaba de declarar que não exige lei especial. No caso da Petrobrás, a Constituição insere o monopólio na Constituição. Não é uma necessidade estabelecida por lei.

Em segundo lugar, não se pode preterir Segurança Nacional de exportação de minério. Minério é uma das coisas, minério de ferro, mais abundantes do mundo. Todo mundo exporta. Há 50 países que exportam minério de ferro. A produção de feijão é mais relevante para a Segurança Nacional, porque provoca motim nas ruas, do que a exportação de minério de ferro, e certamente não há incapacidade da empresa privada, e termos aí a NDR; a Certeco e várias outras, dedicadas a esta tarefa, competitivamente no mercado internacional.

Portanto, Sr. Ministro, a questão não existe. Estamos desvalando para o terreno da inconstitucionalidade. A Vale do Rio Doce já devia ter sido, há muito tempo, privatizada, e a violação constitucional em manter em mãos públicas.

O SR. — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. — É apenas para colocar bem o disposto no art. 163 da Constituição Federal, quando fala na inapetência da empresa privada, ela se refere à empresa privada brasileira, à empresa privada nacional. A FETERCO e a NDE são empresas multinacionais. Então, esse assunto pode ser colocado sobre esse ângulo de que a iniciativa privada, na área do setor...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na realidade, nobre Deputado, isso não é uma questão de ordem.

O Ministro Aureliano Chaves estava respondendo uma questão do Senador Severo Gomes quando foi pedido um aparte. Mas, eu pediria que cada qual fizesse a sua indagação na sua ordem de inscrição.

O SR. AURELIANO CHAVES — Não estamos, evidentemente, questionando o preceito constitucional, embora, evidentemente, esse preceito constitucional faça referência à empresa nacional. Mas, uma coisa que consideramos importante para a base da discussão, é dizer o seguinte: a empresa privada, de qualquer natureza, não está necessariamente inibida a produzir riquezas minerais no País. Haja vista empresas...

O SR. ROBERTO CAMPOS — (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu pediria ao Senador Roberto Campos que, na sua oportunidade, fizesse a intervenção.

O SR. AURELIANO CHAVES — Eu pediria ao Sr. Presidente que permitisse ao Senador Roberto Campos que lesse novamente o texto.

O SR. ROBERTO CAMPOS — São facultados à intervenção, domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável, por motivo de segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais. Entre os direitos e garantias individuais, existe a formação de associações. Art. 153, § 28. Associações de qualquer tipo, majoritárias, minoritárias, com quaisquer capitais, celestiais, diabólicos ou neutros.

O SR. AURELIANO CHAVES — Não! O dispositivo constitucional não inibe, quer dizer, a posição do Governo num determinado instante, de manter uma posição de majoritário numa empresa estatal, que ele considere como sendo fundamental. O que ele não pode é ser exclusivista.

O SR. ROBERTO CAMPOS — É preciso que seja indispensável para a segurança nacional. É preciso que o Governo demonstre...

O SR. AURELIANO CHAVES — Indispensável à segurança nacional é. Tem um é aí!

O SR. ROBERTO CAMPOS — Exatamente. Ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido. Como não pode ser desenvolvido? Começou como empresa privada. Foi desenvolvida como empresa privada. Depois veio o Governo e depois surgiram inúmeras empresas privadas, algumas brasileiras, a MBR é brasileira, como os Srs. sabem, perfeitamente capazes de executar a tarefa. Por isso é que temos sífilis, tuberculose, porque o Governo vai investir em indústria ao invés de tratar da saúde pública.

O SR. AURELIANO CHAVES — Há uma coisa importante que precisa ser levada em conta, Senador Roberto Campos. É que esses investimentos em indústrias que rendam dividendos ao Governo, podem propiciar ao Governo recursos adequados para que ele invista, necessariamente, no setor social. Uma empresa, como a Companhia Vale do Rio Doce, cuja presença no cenário internacional tem sido uma demonstração cabal de que o poder público não é, afinal de contas, infenso à eficiência, à eficácia, como o poder público quando escolhe adequadamente administradores competentes como, de resto, os têm na Companhia Vale

do Rio Doce e em outras empresas estatais — teve, na Companhia Vale do Rio Doce, um homem da competência e da visão internacional do Dr. Eliezer Bastata...

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — É preciso mudar a Constituição! A Constituição estabelece a primazia da iniciativa privada.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Eu pediria ao Senador Roberto Campos que deixasse o Ministro Aureliano Chaves responder ao Senador Severo Gomes.

**O SR. AURELIANO CHAVES** — O que existe realmente de concreto é o fato de que a presença da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa que, na minha visão pessoal, deva ter assegurada até o momento e para uma visão futura presença majoritária de capital público nacional, capital público, evidentemente não elide e nem inibi a presença de empresas privadas, quer sejam nacionais, quer sejam internacionais, no mercado de produtos minerais. As minerações brasileiras, reunidas à MBL, é uma empresa privada nacional que está atuando no setor com bastante êxito. Não há nenhuma incompatibilidade. A Companhia Vale do Rio Doce não está sendo exclusivista; ela nasceu realmente como empresa privada. Mas, o imperativo do interesse nacional, num determinado instante, fez com que essa empresa privada internacional, viesse a ser uma empresa pública. Como de resto aconteceu no setor de energia elétrica, ainda no Governo do Presidente Castello Branco, que V. Ex.<sup>a</sup> foi um eminente Ministro de Planejamento. O Governo brasileiro, no interesse público, absorveu as empresas elétricas brasileiras do grupo. Não houve, naquele momento, nenhum desejo de estatização por estatizar, mas o desejo de bem servir à coletividade brasileira que, naquele momento, não estava sendo convenientemente servida pelas empresas internacionais que operavam na área. Então, o momento é que diz. É ninguém diz, na Constituição, que energia elétrica é monopólio do Estado. O poder concedente é o Estado, mas ele não é monopólio, tanto que temos várias empresas do setor privado que atuam na área de energia elétrica. Por que, naquela época do Governo Castello Branco, foi absorvido o grupo? Porque ela não estava atendendo ao interesse nacional. Então, essa avaliação do interesse nacional tem que estar, naturalmente, em jogo em cada época. A meu ver, neste instante, uma empresa vitoriosa, como é a Companhia Vale do Rio Doce, geradora de recursos para investimentos necessários ao país, este, a meu ver, não é o momento adequado para um País, como o Brasil, se transferido para a iniciativa privada, embora a lei não iniba, a lei não proíba, ao contrário, a lei abre horizontes amplos para que isso aconteça.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

**O SR. SEVERO GOMES** — Sr. Ministro, antes de formular a minha última pergunta, eu gostaria de comentar alguma coisa que veio nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> Primeiro, é de que, num determinado momento, o cronograma de obras, em Carajás, poderia estar indicando a realização daquele compromisso. Eu diria; um volume de recursos que aqui foi comparado por V. Ex.<sup>a</sup> como uma vela de automóvel, mas um compromisso que implicava necessariamente na perda de controle, se fosse até o fim. E foi interrompido, porque inicialmente surgiu um vasto noticiário da imprensa. Em seguida a isso, os avisos ministeriais, a preocupação de diretores da Vale do Rio Doce e foi isso que interrompeu, porque, se não tivesse acontecido a mobilização da imprensa, alertando a opinião pública, em seguida, à manifestação de conselheiros e diretores da Vale do Rio Doce, possivelmente se teria perdido. Porque, embora o conjunto de ações nas mãos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, formavam apenas 56%, quando em 1980, o Tesouro detinha 80%, ou mais de 80% das ações da empresa.

Além do mais, o cronograma não serviria para justificar, porque a ferrovia de Carajás ficou pronta um ano antes que se pudesse iniciar realmente a exportação e o embarque de minério. Quer dizer, o cronograma estaria a indicar o contrário, a desnecessidade da mobilização desses recursos. Além do mais, eu creio que aí temos alguma coisa em que se reproduz essa história de investirmos os nossos recursos num interesse que não é nosso. Por quê? Eu concordo com o nobre Senador Roberto Campos que é mais importante produzir feijão do que exportarmos minério de ferro. Agora, exportamos minério de ferro pelo preço de extração e transporte. Se tiver algum fragmento a mais é insignificante, dentro desse processo, e creio que esses preços deprimidos derivam exatamente pelo fato de termos empresas privadas exportando minério, onde há um conjunto de acionistas que são as grandes siderúrgicas do Japão, as grandes siderúrgicas da Europa, quer dizer, funcionam como uma mina cativa dessas empresas siderúrgicas que não têm interesse nenhum de elevar os preços. Temos nós a esperança de que o interesse nacional fique bem claro, quando elaborarmos a nossa futura Constituição que começará, felizmente, no começo do ano que vem, para que essas questões fiquem claras, cristalinas, e o povo possa entender que o interesse nacional não vai ficar submetido a uma vontade de uma época, mas à vontade nacional que vai se exprimir nas urnas, nos seus representantes para que realmente possamos ter um controle da nossa economia e poderemos inventar o nosso próprio futuro.

A terceira questão é a dos direitos de lavra em terras indígenas. V. Ex.<sup>a</sup> recebeu, há pouco tempo, um conjunto de parlamentares que pertencem ao próprio parlamentar que hoje defende os direitos dos povos indígenas, no Congresso Nacional, é um bloco que já conta com mais de cem Deputados e Senadores. Na ocasião eles tiveram uma entrevista extremamente produtiva com V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive com a segurança de que aqueles direitos que tivessem sido concedidos em terras indígenas que eles seriam suspensos. Posteriormente veio uma notícia que apenas novos direitos não seriam concedidos mas aqueles que já estavam concedidos em terras indígenas, terras protegidas pela Constituição, não seriam alterados. Esta é uma questão que eu gostaria de ter um esclarecimento por parte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Esta é uma indagação extremamente importante. Primeiramente é preciso definir o que venha a ser terras indígenas. Qual é a autoridade competente para definir o que são terras indígenas? O mais respeitável, por exemplo, que seja o Conselho Indigenista Missionário pelo qual tenho grande respeito, não é o órgão competente para definir as reservas indígenas. Qual é o procedimento do Departamento Nacional de Produção Mineral? A recomendação que o Departamento Nacional de Produção Mineral recebeu foi o seguinte: respeitem-se as reservas indígenas como tal definidas, respeitem as reservas de garimpo como tal definidas.

Ainda recentemente, tornamos sem efeito vários alvarás concedidos para mineradoras em áreas consideradas como reservas de garimpo em Mato Grosso. Agora, no que tange especificamente ao problema das chamadas reservas indígenas, as grandes dificuldades que temos é o seguinte: Em primeiro lugar, o órgão competente não tem ainda demarcadas as chamadas reservas indígenas, a não ser ocasionalmente uma ou outra. A maioria das reservas indígenas não está demarcada. Todas as vezes que vamos conceder um alvará de pesquisa e lavra na região amazônica, principalmente, o primeiro procedimento é consultar a FUNAI para saber se essa área onde houve solicitação de alvará de pesquisa e lavra ou está sendo solicitada a constituição de uma reserva de garimpo é ou não área indígena. E só liberamos quando a FUNAI, primeiro que responde que não tem nenhum dado que indique seja aquilo reserva indígena, ou simplesmente indique claramente que isso não é reserva indígena.

Há também um fato interessante, é que as reservas indígenas são terrivelmente pobres, é isso mesmo? Hoje estão aqui, amanhã estão acolá. Num determinado instante, concedeu-se um alvará de pesquisa e lavra a uma empresa de mineração em uma determinada área em que a FUNAI diz textualmente: — tenho vários exemplos, virei aqui no dia 10 de julho para depôr nesta Comissão, vou mostrar isso — “isso não é reserva indígena. Foi concedido o alvará de pesquisa e lavra e, de repente, vem o pessoal do Conselho Indigenista Missionário vê o pessoal e diz: “Isso aqui é reserva

indígena”. Mas, qual é a prova que tem? A prova é que os índios estão lá, os índios são nômades, os índios andam aqui, andam acolá, são nômades. Por quê é reserva indígena? Porque os índios estão lá, os índios são nômades, os índios andam aqui, andam acolá, eles são nômades. Por quê que é reserva indígena? É porque os índios estão lá.

Então, há uma grande dificuldade em tudo isto. Ainda temos um decreto que foi baixado na época do Presidente Figueiredo, quer dizer, está abrindo a perspectiva de concessão de alvará de pesquisa e lavra, por empresa de mineração, é chamada as reservas indígenas. O decreto também não foi regulamentado. O que é que nós mandamos fazer? Nós mandamos suspender provisoriamente. Agora, ou a FUNAI demarca essas áreas, claramente e faça um grande esforço que talvez possa envolver o Serviço Geográfico do Exército — não sei o que possa ocorrer — para demarcar essas áreas indígenas, ou, então, nós não temos condições de conceder nenhum alvará de pesquisa e lavra na Região Amazônica; teremos que fechar a Região Amazônica.

Agora, acontece o seguinte, nós temos um dado. Foram concedidas lavras. Várias empresas de mineração investiram lá, na Região Amazônica, e já investiram a longo prazo e fizeram em função de uma solicitação feita ao DNPM, isto foi concedido.

Pergunta-se. O Governo, através de uma ação direta do DNPM, tem o direito de cassar um alvará de pesquisa e lavra sem indenizar essas empresas? Quanto custa esta indenização? Nós podemos fazer isso? Não, cancela. E quem é que indeniza essas empresas dos recursos que elas investiram no local?

Então, nós estamos tendo um cuidado muito grande nisso, que realmente o assunto é complexo. A primeira coisa que precisamos e ainda agora estamos baixando, quer dizer, uma Portaria conjunta ao Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Interior, para verificar se nós apressamos a demarcação dessas reservas indígenas. Para que nós possamos respeitar o que é dos índios e é fundamental, é a cultura nacional que nós temos que preservar, temos que respeitar, mas em contrapartida não ficarmos numa faixa de indefinição, extremamente perigosa, no momento em que o Brasil pode desenvolver pesquisas minerais extremamente importante para a economia nacional. Então esse é que é o grande problema.

Nós estamos procurando definir responsabilidade, por exemplo, DNPM não é responsável por segurança pública em lugar nenhum. DNPM é um órgão técnico.

A recomendação que nós demos ao DNPM foi o seguinte: há um conflito numa área de reserva de garimpo, conflito, não é. Ou há um conflito numa área entre reserva de garimpo e alvará de pesquisa e lavra. A primeira pergunta que o DNPM tem que responder é o seguinte: isto aqui é reserva de garimpo ou é alvará de pesquisa e lavra? Definido se alvará de pesquisa e lavra, se é reserva de garimpo. Responsabilidade, manutenção de ordem pública não é do DNPM. Responsabilidade, manutenção de ordem pública é primeiramente do Governador do Estado. Em segundo lugar, se o Governador de Estado, por esta ou por aquela razão, considerar que não tem força suficiente, o Ministério da Justiça, in extremis das forças Armadas. Acho que este é um apoio que deve ser extremamente zeloso, porque eu quando fui Governador de Minas não gostava nem de pensar que houvesse qualquer tipo de intervenção numa área que é da responsabilidade exclusiva do Governador de Estado, manutenção da ordem pública. Então a recomendação que tenho hoje ao DNPM e a CPRM é a seguinte: não cabe ao DNPM e nem ao CPRM requisitar forças federais, quer seja da Polícia Federal, quer seja do que for, isto é assunto dos Governos dos Estados. Manutenção de ordem pública, preservação da segurança individual ou da segurança pública, e reserva de garimpo em área de mineração, é problema, primeiro dos Governos dos Estados, depois, naturalmente das autoridades subseqüentes.

Então, Senador José Lins, o primeiro esforço que nós estamos fazendo é para definir essas áreas indígenas, no interesse que nós temos que respeitar a cultura de quem habitou este território antes de nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu pediria aos demais interlocutores para que fossem breves para tentarmos terminar esta reunião às 13 horas e 30 minutos.

Com a palavra o Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — É realmente gratificante a presença de V. Ex.ª nesta Comissão, sobretudo pela maneira feliz com que V. Ex.ª expõe os fatos e a bagagem de conhecimentos que traz para todos nós que estamos aqui, realmente, interessados em conhecer a problemática.

Um comentário, Ministro. Desde que surgiu o affair de transferência do controle acionário da Vale do Rio Doce, o que sempre tive em vista é que, na realidade, se a Constituição não estabelece o monopólio, pelo contrário, estimula o amparo à iniciativa privada, o que poder-se-ia ter feito era examinar a coisa à luz do aspecto eminentemente econômico. Seria o caso, antes de mais nada, de uma avaliação efetiva do ativo pertencente à Vale do Rio Doce antes do lançamento dessas ações, dessas debêntures. Isso seria realmente difícil, apropriar a esta altura o quanto monta, o quanto vale as concessões que detém a Vale do Rio Doce, sobretudo no que diz respeito ao complexo de Carajás. De sorte que esse, talvez, devesse ser o ângulo em que a coisa deveria ter sido examinada, e ainda, se for o caso, para o futuro, seja na Vale do Rio Doce ou em qualquer outra empresa não sujeita ao monopólio constitucional ou legal, mas que tenha em vista o valor das concessões que detém, como é o caso da Vale do Rio Doce.

Examinando o problema hidroelétrico, o problema energético, sobretudo na área de energia elétrica, ouviu-se o Presidente da Comissão Nacional de Energia, que deve ter experimentado, mais do que ninguém, essa angústia que realmente infelicitou o Brasil. Foi o fato de termos feito a opção do não racionamento do petróleo. Até pelo contrário, não sei porque cargas d'água, mas o certo é que nós passamos a estimular o consumo do petróleo no Brasil, ao ponto de triplicarmos o consumo em 8 anos, o que nos custou a bagatela de 63 bilhões de dólares a mais, em face do incremento do consumo e do diferencial de preço, ao preço que pagamos antes dos dois picos de alta. Esse fomento, esse incentivo ao consumo dura até hoje inexplicavelmente, devido a redução ilegal do Imposto Único sobre Combustíveis. O Poder Executivo tinha autorização para alterar as alíquotas do IUC em 20%, essa redução atingiu 80%.

Eu não vejo, senão um simples decreto administrativo, ter o Executivo hoje formas e meios, sem tomar dinheiro da PETROBRÁS, como noticiam os jornais seria o caso de repassar dinheiro da PETROBRÁS para outras empresas — senão revogar aquele simples decreto, ilegal, que carecia de uma autorização legislativa, autorização legal, para reduzir da forma como o fez, as alíquotas do IUC. Bastaria simplesmente voltar o IUC aos patamares anteriores. Passaria, o Tesouro a ter um reforço de caixa substancial e estaria resolvido o problema que angustia os Estados e Municípios em virtude da participação constitucional que eles têm nesse tributo.

Só que eu não vejo, realmente, causa e nem razão, justificativa alguma para se querer tirar dinheiro da PETROBRÁS, transferir os lucros da PETROBRÁS, lucros esses comprometidos com o futuro, até de segurança nacional porque ela carece desses seguros para aplicá-los na pesquisa. No entanto, a arma está nas mãos do Executivo. Tranquilamente, desde que ele queira estancar o consumo de petróleo estimulado, quando outros países mais ajuizados fossem andar a cavalo, de bicicleta ou de charrete, o brasileiro tinha que andar no "meu carro". Porque a ostentação do brasileiro é a auto-afirmação de possuir automóvel. Atualmente, o país que tem uma renda per capita duas vezes maior do que a nossa, tem um número de automóveis de passeio bem reduzido em relação ao que temos atualmente, que é a ordem de 1 para 10 habitantes. Se olharmos para a área urbana, vai 1 para 7 habitantes por automóvel de passeio.

De sorte que não foi só a PETROBRÁS que foi levada a esse endividamento. Sabe V. Ex.ª que a empresa privada também foi induzida, foi culminada a tomar

dinheiro via Resolução n.º 63 do Banco Central, e depois veio a rasteira. Rasteira porque se V. Ex.ª examinar a cena histórica das desvalorizações cambiais em relação à correção monetária das desvalorizações cambiais em relação à correção monetária, vai verificar que naquele período em que o Brasil tinha um desequilíbrio muito grande na sua balança de exportação comercial, a série histórica está lá mostrando que enquanto nós tínhamos déficit comercial, as desvalorizações cambiais eram menores do que a correção monetária. Vale dizer, o empresário brasileiro, o empresário privado, a bem das empresas estatais, foi empurrado a endividar-se com dólares para atender o nosso consumo desregrado e desbragado de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu peço ao Senador Benedito Ferreira que conclua a sua pergunta.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu estou sendo um pouco prolixo, mas o assunto foi aflorado pelo Ministro, quando houve essa queixa do endividamento do setor.

Ministro, nós não temos considerado — no caso, o por exemplo, de Tucuruí, apesar de não ter sido construída a eclusa, mas foi lançada a base para essas eclusas — no custo do volume dos investimentos a serem remunerados, a futura navegação, que vamos obter via construção dessas barragens geradoras de energia elétrica, disciplinadoras dos cursos d'água. V. Ex.ª tem idéia do quanto necessitaríamos para passarmos a explorar economicamente a navegação fluvial, em função das barragens já construídas, e assim diluirmos os custos desses investimentos nessa forma de transporte que V. Ex.ª, mais do que ninguém sabe o quanto ela é mais econômica e o quanto ela é urgente, tendo em vista a exploração dos próprios cerrados? Eu lembraria a V. Ex.ª, por exemplo, que nós tínhamos 5 milhões de hectares irrigáveis por gravidade na região do rio Formoso, do lado de Goiás, e a outra metade, 2 milhões e 500 mil hectares, mais ou menos, aproximadamente, na área de Mato Grosso, com uma topografia idêntica, considerando que toda essa produção agrícola permitira três colheitas por ano facilmente e sem consumo de energia senão a abertura e fechamento de comportas para essa irrigação por gravidade. Considerando a proximidade dessa região com o Hemisfério Norte, grande comprador nosso, e mais ainda, o problema dos transportes dos minerais e dos minérios da região de Carajás, não seria o caso, Sr. Ministro, de fazermos um esforço e atermos essa navegação, tendo em vista a economia do transporte e a diminuição do custo dos investimentos feitos nessas barragens? Outros que estão inclusive a reclamar na região, como é o caso da Santa Izabel, parece que estão sendo cozidas com pouco fogo.

Era esta, Sr. Ministro, a minha principal indagação que eu desejaria colocar a V. Ex.ª, pois parece-me que nós estamos tendo no setor hidroelétrico, principalmente, o bode espiatório da coisa, mas que em termos de futuro do Brasil, do futuro efetivo de que vai nos propiciar um desenvolvimento tranquilo, sobretudo no que diz respeito à escassez de energia líquida, como é o caso dessa ameaça da extinção do petróleo, o quanto importante será para o nosso futuro a navegação fluvial.

Em Minas Gerais, Sr. Ministro, embora, um tanto atabalhoadamente a minha indagação é esta: demandaria um esforço muito grande, em termos de recursos, a últimação dessa navegação fluvial de modo especial na região Araguaia/Tocantins?

O SR. AURELIANO CHAVES — Senador Benedito Ferreira, não tenho números exatos aqui e penso que esses números exatos têm que ser atualizados no momento com relação à necessidade de recursos adicionais para conclusão dessas eclusas de Tucuruí, mesmo porque em Tucuruí só vai ser completada com a segunda fase. Essa primeira fase de Tucuruí não lhe permite gerar plenamente a energia que ela pode gerar. Ainda há um problema de descarga do vertedor. Está precisando haver barragem à montante para reduzir os riscos de vazões catastróficas. Tudo isso vai envolver novos investimentos na área.

Agora, no que tange especificamente aos custos adicionais para conclusão das eclusas, que acho importante, aquele rio é uma via natural que não pode ser

desperdiçada. O nosso São Francisco, também, é realmente um rio de Integração Nacional, que não pode ser descartada a utilização do São Francisco como rio navegável e, afinal de contas, os aproveitamentos hidroelétricos do São Francisco tiveram em vista isso, como também as disponibilidades de água para irrigação vis-à-vis; a água necessária à geração firme de energia elétrica. Mesmo porque infelizmente, digo infelizmente, não cultivamos afinal de contas, a utilização dos nossos cursos de água como meio de transporte, e isto ficou por conta dos nossos antepassados que os utilizaram para penetrar as entranhas da nossa Terra.

A utilização de eclusas está mais ou menos restrita à pequenas eclusas que pequenas embarcações na Região de São Paulo, entre os afluentes do rio Paraná, poucas eclusas para a navegação de pequeno porte. Mas não tenho dúvida de que o Brasil vai ter de cuidar disso, não vai perder de vista esta realidade. Estamos agora, na Comissão Nacional de Energia, que foi reconstituída pelo Presidente José Sarney, procurando agora restabelecer um trabalho conjunto, Ministério das Minas e Energia, Ministério dos Transportes, Ministério do Desenvolvimento Urbano, para fazermos uma avaliação segura de como estão sendo utilizados os meios de transporte e a sua correlação com o consumo de combustível. Porque no Brasil não há limitação nenhuma, um País livre em matéria de uso de meios de transporte, é o Brasil. Podemos de uma hora para outra colocarmos um quilo de lagostas num avião e madarmos para onde quisermos. Isto acontece na maioria dos países do Mundo, estabelece uma correlação. Qual é o meio de transporte adequado para um determinado tipo de mercadoria? Em decorrência disso podemos estar agregando uma soma fantástica, quer dizer, de custos adicionais quando utilizamos um determinado meio de transporte para transportar uma determinada mercadoria e isto afeta, inclusive, a balança comercial do País que é a balança de pagamento. Por isso vale a pena um estudo mais detalhado, um exame mais profundo, é claro que isto é simples, é complexo, a cultura do povo, os atos do povo não podem ser de uma hora para outra modificados por uma ação de Governo, mas pode redirecionar, reorientar isto.

Não tenho ainda dados nenhum sobre esse problema de utilização de eclusas para a navegação do sistema Araguaia, Tocantins, mas isto me parece importante. Porque estamos premidos agora pelo imediato, que são os recursos para gerar quilowatt-hora que já estão excessivamente escassos e podem colocar em risco a própria estabilidade do fornecimento de energia elétrica. Acho que essa tese levantada por V. Ex.ª, deve merecer uma atenção especial. Não tenho dado, mas poderei recomendar às áreas jurisdicionadas ao Ministério que forneça e transmita a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — É bom esclarecer, também, que a parte de eclusas está com o Ministério dos Transportes, com a PORTOBRÁS; como a parte de demarcação de reservas, com a FUNAI.

O SR. Uma explicação pessoal muito rápida. O meu caro Ministro Aureliano Chaves, ensinou-me com grande pertinência que o tempo do Presidente Castello Branco, aliás, sob minha responsabilidade, foram, não só nacionalizadas, mas estatizadas concessionárias do Serviço Público. É verdade, aquela época promovia as negociações com a ITT e Bond and Shair para a nacionalização e estatização dessas empresas. Entretanto, eu não estava descumprindo o artigo 1.º, o que veio a ser depois, não existia ainda, esse dispositivo constitucional, o art. 163 da Constituição. É porque naquela época as tarifas estavam enormemente defasadas. Durante muitos anos houve atraso no reajustamento tarifário para as concessionárias e elas eram baseadas sob o custo histórico que, com uma inflação de quase 100% àquela época, era um dado contábil, apenas romântico que nada tinha a ver com estrutura de custo. Era impossível, portanto, mobilizar capitais privados, quer nacionais, quer estrangeiros. Cumprisse, portanto, o requisito do art. 163, que veio depois a ser promulgado de impossibilidade de organizar o setor com eficácia num regime de livre iniciativa.

Aquela ocasião estimamos que, para corrigir o atraso tarifário, seriam necessários reajustamentos da ordem

de 350%. Isso seria totalmente inconcebível em favor do setor privado e muito menos do setor privado estrangeiro. Esse é a filosofia da estatização. Curiosamente, depois foi possível com as empresas em mãos do Estado, efetuar esse brutal reajustamento tarifário praticamente sem reclamações, o que indica que a nossa cultura é pré-capitalista. Temos uma enorme tolerância em relação ao Estado e bastante severidade para com a iniciativa privada.

O comentário final é apenas para apoiar o que disse o ilustre Senador Benedito Ferreira sobre o dano que está sendo infringido ao Estado pelo desrespeito aos dispositivos constitucionais sobre o Imposto Único de Combustíveis.

em 1975 a Receita do Imposto Único sobre Combustíveis, de qual os Estados participam — Estados e Municípios com 60% —, era de 8,6%; hoje essa relação é de apenas 0,6%.

Em compensação, os adicionais sobrepostos ao Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, que não existiam em 75 e eram apenas 6,6% da Receita do Imposto Único sobre Combustíveis em 1979, hoje são 73%.

Em suma, a União subtraiu recursos que constitucionalmente eram devidos aos Estados. Isto explica em parte a penúria dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Ministro, tenho apenas uma pergunta e pretendo ser rápido.

O elemento que motivou a convocação desta Comissão, ou seja, o risco real ou potencial de perda de controle acionário da Vale do Rio Doce por parte da União, recoloca em questão um dos pontos mais preciosos para a sociedade quando se discute o problema das empresas estatais, que é o caráter velado, o regime de exclusão, usando um aglicismo, com que operam essas empresas. Há quem acuse as estatais ou algumas estatais de terem se transformado em verdadeiros xogunatos inteiramente impermeáveis aos olhos da Nação. Que esse fato é nocivo ao interesse público creio que ninguém tem dúvida. É nocivo no que diz respeito à perda de controle social, perda de controle da sociedade sobre essas empresas. A prova disso é o desconhecimento por parte do Congresso Nacional do orçamento das empresas estatais, e é nocivo concretamente em termos de ineficiência. Quer dizer, nós sabemos muito tardiamente das coisas que se passam à revelia do interesse público no âmbito dessas empresas. O caso, por exemplo, da situação das empresas de eletricidade é bem flagrante. Nós só tomamos conhecimento às vésperas do black-out quando algumas empresas pressurosas aqui nos procuraram com uma proposta de elevação do empréstimo compulsório, que havia sido criado com uma filosofia declinante. Então, o Congresso começou a imaginar que alguma coisa não estava funcionando bem e já havia muito tempo em que se deterioravam as contas dessas empresas. Por esse problema arrasta necessariamente uma pergunta que está nos jornais, que está na garganta de todo o mundo. O Governo nesse momento cogita de criar uma estrutura, uma superestrutura de gerenciamento dessas empresas. Vamos chamá-la de holding como está nos jornais, que segundo nós entenderíamos cuidaria de estabelecer um sistema de vasos comunicantes entre essas empresas, atendendo as suas necessidades conforme a capacidade providencial de outras. Alguns setores se preocupam com essa situação. Há quem diga que na pior das hipóteses estaríamos criando uma forma de conformismo com a ineficiência de certas empresas. E na melhor, das hipóteses estaríamos cristalizando, estaríamos consolidando uma espécie de capitalismo de estado, porque essa estrutura enorme seria um verdadeiro e enclave econômico dentro do País sobre o qual a sociedade não teria qualquer controle. A minha pergunta é a seguinte: à luz desses dois objetivos da sociedade brasileira, no que diz respeito às empresas estatais, ou seja, transparência e eficiência, controle sociais e resultados. Como V. Ex. encara a criação desta holding ou que eu chamo superestrutura gerencial?

O SR. AURELIANO CHAVES — Primeiramente, nobre Senador Marcondes Gadelha, eu não tenho con-

dições de emitir opinião sobre proposta magra. Nós estaremos naturalmente em condições de emitir opinião sobre proposta concreta. Mas não podemos perder de vista que essas empresas estatais não nasceram por acaso. Ainda agora o Senador Roberto Campos teve a oportunidade de dizer a razão pela qual, num determinado instante o governo do Presidente Castelo Branco foi obrigado a intervir para absorver, quer dizer, um setor que estava na área da iniciativa privada, na iniciativa privada internacional. Já a realidade do momento indicava que o Poder Público não poderia ficar ausente daquela realidade. E assim o é, a Itabira Iren foi da Companhia Vale do Rio Doce. Era uma empresa privada. Transformou-se em empresa pública através da Companhia Vale do Rio Doce. Todo o sistema energético brasileiro era fundamentalmente privado, todo o sistema energético brasileiro, todo ele; ou era de pequenas concessões locais, a âmbito de empresa privada, ou eram um pouco de algumas Prefeituras locais, ou era de um grande grupo Bond And Shair e Light, que dominavam os grandes mercados consumidores brasileiros. Num determinado instante o interesse nacional indicou que era conveniente transferir-se para a área do Poder Público. O Senador Roberto Campos tem uma imagem de que geralmente o consumidor brasileiro é benevolente em relação ao Poder Público, e é extremamente exigente em relação à área privada. Mas aconteceu que o consumidor leva em consideração o seguinte: se estou pagando, uma empresa pública, em última análise eu estou pagando ao Brasil como um todo.

Agora, quanto a questão de eficiência, de eficácia, a primeira indagação que tenho é a seguinte: as empresas privadas internacionais no setor de energia elétrica produzem um quilowatt-hora mais barato do que o Brasil? Não! É fácil cotejar isto. Facilímo cotejar isto. Quais são as empresas públicas, as empresas americanas que atuam no setor?

Vamos cotejar, custo do kw/h produzido por cada uma delas? E o custo do kw/h gerado pelas empresas estatais brasileiras. A Companhia Vale do Rio Doce é um primor de eficiência, se não o fora, não estaria competindo no mercado internacional em desigualdade de condições. Porque os grandes mercados consumidores dos produtos brasileiros estão muito mais distantes do Brasil do que dos seus competidores. Não é extraordinário o Brasil competir com a Austrália que está na boca do Japão, entregando minério de ferro, num mercado altamente competitivo? E nisso tem razão o eminente Senador Roberto Campos. E a PETROBRÁS? A PETROBRÁS também é uma empresa eficiente e assim por diante. É questão de cotejar.

Por que falamos em ineficiência? Onde estão os números para cotejar? Eu ainda não vi números, vi palavras, números não. Um sujeito para dizer se as empresas são ineficientes tem que dizer, empresas internacionais produzem por isto e por aquilo e as empresas nacionais estão produzindo por isto. E vamos levar em considerações também o Nordeste. Você acha que o mercado da Paraíba, que a empresa estadual de energia elétrica da Paraíba pode produzir com uma mesma eficiência de uma empresa paulista, levando-se em conta as peculiaridades do mercado nordestino, que é um mercado pobre, tem baixíssimo nível de consumo e é preciso construir uma bruta linha de transmissão para atender uma ponta de carga relativamente pequena, quando os mercados altamente concentrados dão um perfil melhor para a empresa — é preciso ter muito cuidado nesse negócio de dizer que esta empresa é ineficiente, esta empresa é eficiente. Qual é o mercado que ela está servindo? É a primeira pergunta! Você pode condenar a NUCLEBRÁS por ineficiência?

É uma empresa que não tem renda própria, que vive em função de recursos orçamentários. É quando vai ter renda própria transfere essa renda própria para as empresas Concessionárias de energia elétrica.

Essas coisas todas têm que ser avaliadas com muita segurança. Não quero dizer que as empresas estatais brasileiras seriam um primor, um primor de eficiência, como também a iniciativa privada brasileira não é um primor de eficiência. Ela está melhorando, está trabalhando na direção de aprimorar essa eficiência. Mas em grande parte a iniciativa privada brasileira não fora — é preciso registrar isso — não fora a ajuda do Poder Público, ela não teria de se implantar com segurança.

É fácil ver isso. Facilímo ver isto. É o bafejo do Poder Público — o Ministro Cesar Cals sabe disso — é o bafejo do Poder Público que tem viabilizado muita empresa privada nacional. E as empresas estrangeiras que operam no Brasil também não recusam o calor do bafejo governamental. O Ministro Roberto Campos sabe disso.

É preciso fazer essa avaliação com um pouco de isenção. Não posso, não sou nem privativista nem estativista, procuro avaliar dentro da relatividade da minha inteligência e da minha competência os problemas que são colocados diante de mim. Por exemplo, no que concerne a holding das estatais? Não sei, não vi nenhuma proposta concreta. É uma palavra jogada no espaço. Holding das estatais, o que significa isso? Quantas estatais vão ser comandadas por essa holding? Quais são elas? Eu vou colocar, por exemplo, no mesmo saco a PETROBRÁS e a Companhia de Bonde do Corcovado? Eu pergunto. E assim por diante, é preciso saber quais são essas holdings? Quais são essas empresas que vão ficar sob a responsabilidade dessa holding? E com que finalidade? Existe já uma SEST, Secretaria das Estatais, encarregada especificamente de definir os recursos aplicados por essas estatais. Não há nenhuma estatal que tenha a liberdade, nem o Ministro das Minas e Energia tem liberdade. Eu vou repetir a pergunta que fiz ao Senador Cesar Cals: você tinha liberdade quando estava no Ministério das Minas e Energia de definir quais são os investimentos nas suas respectivas áreas? Não! Precisamos quebrar certas fantasias. Isso é que é verdade. A SEST é que é responsável para dizer o seguinte: a PETROBRÁS tem recursos para investir, mas não pode investir. Só pode investir de acordo com as recomendações da SEST. A Companhia Vale do Rio Doce tem recurso mas não pode investir, só pode investir de acordo com as recomendações da SEST. Então, alegar que o Governo não tem controle, isso é fantasia, agora.

O SR. — Desculpe, Sr. Ministro, eu não falei que o Governo não tem controle, a sociedade não tem controle.

O SR. AURELIANO CHAVES — O Governo tem, afinal de contas, o direito e o dever de prestar todos os esclarecimentos que se fazem necessários ao Congresso Nacional e os representantes do Governo, que apóiam o Governo aqui no Congresso Nacional, têm o dever de cobrar do Governo esse esclarecimento. Não é só a Oposição, não, os representantes do Governo.

Então, eu não dou, evidentemente por enquanto, nenhuma opinião a respeito da saúde, mesmo porque acho que o interesse do País está acima de qualquer interesse de empresas associadas a qualquer Ministério. Mas quero discutir em cima de uma proposta concreta. No dia em que houver uma proposta concreta, vou decidir. Além do mais, o Governo tem uma responsabilidade: lança ação no mercado. Cada uma dessas empresas tem ações no mercado, a PETROBRÁS tem ações no mercado, a Companhia Vale do Rio Doce tem ações no mercado, a ELETROBRÁS tem ações no mercado, etc.

Então, tem que ter cuidado de preservar o investidor privado nacional, que confiou, em função de acompanhar de perto o desempenho de uma determinada empresa, resolveu investir naquela empresa. Eu não posso, unilateralmente, estar introduzindo modificações que afetem o comportamento da Bolsa em relação a essas realidades.

Então, a minha posição é a seguinte: tão logo seja colocado à apreciação do Ministério das Minas e Energia — como de resto, deve ser colocado à apreciação do Ministério das Comunicações, como de resto, tem que ser colocado à apreciação do Ministério da Indústria e do Comércio ou de outros Ministérios, como o Ministério dos Transportes, que tem a PORTOBRÁS também, não sei que coisas mais — quais são as propostas concretas, como examinar no interesse do Brasil.

Se for necessário despojar o Ministério das Minas e Energia de tudo em benefício do Brasil, despoja-se o Ministério das Minas e Energia. Agora, vamos saber aonde está o interesse nacional e defini-lo claramente. Qual é o melhor local para se definir interesse nacional? Chama-se Congresso Nacional. É aqui que se define

o interesse nacional. Não é a vontade de um Presidente da República e nem de um Ministro de Estado que define o interesse nacional. O que define o interesse nacional chama-se Congresso Nacional. Aqui é que este assunto deve ser debatido.

É o meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Como o Sr. Ministro Aureliano Chaves fez uma indagação, eu antes de voltar a palavra ao Senador Marcondes Gadelha ou ao Senador Roberto Campos, que é o seguinte inscrito, eu diria que o meu ponto de vista é que essa holding é a ampliação dos poderes da SEST, que coloca a área financeira acima das prioridades setoriais e dá consequências como o racionamento, que faz dar recursos para fazer a geração e corta os recursos para fazer a introdução.

Volta a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Não tenho mais nenhuma indagação, apenas agradecer ao Sr. Ministro e cumprimentá-lo e dizer que comungamos também desse mesmo ponto de vista.

Acho que essa empresa chamada holding deve ser submetida ao crivo do Congresso Nacional. Afinal de contas, as empresas estatais respondem por 60% da formação bruta de capital neste País, mobilizam recursos cinco vezes maiores do que o orçamento da União, e há uma vinculação entre a hierarquização dessas grandes estruturas e os destinos até da democracia política deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — Concordo com a maioria das postulações do meu caro amigo Ministro Aureliano Chaves, exceto que tem bastante menos entusiasmo pela empresa pública e a razão é que, quando ela opera em regime de monopólio, rigorosamente é impossível saber se ela é eficiente ou não, porque não há um padrão de comparação.

A vantagem da iniciativa privada é que ela opera ordinariamente em condições competitivas e, se operar em condições de monopólio, o Governo deve intervir para evitar os monopólios privados. Além disso, sabemos que as empresas públicas sofrem de descontinuidade gerencial por motivos políticos e da ausência de mecanismos de sanção. Mas o problema é, sobretudo, quando não há competição, é impossível determinar se há eficiência ou não. Pode-se determinar se há rentabilidade. A rentabilidade não significa eficiência, se ela é baseada em monopólio ou em preços determinados pela autoridade. Concordo plenamente com o seu julgamento, se é possível aí julgar objetivamente. É uma empresa extremamente eficiente, porque compete num mercado de exacerbada competição, que é o mercado de minérios e compete sem monopólio e sem privilégios.

**O SR.** — Concedo a palavra ao Ministro Aureliano Chaves.

**O SR. AURELIANO CHAVES** — Eu, evidentemente, só posso recolher a colocação do nosso Senador Roberto Campos, por cuja inteligência e competência e espírito público eu tenho um grande respeito. Nós temos apenas uma pequena divergência, no que concerne especificamente à presença do Estado na atividade econômica. Mas essa divergência não diminui a admiração e o respeito que tenho pelo homem público.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — O respeito e a admiração são mútuos.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Concedo a palavra ao Deputado José Machado.

**O SR. JOSÉ MACHADO** — Sr. Ministro, inicialmente, eu quero dizer da grande honra de ser contemporâneo de V. Ex.<sup>a</sup>. Há muito não vejo uma exposição tão clara, tão nítida e tão verdadeira quanto essa. E intercalar essa admiração e a honra que tenho de ser contemporâneo de V. Ex.<sup>a</sup> na cronologia da minha existência com trinta anos de amizade, do respeito mútuo, e da concordância doutrinariamente em tudo podemos nos divergir com relação ao processo, mas doutrina-

riamente estamos absolutamente identificados. Desejo, Sr. Ministro, dizer que, por detrás dessa CPI das Estatais, que tem por finalidade investigar exclusivamente, inicialmente, a Companhia Vale do Rio Doce, e no momento em que esse Senado de tão grandes e relevantes serviços prestados à Nação, resolveu transformar essa CPI numa CPI das Estatais, na realidade se pretendia, embora não seja esta a vontade declarada dos que transformaram essa CPI na discussão clara do problema da privatização das empresas Estatais no Brasil. Esse é que é o objeto maior dessa CPI. Porque é praticamente impossível uma CPI, discutir todos os assuntos inerentes a cada uma das grandes empresas Estatais. Vamos chegar ao final do trabalho sem ter discutido bem nenhuma delas. Nem Vale do Rio Doce, nem PETROBRÁS, nem NUCLEBRÁS, nem TELEBRÁS, absolutamente nada. Passamos superficialmente por cima de todas elas. Só mesmo essa operação final do depoimento de V. Ex.<sup>a</sup> é que vai realmente nortear os rumos do trabalho do nobre Relator. E, nesse momento, quero render as minhas homenagens ao Senador Severo Gomes, que, não obstante o respeito que ele tem pelo seu substituto jamais poderia deixar, como Relator dessa Comissão, mas respeito a posição que S. Ex.<sup>a</sup>, assumiu deixando o lugar de Relator, e colocar para V. Ex.<sup>a</sup> e nesse momento me permito, colocar para Casa, como muito bem lembrado por V. Ex.<sup>a</sup>, o problema grave do Brasil está na omissão do Congresso Nacional. Houve um determinado tempo em 1964 que a grande figura dessa Nação era o eminente Senador Roberto Campos, por quem todos nós temos respeito. Logo depois, surgiu o Dr. Simonsen, e Dr. Veloso, o Dr. Delfim, eventualmente passamos pelo Dr. Dornelles, e hoje estamos na mão do Dr. Furlan. Criou-se há um exame mais detido dessa Comissão, da Secretaria de Tesouro, dando total e absoluto controle das verbas do Governo, para o Ministério da Fazenda e hoje se pretende segundo notícia criar-se uma super holding para controlar as Estatais. O que ficou claro, o que ficou desnudo no depoimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Sr. Ministro, é que realmente nós ainda continuamos sob o império da tecnocracia. Isso nos faz lembrar o tempo, os velhos tempos do passado, em que somente os sacerdotes era conhecedores das leis e podiam aplicá-la. A tecnocracia nesse País, hoje com arrogância maior do que no próprio Governo Revolucionário, está abusando, reuniu-se no retiro em Carajás, o nosso honrado Presidente José Sarney, com todo o grupo elitizado da desburocracia deste País, nem mesmo os Ministros da área podem tomar conhecimento do que os técnicos burocratas estão decidindo, colhe de surpresa até os Ministros da área, embora, naquela reunião, lá estivessem presentes o Presidente da Vale do Rio Doce, internacional, que não foi citado entre as empresas da PETROBRÁS, e o Presidente da PETROBRÁS, lá não estava nenhum Ministro da área do Ministério, ou seja, Ministros das demais áreas, com exceção do Chefe da Casa Civil, do Ministro da Fazenda, e do Ministro do Planejamento. Faço esta colocação porque a notícia desta holding se apresenta, data venia, de uma absoluta incompetência, não nenhum expert em bolsa, mas de uma absoluta incompetência ou porque não dizer não seja verdade, houve uma época em que se anunciavam neste País grandes acontecimentos da PETROBRÁS, e as ações da PETROBRÁS subiam e logo depois vinha um anúncio que algumas coisas estavam em dificuldades na PETROBRÁS e as ações da PETROBRÁS caíam. Muitas pessoas dentro dessas articulações e dessas afirmações ficaram multimilionárias. Se já eram milionárias, ficaram muitas vezes multimilionárias. E hoje, só se pode compreender um anúncio de um super holding com este objetivo, ou incompetência sem a compreensão do que seja uma bolsa, ou é lamentável que se diga, por trás disso alguma coisa muito mais séria, muito mais grave. O que se pretende é desvalorização das empresas, das estatais, para melhor comprar estas ações e amanhã dizer que não haverá mais holding alguma. Porque não há nenhuma explicação: se dará notícia à Nação que se vai colocar no mercado 5 bilhões de ações da PETROQUISA e 500 milhões de ações da PETROBRÁS Distribuidora, e ao mesmo tempo anunciar para o Brasil a criação de uma super holding.

Não há nenhum investidor competente ou inteligente que possa ir à bolsa, ou possa querer comprar essas

ações por bom preço, ou pelo preço que realmente elas valem, porque o Governo já está dando notícia de que elas vão ser amplamente desvalorizadas. Então, este é um assunto que eu reputo da mais grave responsabilidade, assumida pelo Governo, publicamente, dentro de um retiro espiritual, numa bela vivenda da Vale do Rio Doce, nos contrafortes da Serra dos Carajás.

Outro assunto que ficou muito claro no depoimento de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, é que a SEST, que hoje está comandada pelo Dr. Trevisan, que me faz lembrar muito televisão, já que S. Ex.<sup>a</sup> está diariamente na televisão, na pessoa deste chefe desta área, tem-se preocupado constantemente em responsabilizar a classe política pelo desacerto das empresas estatais, como se fosse os políticos deste País, os Senadores, os Deputados os responsáveis por todos os desacertos das empresas estatais. V. Ex.<sup>a</sup> deixou muito bem claro que o setor hidroelétrico tinha uma margem extraordinária de 30% de investimentos externos e 70% de investimentos internos, era uma empresa adequadamente montada, e hoje inverteu. Está com 70 e 30, e para quê? Para se pegar estes recursos desviá-los do setor e aplicá-los em outras atividades, que efetivamente transformaram este País na 8.<sup>a</sup> potência do mundo, em termos financeiros, mas na 57.<sup>a</sup> potência, em termos sociais, isto é um absurdo. É um crime de lesa-pátria, e é profundamente lamentável, ainda se pretende entender, quando o art. 163 cuida da necessidade de se dar suporte à iniciativa privada, e quando nós falamos, peço vênias ao Senador Roberto Campos, já que tenho por S. Ex.<sup>a</sup> uma profunda admiração e respeito, e entendo que, se houve milagre nesse País, no qual foi beneficiado o Dr. Delfim. Quem realmente deu causa a esse milagre foi a administração do Dr. Roberto Campos, que deu causa à viabilização da indústria automobilística e alteração do sistema financeiro. O Dr. Delfim foi apenas um beneficiado. Mas eu não posso admitir que a Constituição de uma nação coloque no mesmo plano de igualdade a empresa privada brasileira e a empresa multinacional, porque eu não gosto muito dessa expressão empresa privada nacional. E aí eu gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> nos ajudasse, numa redefinição técnica, jurídica, constitucional de empresa privada nacional, não permitir na instituição de uma joint-venture que a empresa estrangeira participe apenas sem nenhum risco do capital social, e não se leve em consideração a sua participação proporcionalmente a esse capital social na execução do projeto a ser elaborado e executado.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Eu pediria ao nobre Senador José Machado que concluísse a sua indagação.

**O SR. JOSÉ MACHADO** — O assunto se nos assigura muito importante, e eu pediria vênias a V. Ex.<sup>a</sup>, já que sou o único Deputado presente, e alguns Senadores usaram da palavra até por 30 minutos. E eu quero concluir.

**O SR.** — Não, não é verdade.

**O SR. JOSÉ MACHADO** — Quero concluir.

É isto que se me afigura importante. Uma redefinição do conceito técnico, jurídico, constitucional, de empresa privada nacional, de tal sorte que a empresa estrangeira não seja apenas a beneficiária. Ela entra com 49%, sem risco algum, e geralmente toda a tecnologia que vem lá de fora, todos os equipamentos, todas as maquinárias, todos os financiamentos saem de algum dos integrantes do seu conglomerado. Ela ganha de toda maneira e não tem risco algum, pois tudo isso só tem um avalista, que é o Governo brasileiro. Eu acho que devíamos redefinir isto e obrigar que estas empresas participassem do projeto, correndo o risco que o sistema capitalista exige, proporcionalmente à sua participação no capital social da empresa, e não apenas ser aquinhoadas na redistribuição das ações, na medida em que o projeto vai sendo executado. Não conheço, na bolsa, nenhuma ação da Esso Brasileira de Petróleo, da Texaco, da Atlantic, da IBM, não conheço nenhuma ação, não conheço nenhuma secretaria para controlar as multinacionais, e mesmo controlar as empresas privadas brasileiras. O que sei são secretarias para controlar as empresas estatais, porque estas respectivamente estão dando resultado num país pobre e subdesenvolvido. As únicas empresas estatais que ain-

da estão dando resultado são aquelas que vieram da iniciativa privada já falidas, e muitas delas estão sendo recuperadas. Então esse assunto precisava ser muito bem posicionado, para que, de uma vez por todas, não se permitisse que se colocassem os interesses do País, as grandes inteligências do Brasil, ainda que sob as melhores inspirações, sem a consciência da realidade de um país pobre e subdesenvolvido que nós vivemos, a serviço de outros interesses que não sejam os interesses nacionais.

Faço, portanto, agora, Sr. Ministro, a minha pergunta final.

O que acha V. Ex.ª depois que o BNDES colocou 5 bilhões de ações da PETROBRÁS, vendeu essas 5 bilhões de ações, e teve, em menos de cinco meses um prejuízo mínimo de 600 milhões de dólares? Pois que vendeu por 760 cruzeiros, embutidos nesses 760 cruzeiros em três etapas 30% de inflação em dois meses. Conseqüentemente, o preço dessas ações para o BNDES caiu assustadoramente, e dizem que 300 mil novos acionistas a PETROBRÁS tem, basta que mil ações, que era o mínimo, nós chegaríamos a 300 milhões de ações, faltam ainda 4 bilhões e 700 milhões de acionistas. E ninguém sabe, Sr. Ministro, quais são os acionistas da PETROBRÁS, esses 300 mil acionistas, e em que montante eles têm essas ações. Por isso eu pergunto a V. Ex.ª, é possível cuidar-se da venda das ações das empresas estatais, notadamente da PETROBRÁS, sem antes se acabar de uma vez por todas com as ações ao portador? É possível se assegurar e se pretender entregar estas empresas a poucos brasileiros aquinhoados, ou nós devemos limitar as vendas dessas ações, no máximo, 20 mil para cada brasileiro aqui nascido? Outra pergunta: gostaria de saber, não obstante a resposta já dada por V. Ex.ª, depois das colocações por nós aqui feitas, e nessa pergunta final faço um apelo ao Presidente José Sarney, que não comprometa o Plano Cruzado com as holdings das estatais, já que estas holdings vão nos levar a um enfraquecimento do setor e o grande prejudicado deste enfraquecimento é a própria iniciativa privada deste País. Não me refiro às multinacionais, mas faria um apelo a S. Ex.ª neste momento, que criasse também uma secretaria para controlar as multinacionais, que criasse uma secretaria para examinar empresas estatais, sobretudo os bancos. Existe o Banco Central, mas todos os dias bancos estão quebrando, e o único setor não atingido pelo Plano Cruzado efetivamente foi o bancário. Em que pese, Sr. Presidente, há 20 anos colocava-se dinheiro no banco e recebia-se 4% de juros ao ano, e esse dinheiro era emprestado, no máximo, ao preço médio de 10/11% ao ano. Hoje, o Banco do Brasil está emprestando a 1,8% com as caixas abarrotadas dos bancos, sem nenhum pagamento de juros.

Então, a pergunta final é esta, Sr. Ministro, parabenizando V. Ex.ª mais uma vez, e fazendo um apelo ao Presidente Sarney para que não leve em consideração esse mirabolante projeto das holdings das estatais, pois isso vai representar, em última análise, a médio prazo, na internacionalização da economia deste País. O que pensa V. Ex.ª, efetivamente, é possível democratizar-se o capital sem se acabar com as ações ao portador? E por último, o que pensa realmente V. Ex.ª sobre essa pretendida holding nos termos em que ela é colocada oficiosa e oficialmente através das páginas dos jornais?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Ministro Aureliano Chaves.

O SR. AURELIANO CHAVES — Quero agradecer esta intervenção do meu eminente amigo Deputado José Machado, cujo exórdio que procedeu à sua indagação deu uma demonstração da sua inteligência e do seu espírito público.

Com relação especificamente às indagações, devo dizer que quando foi colocado, por exemplo, a consideração do Ministério das Minas e Energia e a abertura do capital da PETROBRÁS Distribuidora e da PETROQUISA, dentro da orientação do Governo de abertura de capital dessas empresas que são subsidiárias da ELETROBRÁS, sobre a qual, evidentemente, não pesa nenhum tipo de monopólio, procuramos dirigir nosso ponto de vista aos Ministérios da área econômica e apresentamos algumas sugestões. Primeiro, que se assegurasse aos empregados do sistema PETROBRÁS

a aquisição de ações de ambas as empresas, numa tentativa de fazer com que o pessoal que trabalha na área tivesse uma presença acionária na empresa. Por outro lado, fizemos uma sugestão de que se desse preferência às ações nominativas e não às ações ao portador, para que, através disso se pudesse estabelecer um determinado controle sobre o volume máximo de ações a ser adquirida por aquele grupo. O problema está sendo examinado pelo setor competente lá dos Ministérios da área econômica, porque esse problema de colocação de ações em bolsa tem muitas variáveis que transcendem especificamente às avaliações e ao conhecimento do Ministério das Minas e Energia. Nós não colocamos isso em termos ortodoxo, apenas procuramos externar o nosso pensamento dentro de um objetivo, primeiro: de propiciar a presença de empregados do sistema PETROBRÁS, na aquisição dessas ações. Segundo, tanto quanto possível evitar que o grupo, a quantidade de ações adquirida por este ou por aquela pessoa física, ou pessoa jurídica ultrapassar determinados limites.

Esta é a posição do Ministério das Minas e Energia que está sendo convenientemente examinado pelo setor econômico, tendo em vista as peculiaridades operacionais da Bolsa. O Banco do Brasil é o agente financeiro encarregado de colocar essas ações no mercado. Este assunto está sendo examinado, conjuntamente com o agente financeiro.

Por outro, o que concerne especificamente ao problema da holding das estatais — eu tive a oportunidade de responder à indagação feita pelo eminente Senador Marcondes Gadelha — eu prefiro, no momento, não emitir nenhuma opinião, eu não tenho idéia preconcebida. Desejo que o assunto, primeiro: seja colocado, em termos oficiais. As informações que eu tenho é de que o assunto não chegou a ser debatido em termos de determinação da constituição das lavouras. Então, não quero fazer nenhum tipo de especulação. Eu aguardo, naturalmente o posicionamento dos Ministros da área econômica, que naturalmente cuidam deste assunto, para estabelecer qual é o posicionamento do Ministério das Minas e Energia.

Neste momento darei a minha posição, que será uma posição definitiva. Eu tenho muitos erros na minha vida, eu não tenho calcanhar de Aquiles, devo ter perna de Aquiles. Agora uma coisa eu não tenho, primeiro: indefinição, sou homem de posição definida. Segundo, tomo as posições quando julgo conveniente tomá-las e arco com todas as responsabilidades decorrentes das posições que assumi. Então, esta é a minha posição, não vou emitir nenhuma opinião quando o assunto for colocado à apreciação do Ministério das Minas e Energia.

O Ministério das Minas e Energia vai-se posicionar, em face de fato concreto e não em face de hipóteses.

O SR. — Sr. Presidente, só para uma explicação pessoal.

Foi dito aqui a respeito da Bond & Share e da Light. Eu tive a honra, Sr. Ministro, de ter sido chefe de Gabinete do saudoso, inicialmente SubChefe e posteriormente Chefe de Gabinete do saudoso Ministro Gabriel Passos, do saudoso Ministro Mangabeira, e não do menos brilhante, competente, ex-Ministro Elyse Batista, com quem fiquei até metade do seu tempo no Ministério. Realmente o problema da Bond & Share foi discutido amplamente para ser decidido quando da visita do Presidente Kennedy no Brasil no dia 13 de maio de 1962. Trabalhou-se arduamente nesse sentido como também o problema da Hanna Corporation, Uruçu e outros assuntos seriam tratados pelo Presidente Kennedy ao Brasil ainda na época do regime parlamentar. Esse é um depoimento importante, que se me afigura, aqui, deixar claro.

O Ministério através do pensamento do saudoso Ministro Gabriel Passos se opunha, pura e simplesmente, à implantação, encampação da Bond & Share, já no Rio Grande do Sul o Governador Brizola havia encampado a Bond & Share sem nenhum ônus para o Estado e não se justificava indenizar a Bond & Share em coisa alguma. A prova disso é que as suas ações tiveram um aumento substancial nos Estados Unidos, já que se fez um grande negócio entre amigos, geralmente amigos internacionais e o Governo brasileiro.

O mesmo aconteceu, posteriormente no caso da Light. A Light depois de 89 anos trabalhando nesse

Brasil e tendo investido apenas 140 milhões de dólares de risco se pagou dezenas de vezes o que investiu e ainda acabou recebendo do Governo 450 ou 470 milhões de dólares. Isto é um negócio da maior gravidade, já que se critica violentamente as empresas estatais e se esquece de chamar a atenção do governo para os bons negócios que são feitos pelas empresas alienígenas. Todos esses setores, como bem salientou V. Ex.ª, estavam nas mãos das empresas estrangeiras e não foi apenas por causa do valor histórico que se indenizou a Bond & Share, que se indenizou a Light, já que ambas estavam por demais pagas, não se precisava pagar coisa alguma. É porque sempre essa é uma constante de um país pobre e subdesenvolvido. Temos que ficar bem inicialmente com os Estados Unidos, já que o Presidente Kennedy vinha aqui e não podíamos ter áreas de atrito. Havia necessidade de se resolver o problema da Bond & Share. Posteriormente a Light, que diziam que era canadense, mas que é tão americana quanto a Bond & Share. Mas isso, na forma do seu contrato era uma empresa canadense.

Digo isso, Sr. Presidente, não para contraditar o nobre e honrado Senador Roberto Campos, cuja inteligência, cuja sabedoria sempre absorvemos a cada dia que passa, conquanto tenhamos o direito de colocarmos-nos em posições contrárias às de S. Ex.ª, buscando defender o Brasil da sua inteligência e da sua sabedoria, já que por força dessa inteligência e dessa sabedoria uma série de contratempores esse País tem vivido.

Gostaria apenas, Sr. Ministro e Sr. Presidente de prestar este depoimento porque, em verdade, se dependesse do Ministro Gabriel Passos nenhum centavo seria pago à Bond & Share, como também se dependesse do interesse brasileiro nenhum centavo poderia ser pago à Light. Agora, todas as vezes que uma empresa estrangeira considera que o seu papel já não lhe rende juros, já não lhe interessa mais aquela atividade, ela sempre encontra, dentro do Governo, uma forma de negociar a empresa, empresa como no caso Light, como salientei, que durante 89 anos aplicou 140 milhões de dólares de risco e o resto foi feito pelo povo brasileiro e encerrou as suas atividades recebendo cerca de 450 a 470 milhões de dólares. E a Bond & Share foi indenizada com aproximadamente 200 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Deputado já deu explicação pessoal e está repetindo, por isso solicito que encerre, porque vou passar a palavra ao Senador Jorge Kalume, Relator, a fim de que possamos encerrar esta reunião, antes da sessão do Senado.

O SR. RELATOR (Jorge Kalume) — Sr. Ministro Aureliano Chaves, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Sr. Ministro, a minha presença agora é sem pergunta o seco exórdio: é para dizer que o tempo se passou sem sentirmos, pela alta grandeza da exposição que V. Ex.ª fez e não foram menores os colegas que me antecederam. Posso dizer que a exposição de V. Ex.ª assemelhou-se a uma viagem num transatlântico confortável pelas águas plácidas dos rios da Amazônia. Congratulo-me com V. Ex.ª por esta maneira elegante, democrática, com que expôs seus pontos de vista. Sempre defendi e continuo defendendo a iniciativa privada, naturalmente com algumas exceções. V. Ex.ª foi muito feliz e prestigiou o Congresso Nacional não só pelo seu espírito democrático, como V. Ex.ª também é fruto do Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, congratulo-me com V. Ex.ª pela oportunidade feliz que se nos ofereceu de convidar o Ministro Aureliano Chaves para fazer esta exposição.

Navegamos, como disse anteriormente, pelas águas plácidas da Amazônia e ao chegar a porto seguro já começamos a sentir saudades da viagem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra, por ter sido citado, o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, a hora é adiantada e farei um pequeno comentário. Agradeço, em primeiro lugar, as expressões muito amáveis do ilustre Deputado, mas também queria ponderar que a minha visão histórica do processo de nacionalização das empresas concessionárias é bastante diferente. Foi um assunto discutido em dois Governos, a avaliação

foi feita por uma comissão interministerial, o contrato, não apenas os princípios reguladores da transação, o contrato específico de transação com preços e condições foi aprovado pelo Congresso Nacional. A negociação estava concluída ao tempo do Governo João Goulart, mas por motivos políticos não houve tempo de formalizá-la a despeito, que ele tem razão, de insistentes medidas do Presidente Kennedy que dizia simplesmente que não podemos deixar que uma questão de concessionária de nomeação pública abra um incidente dos dois países. Quero que o Brasil avalie o patrimônio e eu me preocuparei em duas coisas: primeiro fazer com que as companhias aceitem uma proposta razoável, o pagamento ao longo prazo e me comprometo a, antes de o Brasil efetuar qualquer pagamento, assegurar, primeiro, um empréstimo do Export-Import Bank, segundo, doações de trigo de maneira que não haja nenhum ônus cambial imediato para o Brasil. Infelizmente ao tempo do Presidente João Goulart não foi cumprida a transação, o

Presidente Castello Branco retomou e das negociações anteriores resultou melhorias de condições, não só houve uma avaliação do acervo para uma Comissão Interministerial de técnicos brasileiros, como foi obtido o parecer de uma consultoria sueca independente. Trata-se de um país de grande experiência hidrelétrica e de grande independência de julgamento. Essa Comissão Técnica avaliou, se não me engano, o acervo para o pagamento corrente em 165 milhões de dólares, foi comprado, se não me engano em 140 milhões para pagamento em quarenta anos até o ano 2.009, sendo 2/3 do pagamento em dólares, obrigatoriamente dispendido no Brasil.

Acredito portanto que a operação foi escoreita.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu quero, ao encerrar esta reunião, não só agradecer ao Ministro Aureliano Chaves pela presteza com que atendeu ao

nosso convite, pela sua excelente exposição rica de conceitos, rica de informações, aliás o que era de se esperar, pelo seu profundo conhecimento das áreas afetas ao seu Ministério, pelo seu profundo conhecimento do Brasil e pelo seu, reconhecimento por toda a Nação, espírito público.

Foi para nós uma verdadeira aula de sapiência e de bom senso, de equilíbrio e, principalmente, de patriotismo.

Quero me associar a todos aqueles que aplaudiram a sua exposição, como também agradecer a todos os presentes. E, com este depoimento do Ministro Aureliano Chaves, consideramos encerrada a fase de depoimentos desta Comissão, encerrado da maneira mais brilhante que se poderia dar.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado! (Palmas.)